



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVII – Nº 082 – TERÇA-FEIRA, 5 DE JUNHO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sámy - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Waldir Maranhão - (PMDB-MS) (3,4)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO 1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) (1,5,6,7) 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC-DO B-AM)
SECRETÁRIO Cícero Lacerda - (PSDB-PB)	
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	

1. Em 29/03/2011, o Senador Gilmar Mendes licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29/03/11, conforme ROS nº 29/03/11, desferida na sessão de 29/03/11.
2. Em 29/03/2011, o Senador José Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 47/2011, aprovado na sessão de 03/05/11.
3. Em 08/11/2011, vago em virtude do Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldir Maranhão foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal 16.11.2011.
5. Em 29/11/2011, o Senador Gilmar Mendes aderiu ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
6. Em 29/11/2011, o Senador José Ribeiro ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSB) - 25	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14
Líder Renan Calheiros - PMDB	Líder Walter Pinheiro - PT (22,26)	Líder Jayme Campos - DEM (24)
.....	Vice-Líderes Aécio Gurgacz (29,39) Lídice da Mata (29,39) Edmundo Lopes (37,45)	Vice-Líderes Cyro Miranda (34) Flexa Ribeiro (7,35) Lídice Vânia (01) Mário Couto (32) Paulo Bauer (6,33)
Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros - PMDB	Líder do PT - 13 Walter Pinheiro (22,26)	Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias
Vice-Líder do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá (40) Sérgio Souza (20) Waldir Maranhão Renan Calheiros Casildo Maldaner	Vice-Líder do PT Wellington Dias (27) Lindbergh Farias (23) Ana Rita (26) Amílcar Diniz (25)	Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (5) Paulo Bauer (6,33) Flexa Ribeiro (7,35)
Líder do PP - 5 Francisco Dornelles	Líder do PDT - 5 Aécio Gurgacz	Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,43,46)
Vice-Líder do PP Ana Amélia (17)	Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21)	Vice-Líder do DEM Jayme Campos (24)
Líder do PV - 1 Paulo Davim	Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (29,39) Vice-Líder do PSB Antônio Carlos Valadares (30)	
	Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda	
	Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 13	Governo Eduardo Braga - PMDB (38)	PSD - 2 Kátia Abreu - PSD (11,13)
Líder Gilm Argello - PTB	Líder Gilm Argello	Líder Sérgio Petecão
Vice-Líderes Bira Maggi (19) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino	Vice-Líderes Gilm Argello Benedicto de Lira (29,39)	Vice-Líder Sérgio Petecão
Eduardo Amorim (17,47,48)	Lídice da Mata (29,39) Jorge Viana Vital do Rêgo	
Líder do PTB - 6 Gilm Argello		
Vice-Líder do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti		
Líder do PR - 6 Bira Maggi (19)		
Vice-Líderes do PSC		
Vicentinho Alves (42)		
Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48)	PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18)	

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 01/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Demócratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 06/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Sérgio Petecão é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 06/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilmar Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29/03/11, conforme Requerimento nº 29/2011, aprovado na sessão de 29/03/11.
9. O Partido da República (PR) designa-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03/08/2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 16 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 6/2011, lido na sessão do dia 16 de outubro de 2011.
11. Em 19/10/2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF n° 1.128/2011-GSKABA).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme OF. GLPPN N° 1/2011.
13. Em 08/11/2011, foi lido o OF. n° 1.327/2011-GSKABA, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança dos Demócratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. N° 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 29/11/2011, o Senador Gilmar Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29/11/2011, o Senador Gilmar Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06/12/11, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30/11/11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado Líder do PRB, conforme OF. GLPRB N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLPSB N° 2/2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Antônio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PRB, conforme OF. GLPRB N° 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLPT N° 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Fernando Pimentel é designado Líder do PC do B, conforme OF. GLPCB N° 2/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLPSB N° 2/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Antônio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDHBAG N° 2/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDHBAG N° 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDHBAG N° 2/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senadora Ana Rita é designado Vice-Líder do PRB, conforme OF. GLDHBAG N° 2/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 2/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senadora Lúcia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
31. Senadora Lúcia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senador Mário Couto é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
35. Senador Alfredo Nascimento é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme OF. Leg. n° 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
36. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme OF. Leg. n° 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
37. Senador José Agripino é indicado para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sámy, informou que a comunicação será considerada pela Mesa e aguardará a sua formalização para leitura em Plenário.
38. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. n°s 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Lúcio Alcântara é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLSMB N° 713/2011, lido na sessão de 13 de março de 2012.
41. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme OF. Leg. n° 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Jayme Campos é presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara, e da Comissão Especial de Análise da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 215/2011, que autoriza a realização de eleição direta para Presidente da República. O presidente da CCJ, Senador José Agripino, para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sámy, informou que a comunicação será considerada pela Mesa e aguardará a sua formalização para leitura em Plenário.
44. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. n°s 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Eduardo Braga é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. N° 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10/04/2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUFSF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar o Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. N° 028/GLBUFSF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.

EXPEDIENTE	
Doris Mariza Ribeiro, Palocéte Diretora-Geral do Senado Federal	Claudia Leite Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Edificação e Publicações	Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Administração
José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	“vugf g'lr'ipqk E'eqnc 'E'eqpc “vugf g'lr'ipqk E'eqnc 'E'eqpc
	Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 96ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 4 DE JUNHO DE 2012

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem da Presidente da República

Nº 56/2012-CN (nº 230/2012, na origem), encaminhando o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referente ao 1º quadrimestre de 2012. *Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria*.....

23479

1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADORA ANA AMÉLIA – Considerações sobre a situação econômica brasileira e as dificuldades vividas pelo setor agropecuário; e outros assuntos.....

23509

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Insatisfação com a situação dos serviços de saúde prestados no Brasil; e outros assuntos.....

23512

1.2.3 – Comunicação

Da Liderança do DEM na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 571, de 2012 (Ofício nº 145/2012). *Designação do Deputado Lira Maia, como suplente, para compor a referida Comissão*.....

23515

1.2.4 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ALVARO DIAS – Comentários sobre a política econômica adotada pelo Governo Federal e seus reflexos no baixo resultado do PIB, no primeiro trimestre de 2012.....

23515

1.2.5 – Leitura de requerimento

Nº 511, de 2012, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando voto de aplauso ao Sr. Dalton Jérson Trevisan.....

23520

1.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR JOSÉ PIMENTEL – Apelo pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2003, que atualiza a lei de lavagem de dinheiro, objetivando tornar mais eficiente a persecução penal desses crimes.....

23521

SENADOR PEDRO TAQUES – Manifestação pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 349, de 2001, que institui o voto aberto nas decisões do Legislativo Federal.

23526

SENADOR PEDRO SIMON – Expectativa de votação, nesta Casa, de proposta de emenda à Constituição que visa abolir o voto secreto nas decisões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e outro assunto.....

23529

SENADOR CIRO NOGUEIRA – Defesa do desenvolvimento de uma economia verde, com ações em prol do meio ambiente, e registro de proposições apresentadas por S. Ex^a nesse sentido.....

23534

1.2.7 – Discurso encaminhado à publicação

SENADORA ANGELA PORTELA – Registro do transcurso, no dia 5 do corrente, do Dia Mundial do Meio Ambiente.....

23535

1.2.8 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.....

23536

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 4-6-2012

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos..

23550

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

23555

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

23561

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

23566

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....

23570

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.....

23580

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	23586	Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010)	23617
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura	23593		
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	23598	<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.....	23603	8 – COMISSÕES MISTAS	
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	23606	CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006)	23619
7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS		CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008)..	23622
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)	23608	Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas –Fipa (Resolução nº 2, de 2007).....	23624
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993).....	23609	CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999)	23625
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)	23610	Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito	23626
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)	23610	9 – CONSELHOS E ÓRGÃO	
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)	23611	Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)	23630
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009).....	23613	Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)	23631
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010).	23615	Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011)	23632

Ata da 96^a Sessão, Não Deliberativa, em 4 de junho de 2012

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura

Presidência do Sr. Alvaro Dias e da Sr^a Ana Amélia

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 18 minutos e encerra-se às 16 horas e 41 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – A Presidência recebeu da Excelentíssima Se-

nhora Presidente da República, nos termos do art. 124 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, a **Mensagem nº 56, de 2012-CN** (Mensagem nº 230/2012, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referente ao 1º quadrimestre de 2012.

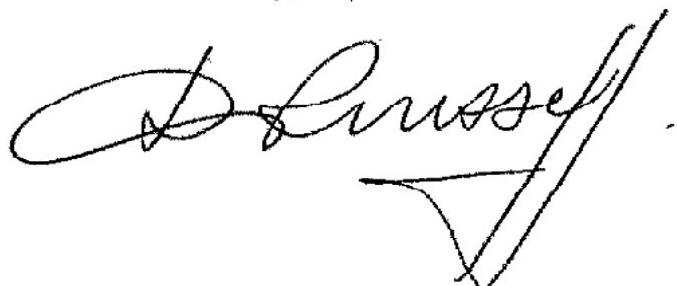
É a seguinte a Mensagem:

MENSAGEM Nº 56, DE 2012-CN (nº 230/2012, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 124 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, encaminho a Vossas Excelências o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento e Orçamento e Gestão.

Brasília, 31 de maio de 2012.



EMI nº 00094/2012 MF MP

Brasília, 31 de maio de 2012.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submetemos à consideração de Vossa Exceléncia relatório contendo a demonstração e a avaliação do cumprimento da meta de resultado primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Dispêndios Globais das Empresas Estatais Federais não financeiras, fixada para o primeiro quadrimestre de 2012, conforme disposto no art. 124 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO de 2012), e em atendimento ao art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
2. A meta de superávit primário para o setor público consolidado não financeiro, estabelecida na LDO-2012, está fixada em R\$ 139,8 bilhões para 2012, conforme disposto no Anexo de Metas Fiscais Anuais. Dessa meta, o Governo Central é responsável por R\$ 97,0 bilhões, enquanto às Empresas Estatais Federais corresponde um resultado nulo, sendo que o art. 3º da LDO-2012 prevê a possibilidade de redução da meta de resultado primário do Governo Federal, até o montante de R\$ 40,6 bilhões, para atendimento das despesas no âmbito do PAC.
3. A Lei nº 12.595, de 12 de janeiro de 2012, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012 (LOA-2012), considerou um resultado primário do Governo Federal de R\$ 97,1 bilhões. Vale mencionar que foi estimada a utilização de R\$ 25,6 bilhões de despesas do PAC para abatimento da meta. Apesar desta prerrogativa, os Decretos de programação orçamentária e financeira editados ao longo do período avaliado não se utilizam do mecanismo de abatimento.
4. De acordo com o art. 66 da LDO-2012, os Poderes e o Ministério Público da União devem elaborar e publicar por ato próprio, até trinta dias após a publicação da LOA-2012, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida para o período.
5. Desta forma, em 15 de fevereiro do ano corrente, foi procedida uma reavaliação das receitas e despesas primárias, considerando dados realizados até o mês de janeiro e a atualização dos parâmetros macroeconômicos, com a finalidade de garantir o cumprimento da meta de superávit primário estabelecida na LDO-2012.
6. Esta avaliação ensejou, no âmbito do Poder Executivo, a limitação de R\$ 35,0 bilhões no montante destinado ao cumprimento e movimentação financeira das despesas discricionárias, o que significou um corte de 14,22% nestes itens de despesas em relação ao previsto na LOA-2012. Tomando em consideração a redução líquida de R\$ 20,0 bilhões, decorrente das variações das despesas obrigatórias e

dos Créditos Adicionais e Extraordinários, o total de ajuste nas despesas foi de R\$ 55,0 bilhões, o que confirma o compromisso da política fiscal com o crescimento econômico sustentável sem pressões inflacionárias.

7. Neste contexto, o Poder Executivo publicou o Decreto nº 7.680, de 17 de fevereiro de 2012, dispondo sobre a programação orçamentária e financeira para o ano corrente, estabelecendo seu cronograma mensal de desembolso bem como as metas quadrimestrais. Especificamente para o 1º quadrimestre, fixou-se uma meta de superávit primário de R\$ 27,6 bilhões para o Governo Federal, sendo R\$ 28,0 bilhões de superávit para o Governo Central e R\$ 413,0 milhões de déficit para as Empresas Estatais Federais.

8. Concluído o 1º bimestre, procedeu-se em março a reavaliação das receitas e despesas primárias do Governo Federal, conforme art. 67 da LDO-2012, a partir dos dados realizados até o mês de fevereiro, não havendo alterações em termos de parâmetros macroeconômicos.

9. Nesta reavaliação foi recomendada a limitação das despesas discricionárias em R\$ 368,6 milhões em relação ao Decreto nº 7.680/2012, a fim de assegurar o cumprimento da meta anual de superávit primário. Dessa forma, o total de despesas discricionárias contingenciadas no ano alcançou R\$ 35,4 bilhões. Deste montante, o Poder Executivo ficou responsável pela limitação de R\$ 35,0 bilhões, enquanto aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público da União coube a responsabilidade, em conjunto, por R\$ 368,6 milhões. As recomendações desta avaliação foram implementadas, no caso do Poder Executivo, com a publicação do Decreto nº 7.707, de 29 de março de 2012. Em relação às metas quadrimestrais, foram mantidas aquelas constantes no Decreto nº 7.680/2012.

10. Encerrado o mês de abril, verificou-se que o Governo Federal realizou superávit primário de R\$ 44,2 bilhões, superando em R\$ 16,6 bilhões a meta do período. O superávit primário do Governo Central superou em R\$ 16,5 bilhões sua meta prevista, enquanto que o resultado das Empresas Estatais Federais registrou um déficit inferior ao previsto, no montante de R\$ 95,2 milhões. Desta forma, fica comprovado o cumprimento da meta de superávit primário do Governo Federal no 1º quadrimestre de 2012.

11. Diante do exposto, submetemos à consideração de Vossa Excelência a presente exposição de motivos, propondo o encaminhamento do relatório supramencionado anexo à Comissão Mista a que se refere o art. 166, § 1º, da Constituição.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por:



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

1º Quadrimestre de 2012

Brasília-DF

Maio / 2012

MENSAGEM AOS MINISTROS

1. O presente documento foi preparado com vistas ao cumprimento do § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais quadrimestrais, em audiência pública, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.
2. Além disso, de acordo com o art. 124 da Lei nº 12.469, de 12 de agosto de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012, que orientou a elaboração da proposta orçamentária para 2012, o Poder Executivo deverá encaminhar ao Congresso Nacional, no prazo de até três dias antes da referida audiência, ou até o último dia dos meses de maio, setembro e fevereiro, o que ocorrer primeiro, relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, com as justificativas de eventuais desvios e indicação de medidas corretivas adotadas.
3. Neste relatório são apresentadas e demonstração e a avaliação do cumprimento da meta de resultado primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Despesas Globais das Empresas Estatais Federais não financeiras, fixada para o 1º quadrimestre do exercício de 2012, conforme disposição dos normativos supracitados.

Respeitosamente,

Arno Hugo Augustin Filho

Arno Hugo Augustin Filho
Secretário do Tesouro Nacional
Ministério da Fazenda

George Alberto de Aguiar Soares

George Alberto de Aguiar Soares
Secretário-Adjunto de Orçamento Federal do
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

O RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS é uma publicação quadri-mestral, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 9º da LC nº 101, de 4 de maio de 2000 – LRF. Algumas informações são apresentadas em atendimento a outras normas, citadas ao longo do texto. O conteúdo presente neste documento foi produzido pelas seguintes instituições:

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria do Tesouro Nacional (*)

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Secretaria de Política Econômica

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Secretaria de Orçamento Federal

Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

(*) Coordenação Técnica.

Distribuição Eletrônica:

http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/relatorio_cumprimento_metas.asp

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação, desde que mencionada a fonte.

BRASIL. Relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais: 1º quadrimestre de 2012. Secretaria do Tesouro Nacional. Brasília. Maio de 2012.

ÍNDICE GERAL

LISTA DE TABELAS	IV
LISTA DE FIGURAS	IV
SIGLAS E ABREVIATURAS	V
SUMÁRIO EXECUTIVO	VII
1. EVOLUÇÃO DAS PROGRAMAÇÕES ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	1
1.1. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ANUAL.....	1
1.2. PROGRAMAÇÃO DO 1º QUADRIMESTRE.....	2
2. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA META FISCAL	7
2.1. 1º QUADRIMESTRE DE 2012.....	7
2.2. JUSTIFICATIVA DOS DESVIOS OBSERVADOS.....	8
ANEXO 1 – RESULTADO PRIMÁRIO DOS ORÇAMENTOS FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL E DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - 2012	
(<i>evolução das receitas e despesas do Governo Federal</i>).....	12
ANEXO 2 – COMPARATIVO META VERSUS REALIZADO: 1º QUADRIMESTRE 2012	
(<i>receita administrada pela RFB/MF, exclusive contribuição RGPS</i>)	
ANEXO 3 – LEI Nº 12.465/2011, ART. 124, § 1º, INCISO I	
(<i>parâmetros constantes do inciso XXV do Anexo III, desta Lei, esperados e efetivamente observados, para o quadrimestre e para o ano</i>).....	14
ANEXO 4 – LEI Nº 12.465/2011, ART. 124, § 1º, INCISO II	
(<i>o estoque e o serviço da dívida pública federal, comparando a observada ao final de cada quadrimestre com a do início do exercício</i>).....	16
ANEXO 5 – LEI Nº 12.465/2011, ART. 124, § 1º, INCISO III	
(<i>o resultado primário obtido até o quadrimestre, discriminando, em milhões de reais, receitas e despesas, obrigatórias e discricionárias, no mesmo formato da previsão atualizada para todo o exercício</i>).....	19
ANEXO 6 – ACÓRDÃO TCU Nº 747, DE 2010	
(<i>demonstração do cumprimento do art. 14 da LRF, especificando as medidas de compensação implementadas no quadrimestre analisado</i>)	21

Lista de Tabelas

Tabela 1: Resultado primário do Setor Público em 2012

Tabela 2: Revisão dos parâmetros macroeconômicos na Avaliação de Fevereiro de 2012

Tabela 3: Revisão dos parâmetros macroeconômicos na Avaliação do 1º Bimestre de 2012

Tabela 4: Avaliação do cumprimento da meta – 1º quadrimestre de 2012, R\$ Bilhões

Tabela 5: Desvio das receitas do Tesouro Nacional em relação às previstas no Decreto nº 7.707/2012 – 1º quadrimestre de 2012, R\$ Milhões

Tabela 6: Desvio das despesas do Tesouro Nacional em relação às previstas no Decreto nº 7.707/2012 – 1º quadrimestre de 2012, R\$ Milhões

Tabela 7: Desvio do resultado da Previdência Social em relação ao previsto no Decreto nº 7.707/2012 – 1º quadrimestre de 2012, R\$ Milhões

Tabela A.1.1: Evolução das receitas e despesas do Governo Federal – 2012

Tabela A.2.1: Desvio das Receitas Administradas pela RFB/MF, excluindo RGPS, em relação ao Decreto nº 7.707/2012 – 1º Quadrimestre, R\$ Milhões

Tabela A.3.1: Evolução dos parâmetros macroeconômicos – 2012

Tabela A.4.1: Fatores de variação da DPF em Mercado – 1º Quadrimestre de 2012 x 3º Quadrimestre de 2011

Tabela A.4.2: Fatores de variação da DPMFI em Mercado – 1º Quadrimestre de 2012 x 3º Quadrimestre de 2011

Tabela A.4.3: Fatores de variação da DPFe em Mercado – 1º Quadrimestre de 2012 x 3º Quadrimestre de 2011

Tabela A.5.1: Resultado primário realizado do Governo Federal – 1º quadrimestre de 2012, R\$ Milhões

Tabela A.6.1: Medidas de compensação implementadas – 1º quadrimestre de 2012

Lista de Figuras

Figura 1: Revisão das receitas e despesas primárias – Avaliação de Fevereiro de 2012 – R\$ Bilhões

Figura 2: Revisão das receitas e despesas primárias – Avaliação do 1º Bimestre de 2012 – R\$ Milhões

SIGLAS E ABREVIATURAS

a.a.: ao ano	INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor
Acum.: Acumulada	IPCA: Índice de Preços ao Consumidor Amplo
ANA: Agência Nacional das Águas	IPI: Imposto sobre Produtos Industrializados
art.: artigo(s)	IPI-EE: IPI – Estados Exportadores
bi: bilhões	IR: Imposto sobre a Renda
bbl: barril, equivalente a 0,159 m ³	IRPF: Imposto sobre a Renda Pessoa Física
BCB: Banco Central do Brasil	IRPJ: Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	IRRF: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte
CEF: Caixa Econômica Federal	ITR: Imposto Territorial Rural
CFT: Certificado Financeiro do Tesouro	LC: Lei Complementar
Cide: Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	LOO: Lei de Diretrizes Orçamentárias
CGSN: Comitê Gestor do Simples Nacional	LFT: Letras Financeiras do Tesouro
CMO: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	LOA: Lei Orçamentária Anual
CN: Congresso Nacional	LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social
CNMP: Conselho Nacional do Ministério Público	LRF: Lei de Responsabilidade Fiscal
Cofins: Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	LTN: Letras do Tesouro Nacional
CPMF: Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira	MF: Ministério da Fazenda
CSLL: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	mi: milhões
Dec.: Decreto	M.P.: Medida Provisória
Desp.: Despesa(s)	MP: Ministério do Planejamento
DF: Distrito Federal	MPU: Ministério Público da União
Discr.: Discricionária(s)	NTN: Notas do Tesouro Nacional
DPF: Dívida Pública Federal	QFSS: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
DPFe: Dívida Pública Federal externa	PAC: Programa de Aceleração do Crescimento
DPMFI: Dívida Pública Mobiliária Federal Interna	Padis: Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores
e.g.: <i>exempli gratia</i> (significa 'por exemplo')	PAF: Plano Anual de Financiamento
Emgea: Empresa Gestora de Ativos	PET: Polímero polietilenotereftalato
FCVS: Fundo de Compensação de Variações Salariais	PIB: Produto Interno Bruto
FDA: Fundo de Desenvolvimento da Amazônia	PIS/Pasep: Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
FDNE: Fundo de Desenvolvimento do Nordeste	PLDO: Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias
FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	PLOA: Projeto de Lei Orçamentária Anual
FIES: Programa de Financiamento Estudantil	Proagro: Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
FNCT: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	PROEX: Programa de Financiamento às Exportações
FPE: Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	Pronas/PCD: Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência
PPM: Fundo de Participação dos Municípios	Pronon: Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica
Fundaf: Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização	Prouca: Programa Um Computador por Aluno
Fundeb: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação	Rec.: Receita(s)
IGP-DI: Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna	Recap: Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras
II: Imposto de Importação	Reps: Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação
	Reicomp: Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional
	Repnbl-Redes: Regime Especial de Tributação do Pro-

INSS: Instituto Nacional do Seguro Social

IOF: Imposto sobre Operações Financeiras

Inovar-Auto: Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores

RGPs: Regime Geral de Previdência Social

Selic: Sistema Especial de Liquidação e Custódia

SOF: Secretaria de Orçamento Federal

SPE: Secretaria de Política Econômica

STN: Secretaria do Tesouro Nacional

TCU: Tribunal de Contas da União

ograma Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações

Reporto: Regime Tributário para Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária

RFB: Receita Federal do Brasil

TDA: Títulos da Dívida Agrária

TI: Tecnologia da Informação

TIC: Tecnologia da Informação e Comunicação

TJLP: Taxa de Juros de Longo Prazo

Transf.: Transferências

Var.: Variação

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A meta de superávit primário para o setor público consolidado não financeiro, estabelecida na LDO-2012, está fixada em R\$ 139,8 bilhões para 2012, conforme disposto no Anexo de Metas Fiscais Anuais. Dessa meta, o Governo Central é responsável por R\$ 97,0 bilhões, enquanto às Empresas Estatais Federais corresponde um resultado nulo, sendo que o art. 3º da LDO-2012 prevê a possibilidade de redução da meta de resultado primário do Governo Federal, até o montante de R\$ 40,6 bilhões, para atendimento das despesas no âmbito do PAC.

2. A Lei nº 12.595, de 12 de janeiro de 2012, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012 (LOA-2012), considerou um resultado primário do Governo Federal de R\$ 97,1 bilhões. Vale mencionar que foi estimada a utilização de R\$ 25,6 bilhões de despesas do PAC para abatimento da meta. Apesar desta prerrogativa, os Decretos de programação orçamentária e financeira editados ao longo do período avaliado não se utilizam do mecanismo de abatimento.

3. De acordo com o art. 66 da LDO-2012, os Poderes e o Ministério Público da União devem elaborar e publicar por ato próprio, até trinta dias após a publicação da LOA-2012, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida para o período.

4. Desta forma, em 15 de fevereiro do ano corrente, foi procedida uma reavaliação das receitas e despesas primárias, considerando dados realizados até o mês de janeiro e a atualização dos parâmetros macroeconómicos, com a finalidade de garantir o cumprimento da meta de superávit primário estabelecida na LDO-2012.

5. Esta avaliação ensejou, no âmbito do Poder Executivo, a limitação de R\$ 35,0 bilhões no montante destinado ao empenho e movimentação financeira das despesas discricionárias, o que significou um corte de 14,22% nestes itens de despesas em relação ao previsto na LOA-2012. Tendo em consideração a redução líquida de R\$ 20,0 bilhões, decorrente das variações das despesas obrigatórias e dos Créditos Adicionais e Extraordinários, o total de ajuste nas despesas foi de R\$ 55,0 bilhões, o que confirma o compromisso da política fiscal com o crescimento econômico sustentável sem pressões inflacionárias.

6. Neste contexto, o Poder Executivo publicou o Decreto nº 7.680, de 17 de fevereiro de 2012, dispondo sobre a programação orçamentária e financeira para o ano corrente, estabelecendo seu cronograma mensal de desembolso bem como as metas quadrimestrais. Especificamente para o 1º quadrimestre, fixou-se uma meta de superávit primário de R\$ 27,6 bilhões para o Governo Federal, sendo R\$ 28,0 bilhões de superávit para o Governo Central e R\$ 413,0 milhões de déficit para as Empresas Estatais Federais.

7. **Concluído o 1º bimestre, procedeu-se em março a reavaliação das receitas e despesas primárias do Governo Federal, conforme art. 67 da LDO-2012, a partir dos dados realizados até o mês de fevereiro, não havendo alterações em termos de parâmetros macroeconômicos.**

8. Nesta reavaliação foi recomendada a limitação das despesas discricionárias em R\$ 368,6 milhões em relação ao Decreto nº 7.680/2012, a fim de assegurar o cumprimento da meta anual de superávit primário. Dessa forma, o total de despesas discricionárias contingenciadas no ano alçariou R\$ 35,4 bilhões. Deste montante, o Poder Executivo ficou responsável pela limitação de R\$ 35,0 bilhões, enquanto aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público da União coube a responsabilidade, em conjunto, por R\$ 368,6 milhões. As recomendações desta avaliação foram implementadas, no caso do Poder Executivo, com a publicação do Decreto nº 7.707, de 29 de março de 2012. Em relação às metas quadrimestrais, estão mantidas aquelas constantes no Decreto nº 7.680/2012.

9. Encerrado o mês de abril, verificou-se que o Governo Federal realizou superávit primário de R\$ 44,2 bilhões, superando em R\$ 16,6 bilhões a meta do período. O superávit primário do Governo Central superou em R\$ 16,5 bilhões sua meta prevista, enquanto que o resultado das Empresas Estatais Federais registrou um déficit inferior ao previsto, no montante de R\$ 95,2 milhões. Desta forma, fica comprovado o cumprimento da meta de superávit primário do Governo Federal no 1º quadrimestre de 2012.

1. EVOLUÇÃO DAS PROGRAMAÇÕES ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

1.1. Programação Orçamentária Anual

1. A meta de superávit primário para o setor público consolidado não financeiro, estabelecida na LDO-2012¹, conforme disposto no Anexo III.1 – Anexo de Metas Anuais, está fixada em R\$ 139,8 bilhões para 2012. Deste montante, o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) é responsável por R\$ 97,0 bilhões, enquanto a meta para as Empresas Estatais Federais consiste em resultado nulo. Não obstante a fixação destas metas, o § 2º do art. 2º da LDO-2012 prevê a possibilidade de compensação entre as mesmas, o que implica que para efeitos de avaliação de cumprimento deve-se considerar o resultado no âmbito do Governo Federal.
2. Em seu art. 3º, a LDO-2012 prevê a possibilidade de redução da meta de resultado primário do Governo Federal, até o montante de R\$ 40,6 bilhões, para atendimento das despesas no âmbito do PAC. Nos termos do § 1º daquele artigo, este montante abrange, para fins de execução do orçamento de 2012, o valor dos respectivos restos a pagar.

Tabela 1: Resultado primário do Setor Público em 2012

ABRANGÊNCIA	LDO-2012		LOA-2012		Dec. 7.680/2012		Dec. 7.707/2012	
	R\$ bi	% PIB						
SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO	139,8	3,10	139,8	3,10	139,8	3,06	139,8	3,06
Governo Federal	97,0	2,15	97,1	2,15	97,0	2,12	97,0	2,12
- Governo Central	97,0	2,15	97,1	2,15	97,0	2,12	97,0	2,12
- Estatais Federais	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00
Ações no âmbito do PAC²	40,6	0,90	25,6	0,57	0,0	0,00	0,0	0,00
Governo Federal - Resultado para fins de cumprimento da LDO-2012³	56,4	1,25	71,5	1,58	97,0	2,12	97,0	2,12
PIB Nominal (R\$ milhões)⁴	4.510.389,7		4.510.126,3		4.573.583,8		4.573.583,8	
<i>Memo:</i>								
Ajuste Metodológico - Itaipu ⁵	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00
Resultado após ajuste de Itaipu ⁶	56,4	1,25	71,5	1,58	97,0	2,12	97,0	2,12
- Governo Central (menos "ajuste")	56,4	1,25	71,5	1,58	97,0	2,12	97,0	2,12
- Estatais Federais (mais "ajuste")	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00

Fonte: SÓF/MP e STN/MF.

Elaboração: STN/MF.

¹ Ações selecionadas nos termos do art. 3º da LDO-2012. Os Decretos nº 7.680/2012 e nº 7.707/2012 não se utilizam do mecanismo de dedução das despesas do PAC para fins de cumprimento da meta de superávit primário.

² Resultado considerando a possibilidade de abatimento do PAC a critério do Poder Executivo, conforme previsto no art. 3º da LDO-2012.

³ Estimativas para o PIB constantes na Grade de Parâmetros da SPE/MF, para os respectivos normativos, exceto no caso da LOA-2012.

⁴ Recursos referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

¹ Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011.

3. A LOA-2012², que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012 (LOA-2012), considerou um resultado primário do Governo Federal de R\$ 97,1 bilhões. Vale mencionar que foi estimada a utilização de R\$ 25,6 bilhões de despesas do PAC para abatimento da meta.

1.2. Programação do 1º Quadrimestre

4. O art. 66 da LDO-2012 estabelece que os Poderes e o MPU devam elaborar e publicar por ato próprio, até trinta dias após a publicação da LOA-2012, o cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da LRF, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida para o período.

5. Neste contexto, em 15 de fevereiro do ano corrente, foi procedida uma reavaliação das receitas e despesas primárias, considerando dados realizados do mês de janeiro e a atualização dos parâmetros macroeconômicos, com a finalidade de garantir o cumprimento da meta de superávit primário estabelecida na LDO-2012. No que concerne aos parâmetros macroeconômicos, quando comparados àqueles constantes no Relatório de Receita do Congresso Nacional, de 11/10/2011, as principais alterações se deram nos indicadores de preços (IPCA, passando de 6,00% para 4,70%, e IGP-DI, projeção alterada de 6,00% para 4,99%), no crescimento da massa salarial nominal (de 9,79% para 11,73%) e no preço médio do petróleo (de US\$ 104,00 para US\$ 111,64).

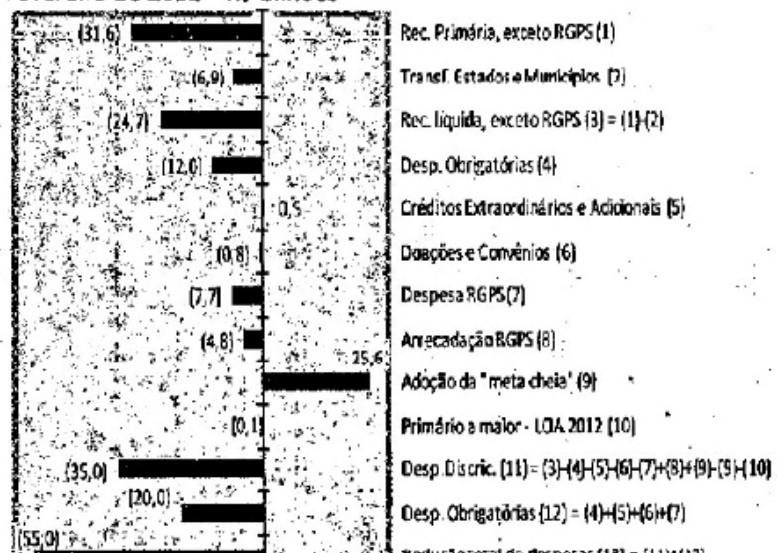
Tabela 2: Revisão dos parâmetros macroeconômicos na Avaliação de Fevereiro de 2012

Parâmetros macroeconômicos	Avaliação LOA-2012	Avaliação Fevereiro de 2012
IGP-DI (var. acum.)	6,00%	4,99%
IPCA (var. acum.)	6,00%	4,70%
PIB (var. real)	4,50%	4,50%
PIB (R\$ bil)	4.510,1	4.573,6
Massa salarial (var.)	9,79%	11,73%
Petróleo (US\$/bbl)	104,00	111,64
Petróleo (var.)	-0,78%	-0,78%
Câmbio (médio, R\$/US\$)	1,80	1,79
Selic média (a.a.)	10,50%	10,48%

Fonte: Relatório de Receita - CMO/CN e SPE/MF.

Elaboração: STN/MF.

Figura 1: Revisão das receitas e despesas primárias – Avaliação de Fevereiro de 2012 – R\$ Bilhões



Fonte: SOF/MF.

Elaboração: STN/MF.

6. A projeção para a receita primária total do Governo Central, excluindo RGPS, foi reduzida em R\$ 31,6 bilhões nesta avaliação, quando comparada à da LOA-2012. A estimativa para as receitas administradas pela RFB/MF registrou

² Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012.

queda de R\$ 24,6 bilhões, enquanto outros R\$ 7,1 bilhões corresponderam à redução na projeção das receitas não administradas pela RFB/MF. Esse impacto na receita primária total foi parcialmente compensado pela redução nas projeções de transferências a Estados e Municípios (R\$ 6,9 bilhões), sobretudo, devido às reduções nas estimativas das transferências do FPE/FPM/IPI-EE e da Cide-Combustíveis, com a expectativa para a receita primária líquida total no ano sendo revista para R\$ 639,0 bilhões, queda de R\$ 24,7 bilhões em relação ao projetado na LOA-2012.

7. Em relação à revisão das receitas administradas, com exceção do expressivo aumento de R\$ 3,1 bilhões em Outras Receitas Administradas e de aumento marginal na CSLL (R\$ 118,8 milhões), todas as demais tiveram suas projeções minoradas. Destaque para as quedas das projeções do IR (R\$ 12,1 bilhões), Cide-Combustíveis (R\$ 4,5 bilhões), Cofins (R\$ 4,2 bilhões), IOF (R\$ 3,8 bilhões) e PIS/Pasep (R\$ 1,8 bilhão). A redução na projeção das receitas não administradas foi resultado de quedas em todas as categorias, sendo as mais relevantes as de Operações com Ativos (R\$ 3,0 bilhões), Receita Própria (R\$ 1,8 bilhão) e Salário-Educação (R\$ 1,2 bilhão).

8. No que concerne às estimativas para as despesas primárias obrigatórias, excluindo RGPS, a mencionada avaliação apontou para uma redução de R\$ 12,0 bilhões em relação à LOA-2012. As principais quedas se deram nas projeções de Subsídios (R\$ 5,2 bilhões), nos repasses do Complemento do FGTS (R\$ 3,0 bilhões), nos recursos dos Fundos FDA e FDNE (R\$ 1,7 bilhão), nos benefícios de prestação continuada da LOAS (R\$ 1,5 bilhão) e na programação de dispêndios na Fabricação de Cédulas e Moedas (R\$ 700,0 milhões).

9. O Poder Executivo também incorporou nesta avaliação a redução na programação das despesas com Doações e Convênios (R\$ 800,0 milhões) e a reabertura de Créditos Extraordinários (R\$ 483,8 milhões), na quase totalidade recursos da M.P. nº 553, de 21 de dezembro de 2011, referentes à destinação de recursos à prevenção de desastres. Da mesma forma, foi considerada a reabertura de Créditos Adicionais no âmbito do Poder Judiciário, MPU e CNMP, no montante de R\$ 38,2 milhões.

10. Por sua vez, a projeção para o déficit do RGPS no ano corrente foi reduzida em R\$ 2,9 bilhões. Nesta avaliação, a estimativa das receitas previdenciárias foram reduzidas em R\$ 4,8 bilhões, número que incorpora os efeitos das desonerações implementadas no exercício de 2011 e do aumento dos limites do Simples Nacional. Em contrapartida, as despesas com benefícios previdenciários tiveram sua programação reduzida em R\$ 7,7 bilhões, justificada pelas expectativas de crescimento vegetativo e de reajustes do salário mínimo e demais benefícios inferiores àquelas da LOA-2012.

11. A conjugação dos fatores citados acima, referentes à avaliação prévia à edição do primeiro decreto de programação orçamentária e financeira, ensejou, de forma preventiva, no âmbito do Poder Executivo, a limitação de R\$ 35,0 bilhões no montante destinado ao empenho e movimentação financeira das despesas discricionárias, o que significou um corte de 14,22% nestes itens de despesas em relação ao previsto na LOA-2012.

12. De forma a mensurar o esforço fiscal total do Poder Executivo em relação à LOA-2012, deve-se levar em consideração o impacto líquido decorrente da redução da estimativa das despesas obrigatórias, no montante de R\$ 20,0 bilhões. Desta forma, o total de ajuste nas despesas foi avaliado em R\$ 55,0 bilhões, o que confirmou o compromisso da política fiscal com o crescimento econômico sustentável sem pressões inflacionárias. Importante salientar que, da mesma forma que no exercício de 2011, a programação financeira não se utilizou da prerrogativa de abatimento das despesas no âmbito do PAC, de até R\$ 40,6 bilhões, facultada pelo art. 3º da LDO-2012, para fins de cumprimento da meta de superávit primário.

13. Neste contexto, o Poder Executivo publicou o Decreto nº 7.680, de 17 de fevereiro de 2012, dispondo sobre a programação orçamentária e financeira para o ano corrente, estabelecendo seu cronograma mensal de desembolso bem como as metas quadrimestrais. Especificamente para o 1º quadriestre, fixou-se uma meta de superávit primário de R\$ 27,6 bilhões para o Governo Federal, sendo R\$ 28,0 bilhões de superávit para o Governo Central e R\$ 413,0 milhões de déficit para as Empresas Estatais Federais.

14. Concluído o 1º bimestre, procedeu-se em março a reavaliação das receitas e despesas primárias do Governo Federal, conforme art. 67 da LDO-2012, a partir dos dados realizados até o mês de fevereiro. No que concerne aos parâmetros macroeconômicos, não houve alteração, uma vez que foi utilizada a mesma grade de parâmetros que fundamentou a avaliação que precedeu o Decreto nº 7.680/2012, datada de 2 de fevereiro de 2012.

15. Nesta avaliação, a projeção para a receita primária total, exceto RGPS, foi aumentada em R\$ 4,8 milhões, integralmente concentrados nas receitas administradas. Foram incorporadas as realizações dos meses de janeiro e fevereiro, bem como reestimada a previsão para março, que passou a considerar a postergação dos pagamentos no âmbito do Simples Nacional. Quando da publicação do Decreto nº 7.680/2012, a expectativa era que estes recolhimentos fossem efetuados em fevereiro, o que foi alterado, pela Resolução CGSN nº 96, de 1º de fevereiro de 2012, para março. As previsões para o período de abril a dezembro foram mantidas constantes em relação àquelas do Decreto nº 7.680/2012.

16. As principais elevações nas projeções, entre a 1ª avaliação bimestral e o Decreto nº 7.680/2012, se deram em CSLL (R\$ 857,2 milhões), II (R\$ 409,9 milhões), IR (R\$ 154,4 milhões) e PIS/Pasep (R\$ 124,2 milhões). Em direção oposta, as reduções mais significativas foram verificadas nas Outras Receitas Administradas (R\$ 1,2 bilhão), IOF (R\$ 208,0 milhões) e Cofins (R\$ 156,1 milhões). A elevação de R\$ 4,8 milhões nas receitas administradas foi mais que compensada pelo aumento da estimativa de Transferências a Estados e Municípios (R\$ 77,7 milhões), resultando em uma receita líquida total inferior em R\$ 72,9 milhões àquela constante no Decreto nº 7.680/2012.

17. No que concerne às despesas obrigatórias, a avaliação do 1º bimestre incorpora uma elevação de R\$ 255,7 milhões. A programação das despesas com Subsídios foi reduzida em R\$ 426,5 milhões, justificada pela revisão dos desembolsos programados para este exercício. Por outro lado, foram majoradas as previsões para os repasses de

Complemento do FGTS (R\$ 355,5 milhões) e dos Fundos FDA e FDNE (R\$ 326,7 milhões). No primeiro, o relatório ressalta a incorporação dos valores desembolsados à CEF no 1º bimestre, devido a não implementação da revisão dos mecanismos de repasses. Também no caso dos Fundos ocorreu a incorporação dos valores pagos em janeiro e fevereiro, pelo fato de não terem sido concluídos os estudos de instrumentos alternativos de incentivo aos setores produtivos beneficiados. Ademais, cabe mencionar o aumento de despesas com Créditos Extraordinários (R\$ 40,0 milhões) decorrente da M.P. nº 560, de 7 de março de 2012, para reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz.

18. Nesta avaliação não foram alteradas as projeções de arrecadação e pagamentos do RGPS em relação àquelas constantes no Decreto nº 7.680/2012. O déficit do regime para o ano está projetado em R\$ 39,1 bilhões.

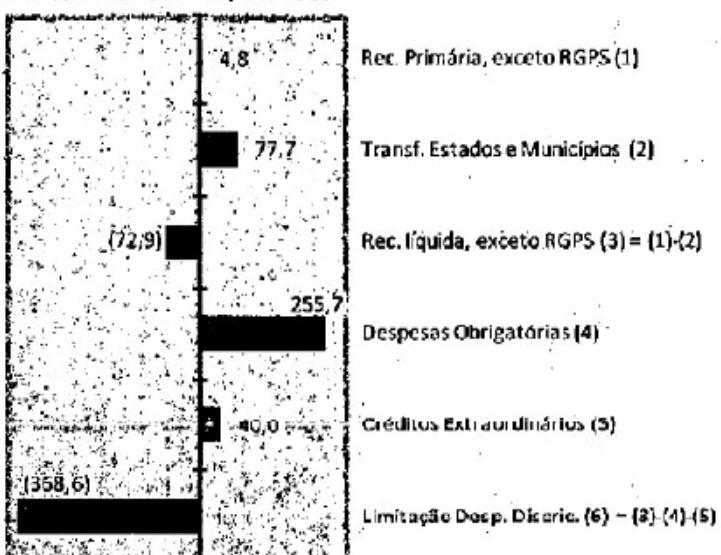
Tabela 3: Revisão dos parâmetros macroeconômicos na Avaliação do 1º Bimestre

Parâmetros macroeconômicos	Avaliação Fevereiro 2012	Avaliação do 1º Bimestre
IGP-DI (var. acum.)	4,99%	4,99%
IPCA (var. acum.)	4,70%	4,70%
PIB (var. real)	4,50%	4,50%
PIB (R\$ bi)	4.573,6	4.573,6
Massa salarial (var.)	11,73%	11,73%
Petróleo (US\$/bbl)	111,64	111,64
Petróleo (var.)	-0,78%	-0,78%
Câmbio (médio, R\$/US\$)	1,79	1,79
Selic média (a.a.)	10,48%	10,48%

Fonte: SPE/MF.

Elaboração: STN/MF.

Figura 2: Revisão das receitas e despesas primárias – Avaliação do 1º Bimestre de 2012 – R\$ Milhões



Fonte: SOF/MP.

Elaboração: STN/MF.

19. A conjugação dos fatores citados acima ensejou a limitação adicional de R\$ 368,6 milhões nas despesas discricionárias em relação ao Decreto nº 7.680/2012. Desta forma, o total de despesas discricionárias contingenciadas no ano alcançou R\$ 35,4 bilhões. Deste montante, o Poder Executivo ficou responsável pela limitação de R\$ 35,0 bilhões, enquanto aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao MPU coube a responsabilidade, em conjunto, por R\$ 368,6 milhões.

20. No âmbito do Poder Executivo, as orientações desta reavaliação foram implementadas por meio da publicação do Decreto nº 7.707, de 29 de março de 2012, dispondo sobre a programação orçamentária e financeira e estabelecendo o cronograma mensal de desembolso para o exercício de 2012. Em relação às metas quadrimestrais, foram mantidas aquelas constantes no Decreto nº 7.680/2012.

21. A seguir, apresenta-se a avaliação do cumprimento da meta de resultado primário no 1º quadrimestre de 2012 para o conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (Governo Central) e das Empresas Estatais Federais. São apresentadas também as justificativas dos principais desvios observados nas receitas e nas despesas, em relação ao que o Poder Executivo previa na ocasião da divulgação das metas quadrimestrais no Decreto nº 7.707/2012.

2. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA META FISCAL

2.1. 1º Quadrimestre de 2012

22. O Decreto nº 7.707/2012 estabeleceu a meta de superávit primário do Governo Federal para o 1º quadrimestre de 2012 em R\$ 27,6 bilhões, esforço este concentrado integralmente no âmbito do Governo Central, visto que estava previsto déficit primário de R\$ 413,0 milhões no âmbito das Empresas Estatais Federais. Encerrado o mês de abril, verificou-se que o Governo Federal realizou superávit primário de R\$ 44,2 bilhões, superando em R\$ 16,6 bilhões a meta do período. O superávit primário do Governo Central superou em R\$ 16,5 bilhões sua meta prevista, enquanto que o resultado das Empresas Estatais Federais registrou um déficit inferior ao previsto, no montante de R\$ 95,2 milhões. Desta forma, fica comprovado o cumprimento da meta de superávit primário do Governo Federal no 1º quadrimestre de 2012.

Tabela 4: Avaliação do cumprimento da meta – 1º quadrimestre de 2012, R\$ Milhões

ESFERA	Meta Decreto 7.707/2012	Resultado		Desvio [D] = [C]/[A]
		[A]	[B]	
Governo Federal	27.587,0	44.167,0	16.580,0	60,10%
Governo Central	28.000,0	44.484,8	16.484,8	58,87%
Empresas Estatais Federais	-413,0	-317,8	95,2	23,04%
Memo:				
Ajuste Metodológico - Itaipu ¹²	0,0	605,5	605,5	-
Governo Federal com ajuste metodológico - Itaipu	27.587,0	44.167,0	16.580,0	60,10%
- Governo Central (menos "ajuste")	28.000,0	43.879,3	15.879,3	56,71%
- Estatais Federais (mais "ajuste")	-413,0	287,7	700,7	169,66%
Ações no âmbito do PAC ¹³	0,0	11.337,4		

Fonte: BCB, SOF/MP e STN/MF. Elaboração: STN/MF.

¹² Resultado pelo critério "abaixo-da-linha", divulgado pelo BCB.

¹³ Recursos referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

¹³ Ações selecionadas nos termos do art. 3º da LDO-2012. Os Decretos nº 7.680/2012 e nº 7.707/2012 não se utilizam do mecanismo de dedução das despesas do PAC para fins de cumprimento da meta de superávit primário.

23. O resultado primário apurado pelo critério "abaixo-da-linha" trata os pagamentos de Itaipu Binacional ao Tesouro Nacional – relativos à amortização de contratos – como despesas das Empresas Estatais Federais e receitas do Governo Central. Contudo, para fins de análise do desempenho fiscal essa sistemática deve ser ajustada, uma vez que tais pagamentos são de natureza financeira. Por essa razão, a tabela 4 apresenta linha de memo que explicita o resultado primário das esferas do Governo Federal com o denominado "Ajuste Metodológico – Itaipu". Assim, para a avaliação do cumprimento das metas deste relatório, está sendo excluído do resultado primário do Governo Central R\$

605,5 milhões, o qual é incluído como resultado das Empresas Estatais Federais. Com esse ajuste, o superávit primário do Governo Central atingiu R\$ 43,9 bilhões, ao passo que as Empresas Estatais Federais apresentaram superávit de R\$ 287,7 milhões. O efeito, todavia, é nulo no que se refere ao superávit primário do Governo Federal, na medida em que, em seu conjunto, o superávit primário acumulado no ano permanece em R\$ 44,2 bilhões.

24. A seguir são apresentadas justificativas dos desvios observados entre a meta de resultado primário do Governo Federal e os valores realizados no quadrimestre. Uma vez que os objetivos para o período foram atingidos, não há, neste relatório, a indicação de medidas corretivas.

2.2. Justificativa dos Desvios Observados

25. O critério adotado para avaliação dos resultados realizados refere-se à metodologia "abaixo-da-linha", adotada pelo Banco Central, conforme definido na Mensagem Presidencial de encaminhamento do PLOA-2012, em atendimento ao art. 11, inciso III, da LDO-2012. Os itens desagregados de receita e despesa são aqueles divulgados pela STN sob o critério "acima-da-linha". A compatibilização dos resultados é feita acrescentando-se uma linha de "discrepância estatística", decorrente da diferença entre os valores apurados pelas duas metodologias. No final do quadrimestre, a "discrepância estatística" registrada para o Governo Central encontrava-se negativa em R\$ 1,1 bilhão. Ademais, é explicitada a fonte de discrepância estatística decorrente da amortização de dívida de Itaipu com o Tesouro.

26. Conforme apresentado na seção anterior, o superávit primário obtido pelo Governo Federal até abril foi de R\$ 44,2 bilhões. Para este resultado, o Governo Central contribuiu com um superávit de R\$ 44,5 bilhões, enquanto que as Empresas Estatais Federais totalizaram um déficit de R\$ 317,8 milhões. Os desvios, em termos nominais, dos componentes do resultado primário obtido pelo Governo Central no quadrimestre, relativamente às estimativas que compuseram a meta indicada no Decreto nº 7.707/2012, foram os seguintes: i) as receitas totais do Tesouro Nacional (incluídas as do Banco Central) foram superiores em R\$ 4,8 bilhões (desvio de 1,70%); ii) as Transferências à Estados e Municípios ficaram inferiores ao estimado em R\$ 5,0 bilhões (desvio de 7,92%); iii) as despesas do Tesouro Nacional foram inferiores em R\$ 10,9 bilhões frente ao previsto (desvio de 6,42%); iv) o déficit observado do RGPS foi inferior em R\$ 5,9 bilhões (desvio de 28,01%) àquele esperado.

27. As receitas totais do Tesouro Nacional no 1º quadrimestre de 2012 (líquidas de restituições e incentivos fiscais) atingiram R\$ 277,4 bilhões, montante inferior em R\$ 4,8 bilhões à estimativa para o período (desvio de 1,70%). Entre as receitas administradas, os principais tributos que contribuíram negativamente para o desvio verificado no quadrimestre, em termos nominais, foram:

- i) IRPJ, desvio de R\$ 3,3 bilhões (6,80%): parte da explicação pode ser atribuída ao crescimento do montante de compensações e balancetes de redução ou suspensão;
- ii) Outras Receitas Administradas-Demais, desvio de R\$ 2,5 bilhões (49,42%): resultado explicado, principalmente, pelas reclassificações de R\$ 2,4 bilhões, para o IRPJ e IPI, realizadas por estimativa, ocorridas no mês de janeiro e abril de 2012;

- iii) CSLL, desvio de R\$ 2,1 bilhões (7,94%): parte da explicação pode ser atribuída ao crescimento do montante de compensações e balancetes de redução ou suspensão;
- iv) Cofins, desvio de R\$ 1,2 bilhão (2,06%): resultado explicado pelo aumento do valor das compensações tributárias no período;
- v) IRRF-Rendimentos do Trabalho, desvio de R\$ 1,1 bilhão (3,95%): menores recolhimentos no setor financeiro e na administração pública;
- vi) II, desvio de R\$ 802,4 milhões (8,06%): menor crescimento do valor das importações, em especial no mês de março de 2012.

28. Em contrapartida, o principal desvio positivo foi verificado no IRRF-Rendimentos do Capital (R\$ 672,8 milhões ou 7,63%), justificado pelo aumento acima do previsto na arrecadação dos itens títulos e fundos de renda fixa.

29. As receitas não administradas atingiram o montante de R\$ 44,5 bilhões, superando em R\$ 6,9 bilhões àquele estimado pelo Decreto nº 7.707/2012 (desvio de 18,45%). Isso é explicado, em grande medida, pela reprogramação dos pagamentos de Dividendos por parte das empresas em que a União detém participação, com desvio positivo de R\$ 5,0 bilhões em relação ao previsto inicialmente.

Tabela 5: Desvio das receitas do Tesouro Nacional em relação às previstas no Decreto nº 7.707/2012 – 1º quadrimestre de 2012, R\$ Milhões

Indicadores	Decreto 7.707/2012	Realizado		Desvio $(C) = [B] - [A]$	Desvio $(D) = [C]/[A]$
		[A]	[B]		
1. RECEITA TOTAL	282.170,9	277.364,6	-4.806,2	-1,70%	
1.1 Receitas Administradas pela RFB/MF ¹⁴	243.757,9	232.243,0	-11.514,9	-4,72%	
1.2 Receitas Não Administradas	37.537,1	44.464,5	6.927,4	18,45%	
1.3 Contribuição ao FGTS (LC nº 110/2001)	875,9	657,2	-218,7	-24,97%	
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	63.582,0	58.549,2	-5.032,8	-7,92%	
2.1 FPE/FPM/IPI-EE	51.533,0	46.429,6	-5.103,4	-9,90%	
2.2 Demais	12.049,0	12.119,6	70,6	0,59%	
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	218.588,8	218.815,4	226,6	0,10%	

Fonte: SOF/MP e STN/MF.

Elaboração: STN/MF.

¹⁴ Receitas administradas líquidas de restituições e incentivos fiscais.

30. As Transferências a Estados e Municípios no quadrimestre foram de R\$ 58,5 bilhões, inferior ao projetado em R\$ 5,0 bilhões (desvio de 7,92%), devido, sobretudo, a uma realização inferior ao previsto no Decreto, em R\$ 5,1 bilhões (desvio de 9,90%), por parte das transferências do FPE/FPM/IPI-EE. Tal desvio pode ser explicado pela frustração da arrecadação dos tributos que compõem a base de cálculo dessas transferências constitucionais, em especial o IR. As Demais Transferências ficaram ligeiramente acima do previsto (R\$ 70,6 milhões ou 0,59%), o que compensou marginalmente a frustração das transferências do FPE/FPM/IPI-EE.

31. As despesas do Tesouro Nacional, incluindo as contas do Banco Central, atingiram o montante de R\$ 158,6 bilhões, abaixo do previsto no Decreto em R\$ 10,9 bilhões (desvio de 6,42%). As principais despesas realizadas a menor foram:

- i) Outras despesas correntes e de capital, desvio de R\$ 7,8 bilhões (7,39%):
 - Despesas não discricionárias de custeio e capital, desvio de R\$ 5,2 bilhões (14,17%): contribuíram para esse desvio as despesas com Sentenças Judiciais, inferiores em R\$ 3,5 bilhões relativamente ao previsto (desvio de 94,51%), e do FAT-Abono e Seguro Desemprego (desvio de R\$ 2,7 bilhões, 23,66%);
 - Despesas discricionárias - todos os Poderes, desvio de R\$ 2,6 bilhões (3,76%): incluem-se, nesse total, as despesas no âmbito do PAC.
- ii) Pessoal e Encargos Sociais, inferior ao Decreto em R\$ 3,1 bilhões (4,84%): parte deste desvio é explicada pela não realização de despesas com precatórios e passivos judiciais no mês de abril, em torno de R\$ 1,6 bilhão.

Tabela 6: Desvio das despesas do Tesouro Nacional em relação às previstas no Decreto nº 7.707/2012 – 1º quadrimestre de 2012, R\$ Milhões

INDICADORES	Decreto 7.707/2012	Realizado		Desvio [C] - [B] / [A] * 100 [D] = [C] / [A]
		[A]	[B]	
4. DESPESAS	169.434,4	158.558,1	-10.876,4	-6,42%
4.1 Pessoal e Encargos Sociais	64.313,7	61.201,6	-3.112,1	-4,84%
4.2 Outras Despesas Correntes e de Capital	105.120,8	97.356,5	-7.764,3	-7,39%
4.2.1 Contribuição ao FGTS (LC nº 110/2001)	355,5	355,5	0,0	0,00%
4.2.1 Não Discricionárias	36.749,3	31.541,9	-5.207,4	-14,17%
4.2.2 Discricionárias - Todos os Poderes	68.015,9	65.459,0	-2.556,9	-3,76%

Fonte: SOF/MP e STN/MF. Elaboração: STN/MF.

32. Em sentido oposto, no âmbito das despesas não discricionárias, as despesas de Transferências à ANA e aos Fundos FDA/FDNE registraram um montante superior ao previsto no Decreto, da ordem de R\$ 572,6 milhões. Tal resultado pode ser explicado pelo fato de não terem sido concluídos os estudos de instrumentos alternativos de incentivo aos setores produtivos beneficiados no âmbito dos Fundos FDA/FDNE.

33. No que concerne ao resultado do RGPS, verificou-se um déficit de R\$ 15,2 bilhões, montante inferior ao previsto no Decreto na ordem de R\$ 5,9 bilhões (desvio de 28,01%), conjugação de uma realização acima do previsto na arrecadação previdenciária (desvio de R\$ 1,7 bilhão, 2,11%) e de desembolsos com benefícios previdenciários abaixo do estimado (R\$ 4,2 bilhões, desvio de 4,15%). No caso das receitas, pode-se atribuir parte do bom desempenho aos números do mercado de trabalho, no qual o crescimento nominal da massa salarial no 1º quadrimestre de 2012 foi de 16,72% em relação ao mesmo período de 2011, frente estimativa de 13,03%.

Tabela 7: Desvio do resultado da Previdência Social em relação ao previsto no Decreto nº 7.707/2012 – 1º quadrimestre de 2012, R\$ Milhões

INDICADORES	Decreto 7.707/2012	Realizado	Desvio	
	[A]	[B]	$[C] = [B] - [A]$	$[D] = [C]/[A]$
5. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA (5.1-5.2)	-21.154,4	-15.229,0	5.925,4	-28,01%
5.1 Arrecadação Líquida INSS	80.687,2	82.387,0	1.699,8	2,11%
5.2 Benefícios da Previdência	101.841,6	97.616,0	-4.225,6	-4,15%

Fonte: SOF/MP e STN/MF. Elaboração: STN/MF.

34. Relativamente ao resultado primário das Empresas Estatais Federais, o déficit primário acumulado até abril atingiu o montante de R\$ 317,8 milhões, inferior, portanto, ao déficit estabelecido pelo Decreto nº 7.707/2012, de R\$ 413,0 milhões.

35. A empresa Itaipu Binacional, embora, em razão da sua natureza jurídica, não esteja sujeita aos sistemas de controle brasileiros, tem seus dados estimados e considerados na meta consolidada das estatais, devido à responsabilidade da União na liquidação de suas dívidas. O resultado primário no quadrimestre foi afetado pelo comportamento do câmbio, pois tanto suas receitas quanto a maioria dos seus dispêndios são indexados pela moeda norte-americana.

36. Nos anexos deste relatório são apresentadas informações para fins de cumprimento do disposto no § 1º do art. 124 da LDO-2012. No anexo 1, a evolução das projeções de receitas e despesas do Governo Federal constantes nos normativos pertinentes ao processo orçamentário. No anexo 2, os desvios da receita administrada pela RFB/MF, excluindo RGPS, em relação ao Decreto nº 7.707/2012. No anexo 3, os parâmetros constantes do inciso XXV do Anexo II da LDO-2012, esperados e efetivamente observados, para o quadrimestre e para o ano. No anexo 4, o estoque e o serviço da dívida pública federal, comparando o observado ao final de cada quadrimestre com o do início do exercício. No anexo 5, o resultado primário obtido no 1º quadrimestre de 2012, discriminando, em milhões de reais, receitas e despesas, obrigatórias e discricionárias, no mesmo formato da previsão atualizada para todo o exercício. No anexo 6, a demonstração do cumprimento do art. 14 da LRF, especificando as medidas de compensação tributária implementadas neste 1º quadrimestre.

ANEXO 1 – Resultado Primário dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e das Empresas Estatais Federais - 2012
 (evolução das receitas e despesas do Governo Federal)

Tabela A.1.1: Evolução das receitas e despesas do Governo Federal – 2012

DISCRIMINAÇÃO	LDO-2012		Decreto 7.680/2012		Decreto 7.707/2012	
	R\$ mi	% PIB	R\$ mi	% PIB	R\$ mi	% PIB
1. RECEITA TOTAL	953.269,0	18,92%	921.609,1	17,96%	811.613,8	17,96%
1.1 Administradas pela RFB/MF ¹²	724.424,4	16,05%	699.873,3	15,30%	599.878,1	15,30%
1.2 Receitas Não Administradas	125.872,2	2,79%	118.778,5	2,60%	118.778,5	2,60%
1.3 Contribuição ao FGTS (LC nº 110/2001)	2.957,2	0,02%	2.957,2	0,02%	2.957,2	0,02%
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	189.540,5	4,20%	182.614,9	3,99%	182.692,6	3,99%
2.1 FPE/FPM/IPI-EE	151.314,4	3,35%	146.424,9	3,20%	146.494,5	3,20%
2.2 Demais	38.226,1	0,85%	36.190,0	0,79%	36.198,1	0,79%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	663.713,3	14,72%	638.994,2	13,97%	638.921,2	13,97%
4. DESPESAS	550.215,6	12,20%	502.915,6	11,00%	502.842,7	10,99%
4.1 Pessoal	187.613,1	4,16%	187.613,1	4,10%	187.613,1	4,10%
4.2 Outras Correntes e de Capital	362.602,6	8,04%	315.302,6	6,89%	315.229,6	6,89%
4.2.1 Não Discricionárias	104.072,2	2,31%	94.691,2	2,07%	94.631,3	2,07%
4.2.2 Discricionárias - Todos os Poderes	255.573,2	5,67%	220.611,4	4,82%	220.242,8	4,82%
4.2.3 Contribuição ao FGTS (LC nº 110/2001)	2.957,2	0,07%	0,0	0,00%	355,5	0,01%
5. RESULTADO DO TESOURO (3 - 4)	113.497,7	2,52%	136.078,5	2,98%	136.078,5	2,98%
6. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA (6.1 - 6.2)	-42.036,7	-0,93%	-39.105,5	-0,86%	-39.105,5	-0,86%
6.1 Arrecadação líquida INSS	274.060,0	6,00%	260.300,0	5,89%	260.300,0	5,89%
6.2 Benefícios da Previdência	316.105,5	7,01%	308.405,5	6,74%	308.405,5	6,74%
7. ARUJE METODOLÓGICO - ITAIPU¹²	0,0	0,00%	0,0	0,00%	0,0	0,00%
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA¹³	0,0	0,00%	0,0	0,00%	0,0	0,00%
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO OFSS (5+6+7+8)	71.461,0	1,58%	96.973,0	2,12%	96.973,0	2,12%
10. RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	0,0	0,00%	0,0	0,00%	0,0	0,00%
11. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL (9+10)	71.461,0	1,58%	96.973,0	2,12%	96.973,0	2,12%
12. AÇÕES NO ÂMBITO DO PAC - ART. 3º DA LDO-2012¹⁴	25.600,0	0,57%	0,0	0,00%	0,0	0,00%
13. RESULTADO PRIMÁRIO PARA FINS CUMPRIMENTO LDO-2012 (11+12)	97.061,0	2,15%	96.973,0	2,12%	96.973,0	2,12%

Fonte: SOF/MF e STN/MF. Elaboração: STN/MF.

¹² Receitas administradas líquidas de restituições e incentivos fiscais.

¹³ Recursos referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

¹⁴ Diferença entre o primário apurado pelo BCB, "abaixo-da-linha", e o primário apurado pela STN/MF (excluído Itaipu), "acima-da-linha".

¹⁴ Ações selecionadas nos termos do art. 3º da LDO-2012. Os Decretos nº 7.680/2012 e nº 7.707/2012 não se utilizam do mecanismo de dedução das despesas do PAC para fins de cumprimento da meta de superávit primário.

ANEXO 2 – Comparativo Meta versus Realizado: 1º quadrimestre 2012
 (receita administrada pela RFB/MF, exclusive contribuição RGPS)

Tabela A.2.1: Desvio das Receitas Administradas pela RFB/MF, excluindo RGPS, em relação ao Decreto nº 7.707/2012 – 1º Quadrimestre, R\$ Milhões

RECEITAS ADMINISTRADAS RFB/MF	Decreto 7.707/2012	Realizado [B]	Desvio	
			[A]	[C] = [B] - [A] [D] = [C]/[A]
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	9.960,8	9.158,4	-802,4	-8,06%
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	23,4	32,0	9,6	42,64%
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	15.696,4	14.883,7	-812,7	-5,18%
IPI - FUMO	1.223,3	1.323,8	100,5	8,21%
IPI - BEBIDAS	1.227,2	1.215,3	-11,9	-0,97%
IPI - AUTOMÓVEIS	2.500,0	2.011,3	-488,7	-19,55%
IPI - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	5.463,7	5.141,1	-322,6	-5,90%
IPI - OUTROS	5.282,2	5.192,3	-89,9	-1,70%
IMPOSTO SOBRE A RENDA	100.975,4	97.247,1	-3.728,3	-3,69%
IR - PESSOA FÍSICA	8.730,5	8.695,1	-35,4	-0,41%
IR - PESSOA JURÍDICA	48.398,5	45.109,5	-3.289,0	-6,80%
IR - RETIDO NA FONTE	43.846,4	43.442,6	-403,8	-0,92%
IRRF - RENDIMENTOS DO TRABALHO	27.842,2	26.741,6	-1.100,5	-3,95%
IRRF - RENDIMENTOS DO CAPITAL	8.819,0	9.491,8	672,8	7,63%
IRRF - REMESSAS PARA O EXTERIOR	4.541,2	4.529,1	-12,1	-0,27%
IRRF - OUTROS RENDIMENTOS	2.644,1	2.680,1	36,0	1,36%
IPIF	10.959,9	10.803,7	-156,2	-1,43%
ITR	47,3	51,8	4,5	9,51%
CPMF	17,7	35,4	17,7	99,54%
COFINS	56.054,0	54.898,4	-1.155,6	-2,06%
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	15.852,0	14.879,8	-972,2	-1,14%
CSLL	26.047,2	23.980,1	-2.067,1	-7,94%
CIDE - COMBUSTÍVEIS	1.640,8	1.725,6	84,7	5,16%
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF	218,5	160,1	-58,4	-26,72%
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	7.865,5	4.387,0	-2.678,6	-37,91%
RECEITAS DE LOTERIAS	1.436,5	1.202,3	-234,1	-16,30%
CIDE-REMESSAS AO EXTERIOR	626,6	654,5	27,9	4,46%
DEMAIS	5.002,5	2.530,1	-2.472,4	-49,42%
TOTAL	243.757,9	232.243,0	-11.514,9	-4,72%

Fonte: RFB/MF, SRF/MF e STN/MF.

Elaboração: STN/MF.

Obs.: Receitas administradas líquidas de restituições e incentivos fiscais.

Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 1º Quadrimestre de 2012

ANEXO 3 – LEI Nº 12.465/2011, ART. 124, § 1º, INCISO I

(parâmetros constantes do inciso XXV do Anexo III, desta Lei, esperados e efetivamente observados, para o quadriestre e para o ano)

Tabela A.3.1: Evolução dos parâmetros macroeconômicos – 2012

Período	Missa Salári		Inflação - Gf-DI		Inflação - IPCA		Inflação - INPC		Câmbio Fim período		Câmbio médio		PIB
	Varição Média ¹	Varição Média ¹	Varição Acumulada ²	Varição Média ¹	Varição Acumulada ²	Varição Média ¹	Varição Acumulada ²	RS/US\$	RS/US\$	RS/milões ³	RS/milões ³	Variação Real ⁴	Deflator
PIB-2012 (Parâmetro de 03.04.2011)	9,93%	5,39%	4,50%	4,56%	4,50%	5,06%	5,01%	1,79	1,75	4510383,7	5,00%	4,91%	
1º Quadrimestre 2012	10,75%	5,17%	1,67%	4,23%	1,59%	4,65%	1,82%	1,75	1,73	1426314,2	4,48%	4,46%	
PICB-2012 (Parâmetro de 21.07.2011)	9,79%	5,92%	5,00%	4,90%	4,80%	4,84%	4,50%	1,69	1,64	4537475,5	5,00%	5,16%	
1º Quadrimestre 2012	9,80%	5,02%	1,79%	4,78%	1,69%	4,83%	2,63%	1,63	1,62	1433304,7	6,42%	4,81%	
Decreto nº 7.580 - Parâmetro 03.02.2011	11,73%	4,59%	4,59%	5,34%	4,70%	5,15%	4,50%	1,76	1,73	4573383,8	4,50%	5,25%	
1º Quadrimestre 2012	13,03%	3,47%	1,17%	5,64%	1,55%	5,27%	2,69%	1,73	1,74	1459321,8	6,10%	5,10%	
Decreto nº 7.701 - Parâmetro 03.02.2011	11,73%	4,99%	4,99%	5,34%	4,70%	5,15%	4,50%	1,76	1,73	4573383,8	4,50%	5,25%	
1º Quadrimestre 2012	13,03%	3,47%	1,17%	5,64%	1,55%	5,27%	2,69%	1,73	1,74	1459321,8	5,10%	5,10%	
Realizado													
1º Quadrimestre 2012	16,72%	3,72%	1,96%	5,60%	1,97%	5,24%	1,73%	1,69	1,79	n.d. ⁴	n.d. ⁴	n.d. ⁴	n.d. ⁴

(continua...)

Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 1º Quadrimestre de 2012

Período	Valor US\$ das importações sem comissões		Petróleo BRENT		Aplicações Financeiras		Volume Gasolina (milhão m ³) ^{1/}		Volume Diesel (milhão m ³) ^{1/}		SEIC MÉDIA	
	Variação Acumulada ^{1/}	US\$ /bbl Média	Variação Média ^{1/}	US\$ /bbl Média	Variação Média ^{1/}	Variação Média ^{1/}	Variação Média ^{1/}	Variação Média ^{1/}	Variação Média ^{1/}	Variação Média ^{1/}	Variação Média ^{1/}	SEIC REAL (R\$)
PILO-2012 (Parâmetro de 08.04.2011) 1º Quadrimestre 2012	8,41%	100,39	2,08%	100,57	5,28%	17,75%	0,95%	3,84%	10,75%	4,03%	10,91%	5,99%
PILO-2012 (Parâmetro de 08.04.2011) 1º Quadrimestre 2012	-0,35%	100,39	-5,28%	100,57	-17,94%	-1,11%	-4,03%	-10,91%	-10,75%	-4,03%	-10,91%	5,79%
PILO-2012 (Parâmetro de 21.07.2011) 1º Quadrimestre 2012	13,58%	111,64	-0,78%	111,64	19,38%	4,22%	3,50%	12,45%	7,30%	2,58%	12,55%	6,97%
PILO-2012 (Parâmetro de 21.07.2011) 1º Quadrimestre 2012	-11,62%	111,64	-2,58%	112,42	-20,92%	-5,28%	-4,55%	-12,55%	-7,30%	-2,58%	-12,55%	6,97%
Decreto nº 7.680 - 7º trimestre 02.02.2012 1º Quadrimestre 2012	10,23%	111,64	-0,78%	111,64	18,79%	4,29%	5,54%	10,48%	5,52%	4,67%	21,52%	6,95%
Decreto nº 7.680 - 7º trimestre 02.02.2012 1º Quadrimestre 2012	-4,67%	112,42	-2,58%	112,42	-21,52%	-6,55%	-3,50%	-10,22%	-4,33%	-4,67%	-21,52%	6,95%
Decreto nº 7.707 - 7º trimestre 02.02.2012 1º Quadrimestre 2012	10,23%	111,64	-0,78%	111,64	18,79%	4,29%	5,54%	10,48%	5,52%	4,67%	21,52%	6,95%
Decreto nº 7.707 - 7º trimestre 02.02.2012 1º Quadrimestre 2012	-4,67%	112,42	-2,58%	112,42	-21,52%	-6,55%	-3,50%	-10,22%	-4,33%	-4,67%	-21,52%	6,95%
Realizado 1º Quadrimestre 2012	5,57%	112,42	2,58%	112,42	2,58%	17,68%	17,68%	21,55%	21,55%	8,20%	8,20%	10,15%

THE JOURNAL

ESTABELECI

J. Para "Ano 2012"; variação média do ano de 2012 em relação ao Quatrimestre de 2012 em relação ao Quatrimestre de 2011.

Ergonomics in Design 2012, Volume 23, Number 2, pp. 11–14

Os dados da Tabela 9, variado mês da primeiríssima de 2012 em trinta dias, no biênio de 2011.

卷之三

6 de 692 páginas | 29 de junho de 2012 | 10:00 | 11.000,00 | 1º semestre de 2012

Os dados até março variaram de média de primeiro trimestre de 2012 e em relação ao primeiro trimestre de 2011.

ANEXO 4 – LEI N° 12.465/2011, ART. 124, § 1º, INCISO II

(o estoque e o serviço da dívida pública federal, comparando a observada ao final de cada quadrimestre com a do início do exercício)

A DPF de responsabilidade do Tesouro Nacional em mercado passou de R\$ 1.885,9 bilhões, em dezembro, para R\$ 1.902,0 bilhões, em abril, correspondendo a um acréscimo, em termos nominais, de R\$ 16,1 bilhões. Essa variação ocorreu em virtude da apropriação de juros nominais no valor de R\$ 68,6 bilhões ocorrida no período, que superou o resgate líquido de R\$ 52,6 bilhões.

Tabela A.4.1: Fatores de variação da DPF em Mercado – 1º Quadrimestre de 2012 x 3º Quadrimestre de 2011

INDICADORES	R\$ milhões	% de estoque final
Estoque em 31/dez/11	1.885.912,0	
Estoque em 30/abr/12	1.901.970,8	
Variação Nominal	16.053,8	0,85%
I - Gestão da Dívida - Tesouro Nacional (I.1 + I.2)	16.124,5	0,86%
I.1 - Emissão/Resgate Líquido	-51.416,8	-2,78%
I.1.1 - Emissões	125.838,0	6,67%
- Emissões Oferta Pública (DPMFI) ¹¹	107.692,8	5,71%
- Emissões Diretas (DPMFI) ¹²	13.405,0	0,71%
- Trocas Liquidadas (DPMFI) ¹³	0,1	0,00%
- Emissões (DPFe) ¹⁴	4.740,1	0,25%
I.1.2 - Resgates	-178.254,8	-9,45%
- Pagamentos Correntes (DPMFI) ¹⁵	-173.338,5	-9,19%
- Pagamentos Correntes (DPFe) ¹⁶	-4.922,0	-0,23%
- Resgates Antecipados (DPFe) ¹⁷	-293,3	-0,02%
I.2 - Juros Nominais (apropriação por competência)	68.643,4	3,64%
- Juros Nominais Apropriados da DPMFI ¹⁸	65.790,6	3,42%
- Juros Nominais Apropriados da DPFe ¹⁹	2.850,7	0,15%
II - Operação do Banco Central	-170,7	-0,01%
II.1 - Incorporação de Títulos de Instituições Financeiras ²⁰	-170,7	-0,01%

Fonte: STN/MF. Elaboração: STN/MF.

¹¹ Emissões de títulos da DPMFI que ocorrem principalmente por meio de leilões ou por meio do Programa Tesouro Direto, excluindo títulos de Dívida Securitizada e TDA. Não incluem as operações de troca/pequena de títulos. Os valores referentes aos cancelamentos ocorridos no quadrimestre já estão expurgados desse valor.

¹² Referem-se às emissões para fins específicos autorizados em lei e às emissões sem contrapartida financeira, para atender aos Programas de Reforma Agrária (TDA), Proex, FIES e FCOV.

¹³ Diferença entre as emissões (preço de mercado) realizadas por troca e os títulos aceitos (preço da curva-estoque).

¹⁴ Referem-se às emissões dos bônus no mercado externo e aos ingressos de recursos relativos aos contratos com organismos multilaterais, bancos privados e agências de crédito.

¹⁵ Pagamentos de amortizações e juros da DPMFI.

¹⁶ Pagamentos de amortizações e juros da DPFe mobiliária e contratual.

¹⁷ Incluem cancelamentos de títulos e pagamentos antecipados por meio do Programa de Recompra da DPFe.

¹⁸ Contempla a atualização monetária do principal e a apropriação de juros reais da DPMFI.

¹⁹ Demonstra o efeito da apreciação/depreciação das moedas que compõem a DPFe em relação à moeda nacional, associado à apropriação de juros no período.

²⁰ Referem-se aos títulos transferidos ao Banco Central em razão de liquidação extrajudicial de instituições financeiras.

Observações:

I - A DPF em mercado compreende as dívidas contratuais e mobiliária, interna e externa, de responsabilidade do Tesouro Nacional em poder do público.

II - O estoque da DPMFI é analisado pelo critério de competência, considerando a atualização monetária do principal da dívida e a variação mensal de juros, deságios e acréscimos em relação ao Indexador das títulos.

III - O estoque da DPFe é apurado, segundo padrão internacional, com base no estoque (principal + juros apropriados por competência), na moeda de origem, convertido para dólar e, em seguida, para o real.

De janeiro a abril de 2012, as emissões da DPMFi somaram R\$ 121,1 bilhões, considerando as efetuadas via ofertas públicas, emissões diretas líquidas e operações do Programa Tesouro Direto. Os resgates, por sua vez, alcançaram R\$ 173,3 bilhões, resultando um resgate líquido de R\$ 52,2 bilhões no período.

Em linha com as diretrizes estabelecidas no PAF de 2012, as emissões realizadas por meio de oferta pública no mercado doméstico envolveram os seguintes papéis: i) R\$ 8,5 bilhões de LFT (Selic), com vencimentos entre março de 2015 e março de 2018; ii) R\$ 64,8 bilhões de LTN (prefixados), com vencimentos entre janeiro de 2013 e janeiro de 2016; iii) R\$ 24,6 bilhões de NTN-B (índice de preços), com vencimentos entre maio de 2015 e agosto de 2050; e iv) R\$ 9,6 bilhões de NTN-F (prefixados com juros semestrais) com vencimentos entre janeiro de 2017 e janeiro de 2023.

As emissões diretas líquidas de títulos da DPMFi totalizaram R\$ 13,4 bilhões e foram realizadas para fazer face a programas de governo, tais como: Reforma Agrária (TDA); PROEX (NTN-F); FIES (CFT-E); securitização para novação de dívidas do FCVS; concessões de crédito para o BNDES (Lei nº 12.397, de 23 de março de 2011); e permuta por outros títulos.

Tabela A.4.2: Fatores de variação da DPMFi em Mercado – 1º Quadrimestre de 2012 x 3º Quadrimestre de 2011

INDICADORES	R\$ milhões	% do estoque final
Estoque em 31/dez/11	1.801.069,2	
Estoque em 30/abr/12	1.814.448,5	
Variação Nominal	13.379,3	0,74%
I - Gestão da Dívida - Tesouro Nacional (I.1 + I.2 + I.3)	13.550,0	0,75%
I.1 - Emissão/Resgate Líquido	-65.645,6	-3,64%
- Emissões Oferta Pública ^a	107.692,8	5,98%
- Pagamentos ^b	-123.938,5	-9,62%
- Trocas Líquidas ^b	0,1	0,00%
I.2 - Emissão por Colocação Direta	13.405,0	0,74%
- Programas de Governo ^b	2.051,4	0,11%
- Outras emissões ^b	72.709,1	4,04%
- Cancelamentos ^b	-61.355,5	-3,41%
I.3 - Juros Nominais (apropriação por competência) ^b	65.780,6	3,65%
II - Operação do Banco Central	-170,7	
II.1 - Incorporação de Títulos de Instituições Financeiras ^b	-170,7	-0,01%

Fonte: STN/ME.

Elaboração: STN/ME.

^a Emissões de títulos da DPMFi que ocorrem principalmente por meio de leilões ou por meio do Programa Tesouro Direto, excluído títulos da Dívida Securitizada e TDA. Não incluem as operações de troca/permuta de títulos, nem os cancelamentos ocorridos no quadrimestre.

^b Pagamentos de amortizações e juros da DPMFi.

^b Diferença entre as emissões (preço de mercado) realizadas por troca e os títulos aceitos (preço da cunha-estoque).

^b Referem-se às emissões sem contrapartida financeira, para atender aos Programas de Reforma Agrária (TDA), PROEX, FIES e FCVS.

^b Emissões para fins específicos autorizados em lei (e.g. permuta de títulos da DPMFi com bancos). Incluem os valores referentes concessões de crédito para o BNDES, conforme Lei nº 11.805, de 06 de novembro de 2008.

^b Contempla os cancelamentos de títulos, exceto os recebidos em leilões de troca.

^b Contempla a atualização monetária do principal e a apropriação de juros reais da DPMFi.

^b Referem-se aos títulos transferidos ao Banco Central em razão de liquidação extrajudicial de Instituições Financeiras.

Observações:

^b O estoque da DPMFi é apurado pelo critério de competência, considerando a atualização monetária do principal da dívida e a apropriação mensal de juros, deságios e acréscimos em relação ao indexador dos títulos.

Com relação à DPFe, seu saldo encerrou o mês de abril em R\$ 87,5 bilhões, o que representa elevação de 3,15% em relação ao mês de dezembro de 2011, cujo montante era de R\$ 84,8 bilhões. Apesar do resgate líquido de R\$ 176,2 milhões, a variação positiva no estoque pode ser explicada pela apropriação de juros no valor de R\$ 2,2 bilhões e pela depreciação da moeda nacional em relação à cesta de moedas que compõem a DPFe.

Considerando-se os pagamentos correntes e os resgates antecipados, o serviço da DPFe somou, de janeiro a abril de 2012, R\$ 4,9 bilhões, sendo R\$ 2,2 bilhões referentes ao pagamento de principal e R\$ 2,7 bilhões, ao pagamento de juros.

Tabela A.4.3: Fatores de variação da DPFe em Mercado – 1º Quadrimestre de 2012 x 3º Quadrimestre de 2011

INDICADORES	R\$ milhões	% do estoque Inicial
Estoque em 31/dez/11	84.847,8	
Estoque em 30/abr/12	87.522,3	
Variação Nominal	2.674,5	3,15%
I - Gestão da Dívida - Tesouro Nacional (I.1 + I.2)	2.674,5	3,15%
I.1 - Emissão/Resgate Líquido ¹¹	-176,2	-0,21%
- Emissões ¹²	4.740,1	5,59%
- Pagamentos Correntes ¹³	-4.622,6	-5,45%
- Resgates Antecipados ¹⁴	-293,7	-0,35%
I.2 - Juros Nominais (apropriação por competência)	2.850,7	3,36%
- Juros Acruidos ¹⁵	2.222,0	2,62%
- Variação Cambial ¹⁶	628,7	0,74%

Fonte: STN/MF. Elaboração: STN/MF.

¹¹ Corresponde ao valor total das emissões deduzidas dos pagamentos correntes e dos resgates antecipados da DPFe no quadrimestre.

¹² Referente às emissões dos bônus no mercado exíma e aos ingressos de recursos relativos aos contratos com organismos multilaterais, bancos privados e agências de crédito.

¹³ Pagamentos de amortizações e juros da DPFe mobiliária e contratual.

¹⁴ Incluem cancelamentos de títulos e pagamentos antecipados por meio do Programa de Recompra da DPFe.

¹⁵ Saldo dos juros apropriados por competência no quadrimestre.

¹⁶ Demonstra a valorização/desvalorização das moedas que compõem a DPFe em relação à moeda nacional.

ANEXO 5 – LEI N° 12.465/2011, ART. 124, § 1º, INCISO III

(o resultado primário obtido até o quadrimestre, discriminando, em milhões de reais, receitas e despesas, obrigatórias e discricionárias, no mesmo formato da previsão atualizada para todo o exercício)

Tabela A.5.1: Resultado primário realizado do Governo Federal – 1º quadrimestre de 2012, R\$ Milhões

INDICADORES	Realizado
	Jan-Abr/2012
1. RECEITA TOTAL	277.364,6
1.1 Receita Administrada pela RFB/MF ^{1/}	232.243,0
1.1.1 Imposto de Importação	9.158,4
1.1.2 IPI	14.883,7
1.1.3 IR	97.384,4
1.1.4 IOF	10.803,7
1.1.5 Cofins	54.898,4
1.1.6 PIS/Pasep	14.879,8
1.1.7 CSLL	23.980,1
1.1.8 CPMF	35,4
1.1.9 Cide-Combustíveis	1.725,5
1.1.10 Outras Administradas pela RFB/MF	4.493,5
1.2 Receitas Não Administradas	45.121,7
1.2.1 Concessões	384,0
1.2.2 Participações e Dividendos	5.041,7
1.2.3 Plano de Segurança do Servidor	2.867,5
1.2.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	14.256,3
1.2.5 Receita Própria (fontes 50 e 81)	5.484,7
1.2.6 Salário-Educação	5.314,0
1.2.7 FGTS	657,2
1.2.8 Banco Central	184,3
1.2.9 Demais Receitas	10.932,0
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	58.549,2
2.1 FPE/TPM/IPI-EE	46.429,6
2.2 Fundos Regionais	1.317,7
2.2.1 Repasse Total	3.080,6
2.2.2 Superávit Fundos	-1.762,9
2.3 Salário-Educação	3.122,1
2.4 Compensações Financeiras	6.836,6
2.5 CIDE - Combustíveis	740,1
2.6 Demais	103,1
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	218.815,4

(continua...)

INDICADORES	Realizado Jan-Abr/2012
4. DESPESAS	158.558,1
4.1 Despesas Não Discricionárias, exceto RGPS	93.099,0
4.1.1 Pessoal e Encargos Sociais	61.201,6
4.1.2 Abono e Seguro-Desemprego	8.708,0
4.1.3 LOAS	9.615,6
4.1.4 Benefícios de Legislação Especial	127,0
4.1.5 Sentenças Judiciais	203,2
4.1.6 Compensação aos Estados Exportadores	650,0
4.1.7 Fundo Constitucional do DF	268,6
4.1.8 Fundeb - Complementação	4.775,4
4.1.9 Subvenções Econômicas / Subsídios / Proagro	5.164,5
4.1.10 Créditos Extraordinários	614,3
4.1.11 Doações, Convênios e Anistiados	245,7
4.1.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	166,8
4.1.13 FGTS	355,5
4.1.14 Transferências ANA e Fundos FDA / FDNE	982,9
4.1.15 Apoio Financeiro aos Municípios/Estados	0,0
4.1.16 Ressarcimento Estados/Municípios Combustíveis Fósseis	20,0
4.2 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	65.459,0
5. RESULTADO DO TESOURO (3-4)	60.257,4
6. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA (6.1-6.2)	-15.229,0
6.1 Arrecadação Líquida INSS	82.387,0
6.2 Benefícios da Previdência	97.616,0
7. Ajuste Metodológico - Itaipu ^{1/2}	605,5
8. Discrepância Estatística ^{3/}	-1.149,1
9. RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL (5+6+7+8)	44.484,8
10. AÇÕES NO ÂMBITO DO PAC ^{4/}	11.337,4
11. RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL	44.484,8
12. RESULTADO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	-317,8
13. RESULTADO DO GOVERNO FEDERAL (11+12) (7)	44.167,0
(*) Memo :	
Resultado primário do Governo Federal	44.167,0
- Governo Central (menos "ajuste metodológico - Itaipu")	43.879,3
- Estatais Federais (mais "ajuste metodológico - Itaipu")	287,7

Fonte: BCB e STN/MF. Elaboração: STN/MF.

^{1/} Receitas administradas líquidas de restituições e incentivos fiscais.

^{2/} Recursos referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

^{3/} Diferença entre o primário apurado pelo BCB, "abaixo-da-linha", e o primário apurado pela STN/MF (excluído Itaipu), "acima-da-linha".

^{4/} Embora o art. 3º da LDO-2012 estabeleça a possibilidade de dedução de despesas no âmbito do PAC, em até R\$ 40,6 bilhões, da meta de superávit primário, os Decretos nº 7.680/2012 e nº 7.707/2012 não se utilizam deste mecanismo.

Obs: Tesouro inclui resultado do Banco Central e operações do FGTS previstas na LC nº 110/2001.

ANEXO 6 – ACÓRDÃO TCU Nº 747, de 2010

(Demonstração do cumprimento do art. 14 da LRF, especificando as medidas de compensação implementadas no quadriestre analisado)

Tabela A.6.1: Medidas de compensação implementadas – 1º quadriestre de 2012

Lei/Decreto	Artigo	Tributo	Descrição	Plano	Estimativa - R\$ Milhões	Medida de compensação implementada no 1º quadriestre de 2012	Razão
29/2/2012 Decreto nº 7.383	10F		Redução a zero da alíquota do IGF incidente sobre operações de Cambio comunitárias por investidor estrangeiro para aplicações em Brazilian Depository Receipts - BDR.	Indeterminado	0	Alteração de alíquota do IGF - exceção prevista no inciso I do § 3º do art. 14 da LRF.	
15/3/2012 Decreto nº 7.499	10F		Exclusão a zero da alíquota do IGF incidente sobre operações com derivativos para cobertura de riscos financeiros feira 1%.	Indeterminado	0	Alteração de alíquota do IGF - exceção prevista no inciso I do § 3º do art. 14 da LRF.	
25/3/2012 Decreto nº 7.105	IPI		Prolongação da desoneração da linha branca (geladeira, freezer, fogão, máquina de lavar).	30/05/2012	27,0	Alteração de alíquota do IPI - exceção prevista no inciso I do § 3º do art. 14 da LRF.	
25/3/2012 Decreto nº 7.105	IPI		Desoneração de IPI sobre móveis, utensílios PET.	30/06/2012	198,0	Alteração de alíquota do IPI - exceção prevista no inciso I do § 3º do art. 14 da LRF.	
25/3/2012 Decreto nº 7.105	IPI		Desoneração de IPI sobre óculos de proteção, linternas e lustres.	30/06/2012	26,0	Alteração de alíquota do IPI - exceção prevista no inciso I do § 3º do art. 14 da LRF.	

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Nos termos do art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação da matéria:

Leitura: 4-6-2012

até 9/6 prazo para publicação e distribuição dos avulsos da matéria;

até 24/6 prazo para apresentação de relatório;

até 29/6 prazo para apresentação de emendas ao relatório; e

até 6/7 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

A matéria será publicada no *Diário do Senado Federal* de 5 de junho do corrente.

O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Com a palavra Senadora Ana Amélia, inscrita em primeiro lugar, logo após, Mozarildo Cavalcanti.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos regimentalmente.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente Alvaro Dias, Sr^as e Srs. Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, servidores desta Casa, nos últimos dias, temos concentrado a atenção sobre os problemas relacionados à economia brasileira, sobre o fraco desempenho do Produto Interno Bruto nacional, que, praticamente, ficou na mesma situação, nos últimos três meses, refletindo mais do que a crise econômica internacional, também algumas incertezas internas.

O crescimento do PIB foi de apenas 0,2%, trazendo, desta forma, um fato novo, porém não surpreendente. O setor agropecuário que vinha garantindo o crescimento da economia brasileira nos últimos anos foi o responsável principal pela queda da produção do último trimestre. E, sob certo aspecto, isso traz uma lição importante. Essa área que é pouco atendida nas políticas públicas, porque a recente medida que o Governo adotou estimulando o setor automobilístico com a desoneração de IPI para carros novos, não houve nenhuma iniciativa para favorecer a produção agropecuária, que tem uma densidade do emprego de mão de obra extraordinária, mas, incomparavelmente, maior do que a produção de automóveis. Além disso, é o setor de alimentos que tem a pauta maior na nossa lista de exportações e também não se comprehende o porquê desse descaso.

A seca no Rio Grande do Sul, além disso, derubou os negócios da agroindústria e determinou a

virada de rumo para um baixo desempenho, liderada especialmente pela queda na produção de soja e de arroz. A pecuária não ficou atrás. Houve uma queda na produção de leite e derivados em função da falta de alimentos para o gado leiteiro.

Trago a este plenário e a esta tribuna, Senador Alvaro Dias, o senhor que também é de um Estado produtor agrícola importante, o Paraná, um triste exemplo que ilustra a situação desesperadora em que se encontram os produtores de carne suína, não só do Rio Grande do Sul, mas especialmente de Santa Catarina e do Paraná. Esse setor é responsável por 120 mil empregos diretos e mais de 1,2 milhão colaboradores indiretos.

Recebi de um empresário de meu Estado, que trabalha na Produção de Suplementação e Nutrição Animal, uma desesperadora correspondência. O empresário Flauri Migliavacca relata uma situação assustadora. Segundo ele, os produtores de carne suína no sul do Brasil estão à beira da falência por causa da dificílima situação do setor.

A queda das exportações para países como a Rússia e Argentina, tradicionais mercados para a nossa carne suína, diminuiu de tal forma a renda dos produtores que obriga hoje os criadores de suínos a pagarem as dívidas entregando caminhões e até animais, que são sua matéria-prima.

Em Santa Catarina, segundo relato do empresário Migliavacca, 30% a 40% dos produtores independentes estão prontos para decretar falência, demitir e fechar as portas de seus criatórios. No Rio Grande do Sul, pelo menos, doze frigoríficos estão enfrentando, desde junho do ano passado, problemas financeiros graves, um deles é a unidade da Cooperativa Aurora, localizada em Erechim, na região norte do Estado.

Um dos produtores, *Daniel Michels, define a situação desta forma: “É a falência da produção de suínos! Não conseguimos mais manter nossas propriedades. Não há mais recursos e, muito menos, créditos para manter a alimentação dos animais. Se deixarmos os suínos na propriedade, nosso custo é alto e, se destinarmos os animais para terceiros, ficará ainda maior.”*

O e-mail que recebi, senhoras e senhores, não poderia ser mais representativo. Junto ao texto que explica a situação dos suinocultores, aparecem fotos da recente Feagro, a maior feira que envolve o setor agropecuário no Estado de Santa Catarina e realizado no Município de Braço do Norte, região sul catarinense. Nos locais destinados à exposição dos suínos a foto mostra cruzes de madeira, representando a morte. Cruzes substituíram os animais nas baías, uma representação literal da situação desesperadora dos criadores de suínos. A feira, que normalmente é uma

verdadeira festa para qualquer produtor rural, lugar de exibir o melhor animal, o destaque da produção, foi desta vez usada para um protesto. A ilustração que tenho em mãos é de um cemitério.

De acordo com a Associação Catarinense dos Criadores de Suínos, a suinocultura no Estado está com os dias contados. Isso porque Santa Catarina é zona livre de aftosa sem vacinação, um zoneamento conseguido pela Organização Internacional de Epizootias, que qualifica esse Estado como uma referência sanitária em todo o País.

A entidade catarinense teme que em menos de sessenta dias a maioria dos produtores estará se desligando da produção. Os produtores não pedem créditos, mas querem vender a carne suína a preço justo para desafogar os estoques e afastar o extermínio da propriedade e também do próprio êxodo rural.

Há cinco anos, os produtores de suínos vêm sofrendo com a queda nas vendas internas e com as exportações. A situação agravou-se ainda mais quando o governo argentino de Cristina Kirchner passou a criar cotas para a importação de carne suína brasileira. As vendas, que antes chegavam a 3,5 mil toneladas por mês, caíram para 500 toneladas mensais, decretando um prejuízo de R\$30 milhões nos últimos três meses.

Na semana passada, o Governo brasileiro recebeu garantias do governo argentino, através do Embaixador Luis Maria Kreckler, que o embargo contra a carne suína brasileira está suspenso. Só na palavra, na prática, nada aconteceu, nada mudou, continuam as barreiras da Argentina à carne suína brasileira. Todos os produtores receberam a notícia com reserva e informaram que as exportações para a Argentina ainda não normalizaram, como garante o governo daquele país.

Na próxima semana o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, vai ter uma reunião, através de uma solicitação minha e também do Deputado Luiz Carlos Heinze, com os produtores de carne suína e avaliar a situação, mas esse é apenas um capítulo dessa novela, envolvendo a nossa produção agropecuária.

Já foi assunto de pronunciamento meu nesta tribuna o fato de que o setor da pecuária, especialmente a produção de suínos e frangos, da produção de leite, não foi incluído nas ações do Governo em busca da competitividade no programa intitulado Brasil Maior. Enquanto o Governo reduz impostos para o setor automotivo, reconhecidamente importante na manutenção de empregos, esquece o outro lado do Brasil: a área rural, que é também responsável pelo emprego de milhares de brasileiros – mais de 30 milhões de empregos.

Volto a dizer que medidas pontuais, como redução de impostos, não irão resolver os problemas de

competitividade, Senador Alvaro Dias. Viver de apagar incêndios não irá evitar um desastre maior num futuro próximo: a extinção de empresas, principalmente aquelas de economia familiar, um setor que garante a sustentabilidade do campo. O Governo peca quando não cria programas visando ao futuro. Precisamos trabalhar com medidas preventivas e não medidas apenas para corrigir problemas conjunturais, como quem gasta dinheiro com remédio para curar a doença, em vez de investir na prevenção delas.

O setor agropecuário está perdendo competitividade pelos mesmos motivos da indústria de manufaturados e, por isso, merece tratamento especial. Precisamos baixar os custos trabalhistas, que crescem 40% no Brasil, enquanto que nos Estados Unidos o peso da folha salarial para o setor produtivo teve um aumento de 3%. O Brasil precisa reduzir o custo de energia elétrica, componente que pesa mais de 10% nas contas finais das empresas, seja na cidade ou no campo.

Além da conta alta de energia, os produtos brasileiros perdem competitividade com o custo determinado pela nossa infraestrutura carente. Nossas estradas, por onde é transportada grande parte da produção agrícola ou industrial, são cheias de buracos. Elevam os preços dos produtos brasileiros em até 25%, porque é preciso manter os caminhões ou bancar os atrasos de entrega gerados por uma estrada esburacada e sem condições, sem falar dos custos dos portos brasileiros, que cobram 70% a mais que os portos da Europa para exportar as mesmas mercadorias.

O exemplo dos produtores de suínos, que em menos de dois meses podem ver várias propriedades fechadas, precisa servir de alerta para que o Governo abra canais de diálogo e encontre solução duradoura para a redução do custo Brasil. A competitividade precisa de um plano maior, para, realmente, construir um Brasil do tamanho do esforço dos nossos produtores. É exatamente todo esse cenário de desesperança e de desespero que está marcando a realização dessa crise de que o Governo precisa tomar conhecimento.

O Ministro Mendes Ribeiro Filho está atento a essa situação e confirmou, para a próxima semana, essa audiência solicitada por mim.

Antes de encerrar, Presidente Alvaro Dias, eu queria voltar ao tema que tem ocupado a sua atenção, a do Senador Paulo Paim, e a minha, que diz respeito à questão relacionada ao fundo Aerus.

Um dos mais ativos militantes dessa causa, Waldo Deveza, me enviou um e-mail. Ele pede desculpas na abertura da mensagem, fala da importância do seu conteúdo, que acredita ser do meu conhecimento. Ele fala da mensagem enviada e do que está acontecen-

do. Ele diz para fazer a leitura, dentro do possível, no plenário.

[...]porque, desta forma, acredito que a nossa Presidente terá, sim, conhecimento do apelo desesperado de mais uma viúva que no momento está passando por uma situação de desespero total.

Trata-se de mais uma carta comovente, de alguém que, além de ser uma vítima do que aconteceu com o Aerus, o é em dose dupla, porque teve a infelicidade de perder o esposo, comissário da Varig, em 2009, e até agora nada recebeu, nem mesmo aquilo que lhe caberia como pensionista, o que, para mim, é um verdadeiro crime.

Não sei por que isso está acontecendo. Qual é o problema que impede alguém devidamente registrado no Aerus, como esposa ou companheira do titular, ou então alguém registrado por dependência, de receber o que lhe cabe como pensionista? Em vez de ser incluído como credor do instituto, fica na expectativa de um dia haver uma definição sobre a nossa situação? [indaga Waldo Deveza]

Isso tem acontecido ao longo do tempo e aumenta cada vez mais o número de casos, portanto, criando entre nós mais uma preocupação, a de não podermos morrer. Como se isso fosse possível, não é? Aqui em São Paulo, já atendi duas viúvas desesperadas que não sabiam o que fazer.

Uma delas me relatou ter enviado toda a documentação necessária ao Aerus e que, até aquela data, não havia solução. A pergunta que fica é por que isso acontece; o porquê de toda dificuldade em rapidamente ser efetuado o pagamento pelo menos como pensionista, tudo dentro da reserva matemática do respectivo titular, como era antes da intervenção?

Isso, na minha modesta opinião deveria ser feito de forma simples, bastando para isso apenas uma documentação que atestasse o óbito do titular, devidamente registrada em cartório, como se faz necessário inclusive para inventário, quando existe, sem a necessidade de a viúva ter que apresentar n documentos, que, em casos de inventários, pode até levar anos.”

Waldo Deveza diz que lamenta profundamente estar tomando o tempo dos Senadoers com mais uma carta deste tipo, mas o que fazer diante do silêncio e da insensibilidade dos governantes?

“Quem sabe, com essas leituras em plenário e com a repercussão que possa provocar até a nível internacional, estimule o governo a mudar sua estratégia, pondo um ponto final no nosso drama. Tenho certeza de que todos torcem para que isso aconteça com urgência, tendo em vista que as coisas estão piorando. Talvez o número de óbitos já esteja chegando a 700, e isso infelizmente tende a aumentar. E a ilustre Senadora bem sabe que, em sua maioria, é devido à triste situação em que nos encontramos, principalmente nós do Plano 1.”

O Waldo Deveza, na verdade, Senador Alvaro Dias, reflete aí o desespero de várias pessoas, como a Maria das Graças Carrilho, que também descreve todo o desespero que passa por não ver atendido o que aconteceu com essas famílias que são beneficiárias do fundo Aerus.

Esperamos que no dia 12, como está previsto, haja o julgamento no Supremo Tribunal Federal, conforme a Ministra Cármen Lúcia prometeu, e a Graziella Baggio, que é a líder dos aeronautas, consiga trazer uma solução para essas famílias do fundo Aerus Varig, que há tanto aguardam uma solução – pelo menos há mais de seis anos.

Eu queria dizer, Senador Alvaro Dias, que nós esperamos – porque V. Ex^a, o Senador Paim e eu, que estamos envolvidos pessoalmente nesse caso, temos um limite que é o limite legislativo, da tribuna, de invocar, de pedir, de pressionar em alguma medida – que, na próxima semana, haja uma palavra final do Supremo Tribunal Federal; que a Advocacia-Geral da União entre nesse processo; que a Presidenta Dilma Rousseff também se sensibilize com essa situação, porque a omissão foi do Estado, da Secretaria de Previdência Complementar, e cabe ao Governo dar uma resposta adequada a essas famílias, porque esses servidores pagaram para ter uma aposentadoria adequada e justa.

Por fim, Senador, eu queria também, em nome até do meu partido e usando o nome do Senador Francisco Dornelles, dizer que amanhã teremos uma audiência pública para tratar de uma medida provisória altamente polêmica, a MP 568.

Seguramente V. Ex^a já recebeu, como o Senador Mozarildo Cavalcanti, que é médico, muitas reclamações, especialmente da área médica, porque, aplicada da forma que está na letra dessa medida provisória, haverá uma queda de 50% do salário dos médicos em todo o País. Se a situação de atendimento já é caótica hoje, na área médica hospitalar, imagine uma redução de 50% nos vencimentos dos médicos.

Então, essa audiência pública será no Auditório Nereu Ramos, da Câmara Federal, da Comissão de

Seguridade Social com a Comissão Mista. Eu requeri essa audiência pública que teve a participação também da Deputada Jandira Feghali e do Deputado Domingos Neto, para trazer não só a representação da área médica, mas também a Ministra Miriam Belchior e o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Nós pretendemos, amanhã, discutir essa matéria, mas considero e renovo aqui o pedido para que a Presidenta Dilma Rousseff e a Ministra Miriam Belchior retirem pelo menos essa parte polêmica no que trata da remuneração dos médicos do serviço público federal. Caso contrário, o Governo poderá sofrer um revés muito grande não só nesta Casa, mas também na Câmara Federal, porque não é admissível uma redução de salários da ordem de 50% para a categoria dos médicos.

Essa é a expectativa que temos. O Relator é o Senador Eduardo Braga e ele vem intensificando os entendimentos para evitar a situação de um contencioso novamente grave na relação do Executivo com o Legislativo, afetando enormemente a categoria da área médica.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Senadora Ana Amélia, avalizamos os pleitos de V. Ex^a e acrescentamos o apelo de professores das universidades federais que se encontram em greve.

Creio que a solidariedade apenas não basta, mas é preciso que esta Casa manifeste a sua solidariedade aos professores e um apelo ao Ministro da Educação, sobretudo, ou à Presidência da República, para que essa questão seja resolvida o mais rapidamente possível, já que milhares de estudantes brasileiros estão impedidos de frequentar as aulas.

É muito grave. A Senadora Ana Amélia faz referência a médicos, e nós ampliamos esse apelo ao Governo, ao Ministro da Educação, à Presidência da República, para que as universidades federais sejam acolhidas e para que o entendimento ocorra a fim de que a greve possa ser suspensa e as aulas possam ser retomadas, em benefício de todos os estudantes universitários das federais no País.

Eu convido para fazer uso da palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti. E quero destacar também o apelo da Senadora Ana Amélia relativamente aos aposentados e pensionistas do Aerius, que aguardam, e aguardam com angústia e sofrimento, uma decisão relativamente ao drama que vivem há tanto tempo. A nossa solidariedade também a eles.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Alvaro Dias, Srs. Senadores,

Sr^as Senadoras, quero cumprimentar especialmente a Senadora Ana Amélia, que acabou de fazer um brilhante pronunciamento que até nem comportava aparte. Senadora, quero apenas, de fato, me solidarizar com o que disse V. Ex^a, principalmente no que tange a essa medida provisória, que, curiosamente, ao invés de estimular os profissionais da saúde, especialmente os médicos, segundo sua leitura, reduz os salários. Quer dizer, aumenta a jornada de trabalho à medida que reduz a remuneração pelo mesmo tanto de horas trabalhadas. Então, é inexplicável isso. Eu já pedi a minha assessoria que comece a estudar a questão.

Espero que essas audiências públicas sejam feitas, Senadora Ana Amélia, porque é inexplicável isso aí. Aliás, o tema do meu pronunciamento é a questão da saúde, mas não poderia deixar de iniciar o meu raciocínio por aí, e, também, Senador Alvaro Dias, me solidarizar com os professores das universidades federais.

É lamentável que os professores tenham que recorrer à greve, e o que pior, prejudicando a formação dos alunos. Recebi já inúmeros e-mails e outros tipos de correspondências de alunos do curso de Medicina que estão no último ano e que podem ficar prejudicados de se formar este ano por causa da greve que se estende. Não entendo por que não há um diálogo rápido, efetivo do Ministro da Educação, no sentido de obter uma solução para essa questão. Porque é lógico, os professores têm razão de protestar. É irrisório o que recebe um professor de uma universidade federal de qualquer área. Se eles fazem a greve, lamentavelmente, os maiores prejudicados são, de fato, os alunos.

Vamos nos apegar, feita essa introdução, à questão de um tema central, aliás, há muito tempo neste País, a saúde, seja a saúde pública, seja a saúde suplementar, aquela assim dita que é atendida pelos planos de saúde. Não vou nem entrar no detalhe da saúde particular, aquela que você paga do seu bolso diretamente sem usar plano de saúde.

É lamentável constatar – e digo isso, tristemente, como médico – a situação por que vem passando a nossa saúde pública, a saúde suplementar. Mas também não diria que é diferente até mesmo a particular, porque o que vemos manifestado, a cada ano, inclusive por pesquisas de opinião pública, é a opinião brasileira manifestar, claramente, que o problema que mais atinge o cidadão, a cidadã é a situação da saúde. Poderiam perguntar: mas não há problemas sérios como o desemprego, como a questão do transporte, a questão da segurança, a questão da moradia? Sim. Eles aparecem, mas aparecem muito depois do problema da saúde. E é compreensível, Senador Alvaro Dias. Depois da vida, qual é o bem maior que a pessoa pode ter? É a saúde, porque é ela, inclusive, que lhe

garante permanecer ou não vivo. E, lamentavelmente, vemos que – e é uma constatação de norte a sul, de leste a oeste neste País –, nos Municípios grandes, nos Municípios pequenos, nos Municípios médios, a situação é a mesma: fila nos estabelecimentos de saúde, seja nos postos de saúde, nos centros de saúde, nos hospitais; pacientes sendo internados nos corredores dos hospitais; pessoas sendo obrigadas a comprar medicamentos e até material para uso em cirurgia e outros para seus parentes poderem ser atendidos nos hospitais públicos. E, quando pagam plano de saúde, a coisa também não muda muito. Nós temos aí exemplos imensos, a rodo, vamos dizer assim, de pessoas que pagam plano de saúde e, na hora de serem atendidas, são mal atendidas, submetem-se a situações precárias e, muitas vezes, vão a óbito porque falta equipamento ou algum tipo de material. Lá no meu Estado, falta até gaze, até esparadrapo, até equipamento para aplicar um soro. Mas isso, repito, não é um caso isolado.

É preciso que o Ministério Público entre com força nessa questão, que os tribunais de contas, tanto dos Estados quanto da União, e a CGU façam uma fiscalização severa, que o Ministério da Saúde, de fato, fiscalize isso. Porque, Senadora Ana Amélia, vejo como muita comodidade quando alguém diz: ah, mas falta dinheiro para a saúde. É mesma coisa que querer fazer uma transfusão de sangue e não estancar primeiro a hemorragia. Não adianta nada botar sangue, se está saindo sangue pelo outro lado.

De fato, pode faltar dinheiro na saúde. Mas, na saúde, se rouba muito neste País, o que é um crime hediondo. Tenho repetido aqui, em sucessivos pronunciamentos que faço, que é um crime hediondo, porque se está mexendo com o quê? Com um bem garantido pela Constituição, que é a saúde do cidadão; está-se mexendo com a vida do cidadão.

Tivemos, há poucos dias, aqui, o exemplo de um funcionário graduado do serviço público, que faleceu, porque foi para um hospital. Como ele não tinha cheque para dar uma caução ou para fazer um depósito, morreu. Aliás, vi o pronunciamento de V. Ex^a, hoje, na TV Senado, sobre a questão, inclusive com relação a seu próprio esposo.

Então, é lamentável que isso esteja acontecendo. Nós aprovamos, felizmente, uma lei que proíbe isso. Aí virão – pode esperar, Senadora Ana Amélia – as grandes discussões, porque o hospital que é privado e que atende ao plano de saúde vai dizer: “Como pago as despesas? Quem paga as despesas?”

É verdade, nós aprovamos uma lei que diz que não se pode exigir isso. E está aí uma lei humanitária, porque não é possível que alguém que esteja passando mal e que queira ser atendido, não o possa ser, porque

não pode pagar, não pode dar uma caução, não pode assinar uma promissória.

Agora, por que o SUS, o Sistema Único de Saúde, não atende bem, quando a Constituição diz que a saúde é um direito do cidadão e um dever do Estado, isto é, um dever dos governos, a começar pelo Governo Federal, pelos governos estaduais e pelos governos dos Municípios?

Aliás, é muito importante, Senadora Ana Amélia, que o eleitor que vai às urnas neste ano, para votar nos prefeitos veja, de fato, se esse prefeito... Não é só ele apresentar um bonito esquema de propaganda, com efeitos visuais na televisão, ou bonitas falas no rádio ou nos palanques, prometendo o céu, se depois vamos ver que vamos viver alguma coisa próxima do inferno ou pelo menos do purgatório.

Então, é muito importante: se o prefeito vai para uma reeleição, o que fez no mandato anterior? Como funcionou a saúde no Município dele, quando ele foi prefeito, cargo para o qual está pleiteando a reeleição? Se o fulano nunca foi prefeito, vamos ver se ele tem capacidade de fato de encontrar mecanismos e de ter disposição para priorizar a saúde. Não como foi dito, usando o dinheiro que foi destinado para a saúde constitucionalmente, por exemplo, para asfaltar uma rua na frente do hospital ou uma estrada que dá acesso ao hospital. Pode-se até dizer que isso é uma questão importante para manter a facilidade de acesso. Mas o que interessa é que, em tendo o acesso, o que vai encontrar? Um hospital sucateado, médicos trabalhando em horário dobrado.

Conheço casos de colegas que saem de um plantão no hospital e emendam plantões em outro hospital, trabalhando, por conseguinte, com uma perda de raciocínio, é lógico, porque a sobrecarga de trabalho leva à perda de raciocínio e à perda de capacidade de agir de maneira efetiva, o que é exigido de um profissional de saúde qualquer que seja ele, desde atendente de enfermagem, técnica de enfermagem, enfermeira, até médico, enfim, todos têm que trabalhar dentro de uma carga horária compatível para que tenham condições de exercer adequadamente a sua profissão.

Aqui, no Senado, existe um movimento para criar uma comissão temporária que objetiva definir recursos federais, estaduais e municipais para a área de saúde. Perdemos uma oportunidade excepcional um dia desses quando votamos a regulamentação da famosa Emenda nº 29, apenas porque não amarramos para o Governo Federal o quanto ele deve gastar com saúde pública. Amarramos para os Municípios, 15%; para os Estados, 12%; e dissemos, nessa regulamentação, o que é realmente gasto com saúde, para que o prefeito

e o governador não façam uma obra e encaixem como sendo recursos para saúde.

O mesmo se aplica para a educação. O dinheiro que vai para o Fundeb, por exemplo, é desviado para outras coisas e maquiado como aplicado em educação.

A saúde aparece nas pesquisas antes da preocupação com educação, o que é compreensível. Como um professor doente pode dar aula? Como um professor com uma condição emocional... E quando falo em doente, não quer dizer que a pessoa precisa estar com febre ou com doenças sintomáticas. A definição de saúde pela Organização Mundial de Saúde é "um estado de bem estar físico, mental e social".

Então, um professor ou um médico que ganha pouco – ou qualquer profissional, mas estou falando aqui da saúde –, que tem de trabalhar em vários plantões para obter um salário para viver melhor ou dar sustento a sua família, pode estar com saúde emocional, social e mental? Vou repetir a definição: é um estado de bem-estar físico, psíquico, social. Portanto, não é só o fato de não apresentar uma infecção, seja pneumonia, seja gripe forte, seja câncer. Não é só isso. É mais complexa a definição de saúde.

Antes de prosseguir, quero ouvir, com muito prazer, o Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Senador Mozarildo Cavalcanti, é incompreensível o desasco do Governo Federal com a saúde pública no País. Enquanto V. Ex^a fala, recebo aqui, do Norte Pioneiro do Paraná, a queixa de que a UTI está fechada por falta de recursos, há uma lástima na cidade, na região, não há atendimento. Há um caos na saúde, em Santo Antônio da Platina, no Norte Pioneiro do Paraná. De Londrina, enviam-me uma foto de médicos e de funcionários do Hospital Zona Sul, em frente a essa instituição, com faixas, fazendo protestos. Construído por nosso governo há cerca de 22 anos, lá estão protestando os servidores públicos do hospital. Ligamos a televisão e vimos o ex-Presidente Lula, no Programa do Ratinho, fazendo campanha eleitoral, afrontando a legislação e queixando-se de que o Senado Federal acabou com a CPMF, para justificar o caos que há na saúde, subestimando a inteligência das pessoas, agredindo a nossa inteligência. Todos nós sabemos que, com o fim da CPMF, já no primeiro mês, em janeiro de 2008, houve um acréscimo de receita maior do que o valor da CPMF – R\$40 bilhões por ano –, que não se aplicavam em saúde no País, R\$40 bilhões que eram desviados para outras áreas do Governo. Portanto, não se justifica esse clamor do ex-Presidente. E vimos que a arrecadação só cresceu. Cresceu em todos os sentidos. Todos os parâmetros indicam um crescimento real da arrecadação no País. O que há não é falta de

dinheiro; é falta de competência e de honestidade. Há corrupção, roubo; bilhões de reais são desviados dos cofres da saúde pública no País e os doentes morrem desassistidos. Há um descaso, há uma insensibilidade pública, há um desapreço ao ser humano; O que há é irresponsabilidade pública, é um acinte. Não se pode mais usar a mentira como arma para se proteger. Assumam a incompetência e digam ao País que são incompetentes para gerir a saúde pública. Enfim, cabe ao povo, nas eleições, protestar com veemência e dizer o que pensa a respeito dessa postura, dessa postura que não é nada republicana, que não é séria, que não é respeitosa, uma postura do Governo que é um acinte à pobreza no Brasil.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Senador Alvaro Dias, acolho o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento.

V. Ex^a tocou num ponto que eu preciso reiterar aqui. Eu votei contra a CPMF, Senadora Ana Amélia. Como médico, votei contra porque o que se constatou por um estudo adequado é que, em 14 anos de vigência da CPMF, a saúde pública não melhorou um milímetro, ao contrário, avaliações só eram para pior. Então, como se diz no linguajar do nosso homem do sertão, estava se botando sal em carne podre, não estava realmente melhorando nada. A saúde pegando dinheiro... E vou usar aqui também um dado de um órgão do Governo federal: a CGU, que é o órgão de fiscalização: nos quatro anos anteriores, tinham sido desviados da Funasa, só de um órgão da saúde, R\$500 milhões.

Então, o que está acontecendo na saúde vinha se fazendo de maneira crônica; melhorou muito, mas ainda há um longo caminho para se andar no tange ao combate à corrupção, principalmente na área da saúde. E a CPMF, Senador Alvaro Dias, foi imediatamente compensada com o aumento de outra carga tributária, o Imposto Sobre Operações Financeiras, IOF, imediatamente após a queda da CPMF aqui no Senado. O IOF, isto é, o Imposto Sobre Operações Financeiras foi aumentado para compensar. E como disse V. Ex^a, aumentou a arrecadação.

Eu quero apenas deixar bem claro aqui, Senadora Ana Amélia, que eu sou um Senador dito da base aliada do Governo, mas eu não acho que ser aliado de alguém, ser amigo de alguém é vir para cá só dizer que está tudo às mil maravilhas, quando o povo está vendo e sentindo na pele que não está.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Mozarildo, peço licença porque essas crianças são alunos e alunas do ensino fundamental do Colégio Santa Rosa, que vêm com as professoras, os monitores e as Irmãs do Colégio Santa Rosa. Então, a todas essas crianças que estão lotando as ga-

lerias daqui – meninos e meninas –, futuros brasileiros médicos, futuros Senadores, Deputados, Professores também, uma saudação especial. E o que V. Ex^a está falando é muito importante para eles saberem também, porque diz respeito à saúde.

Obrigada, Senador, por ter permitido a saudação especial a esses jovens que estão ouvindo V. Ex^a, como ouviram o aparte do Senador Alvaro Dias.

Muito obrigada.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Eu quero também saudar todos os alunos, professores, monitores, as Irmãs que aqui estão presentes e dizer a vocês: muitas vezes até, há uma descrença generalizada dos jovens, mas também e principalmente dos mais velhos, na atividade política, por acharem que todo político é corrupto, todo político não presta. E, com isso, nós fazemos o jogo daqueles que são corruptos, nós fazemos o jogo daqueles que são maus. Porque os bons se enojam e já tacham a política como algo que não presta, e não entram na política, não se inteiram da política e, portanto, permitem que os corruptos, os maus se elejam justamente pela omissão dos bons.

Aliás, um grande líder evangélico por sinal, Martin Luther King, disse uma vez: que o que mais o impressionava não era o grito, a ousadia, a corrupção dos maus, mas, sim, o silêncio dos bons.

Então, não é possível que nós nos silenciamos diante daquilo que estamos vendo que está errado. Não é preciso agredir ninguém. O que eu estou dizendo aqui é que, como aliado da Presidente Dilma, como uma pessoa que admira o atual Ministro da Saúde, é preciso curar a saúde do Brasil, porque a saúde do Brasil está doente e o povo não pode pagar esse pato. E o que é pior: pagar justamente com o quê? Com a sua saúde? Porque, acima da saúde, só há um bem mais importante, que é a própria vida, mas, se nós não tivermos saúde, nós perdemos a vida.

Senadora Ana Amélia, peço que considere que nós precisamos pedir ao Presidente José Sarney que acelere a implantação da Comissão Temporária Externa, que visa fazer esse estudo – até já propus isso aqui –, fazer um levantamento de todos os projetos daqui do Poder Legislativo e do que está no Poder Executivo, para aprovarmos uma lei que fosse um verdadeiro estatuto da saúde pública no Brasil, um estatuto da saúde suplementar, porque não é possível a saúde continuar como está no Brasil.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Alvaro Dias deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Ana Amélia.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS)

– O retrato desses problemas, Senador Mozarildo, está expresso no que aconteceu em Brasília nesses últimos dias, neste final de semana: duas pessoas morreram por falta de UTIs na capital federal. Isso é, realmente, extremamente doloroso para as famílias e revela a tragédia que está a UTI. Como disse V. Ex^a, a CPMF veio e foi embora e a saúde ficou do mesmo jeito que estava.

Em permuta com o Senador Pedro Simon, falará o Senador Alvaro Dias, como próximo orador inscrito.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS)

– Antes que V. Ex^a use a tribuna, Senador, a Presidência designa o Deputado Lira Maia como Suplente, em substituição ao Deputado Alexandre Leite, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 571, de 2012, conforme o **Ofício nº 145, de 2012**, da Vice-Liderança do Democratas, DEM, da Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 145-L-Democratas/12

Brasília, 1º de junho de 2012

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado **Lira Maia** assumirá a condição de membro **suplente** da Comissão Mista destinada a emitir parecer à **Medida Provisória nº 571/12**, em minha substituição.

Respeitosamente, – Deputado **Alexandre Leite**, Vice-Líder do Democratas.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Ana Amélia, depois do discurso de V. Ex^a eu me solidarizei com os apelos formulados da tribuna, como sempre brilhantemente proferidos por essa representante do povo gaúcho. E recebi uma queixa, via Internet, de que não me solidarizei com os suinocultores, que estão literalmente quebrados. Então, antes do pronunciamento de hoje, a minha solidariedade aos suinocultores do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina e de todo País, que estão vivendo um momento de aflição.

Eu gostaria de dizer que estamos evidentemente envolvidos de forma prioritária com a CPMI do Cachoeira, mas isso não nos impede de colocar o rosto na janela para ver o que se passa por este País e para sentir o clamor popular.

Hoje, eu pretendo fazer uma análise do que se divulgou sobre o Produto Interno Bruto do nosso País. Mas, antes, faço questão de registrar um alerta à sociedade brasileira que vem do meu Estado, o Paraná.

Uma associação centenária de tradições históricas, a Associação Comercial do Paraná lança o seu grito alertando a sociedade brasileira.

Eu creio que não há necessidade de fazer a leitura. Depois que o meu amigo Gláucio Geara me comunicou dessa iniciativa da Associação Comercial do Paraná, disse a ele que, hoje mesmo, estaria nesta tribuna para registrar, nos Anais do Senado Federal, esse grito histórico da Associação Comercial do Paraná.

E vou fazer a leitura, Senadora Ana Amélia:

"Preocupada com o momento político e as crescentes ameaças ao Estado de Direito e às instituições democráticas, vem a público a Associação Comercial do Paraná demonstrar a sua apreensão diante de fatos que considera de interesse nacional.

A corrupção, prática abusiva que desvia de seus fins grande parte dos recursos pagos pela parcela da Nação que trabalha e produz riquezas, deve ser combatida sem tréguas, pois mina a confiança da sociedade na gestão pública.

O Poder Judiciário deve ser integralmente respeitado em todas as suas instâncias, cabendo à sociedade permanecer vigilante para repudiar qualquer tentativa de solapar a soberania constitucional.

É também obrigação de cidadania responsável clamar contra a excessiva utilização de medidas provisórias, que usurpam prerrogativas essenciais do Poder Legislativo.

A Associação Comercial do Paraná ergue a voz ainda contra insidiosas movimentações no sentido de criar embaraços à liberdade de expressão, com agressões à imprensa independente, sustentáculo de uma nação solidária, verdadeira e livre.

Diane disso, conclama a todas as lideranças da sociedade organizada a exigir da classe política e dos Poderes constituídos ética, transparência e moralidade na Administração Pública, fazendo valer o pleno respeito aos valores inalienáveis da democracia.

Assina Edson José Ramon, presidente da Associação Comercial do Paraná."

Que não seja apenas esse grito a ecoar pelas ruas e pelos lares deste País. Que outras entidades respeitadas e acreditadas, como a Associação Comercial do Paraná, possam se manifestar também num momento crucial para os destinos do País. Que há tentativas, muitas vezes sufocadas, mas existem, na direção de afrontar instituições públicas essenciais no Estado de

direito democrático, como, recentemente, um ex-Presidente da República, ferindo, com articulação inusitada, o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional.

Mas, Srª Presidente, hoje nós não podemos deixar de nos manifestar a respeito do péssimo resultado do PIB brasileiro no primeiro trimestre do ano, produzindo uma rara convergência de avaliações sob a gestão da economia no Governo Dilma Rousseff. O caminho perseguido até agora está equivocado, não está produzindo resultados positivos, precisa ser alterado. É hora de humildade para redirecionar o rumo e evitar o pior.

Os dados do IBGE mostram que a alternativa de levantar o PIB por meio da expansão do consumo, definitivamente, deixou de funcionar. A demanda das famílias ainda cresce, mas em um ritmo incapaz de contrabalançar a anemia de outras áreas, principalmente os investimentos, tanto os públicos quanto os privados. Há anos, ouvem-se clamores para que o Governo realize os investimentos necessários para melhorar as condições de competitividade do País. Há anos, o que se vê como resposta é um desempenho medíocre das gestões petistas nesse quesito. Foi assim com Lula; continua sendo assim com Dilma.

Neste ano, os investimentos federais correspondem a 0,9% do PIB, menos que o registrado em 2010, 1,2%, e em 2011, 1%. Especificamente em infraestrutura, investe-se hoje menos que na década de 80 – aquela que era chamada de "década perdida" até pouco tempo atrás – segundo a OCDE, 0,4% do nosso PIB, menos da metade mundial.

A crítica situação atual dos investimentos representa uma espécie de acerto de contas com os descalabros em série produzidos ao longo de toda a era petista. O Estado não apenas não fez a sua parte como também erodiu as condições para que os empreendedores privados fossem adiante.

As condições de concorrência se deterioraram com o aumento da intervenção estatal nas condições de mercado, marca dos governos petistas, com os vencedores sendo escolhidos nos gabinetes brasilienses. Investir para produzir mais se tornou temerário.

Ao mesmo tempo, a estrutura regulatória tão cuidadosamente erigida na era Fernando Henrique Cardoso foi sendo, dia após dia, implodida. Em toda e qualquer área passou a imperar a discricionariedade do interesse político-partidário.

Quem se aventura a investir num ambiente como esse? Estímulos ao investimento privado jamais foram adotados. As parcerias público-privadas continuam engavetadas. Concessões e privatizações demoraram anos para serem retomadas, levando nossa infraestrutura literalmente para o buraco.

Com tanto desincentivo, não é surpresa que seja tão difícil acreditar na decolagem do Brasil. Mas alguns números servem para ilustrar a marcha a ré. Os investimentos em infraestrutura viária feitos neste ano até agora representam apenas metade do que foi aplicado no período de 2011.

O Dnit está paralisado, com 55% da malha rodoviária nacional ou 33 mil quilômetros de estradas sem contratos de manutenção e recuperação, como mostra hoje o jornal *Valor Econômico* em manchete.

Outro exemplo: por absoluta incompetência gerencial, o Governo não consegue concluir uma das mais importantes obras logísticas do País: a Ferrovia Norte–Sul. A estatal Valec deixou vencer contratos com empreiteiras, e a obra só ficará pronta no ano que vem, prolongando os sobrecustos de transportes que chegam a 12 bilhões ao ano, informou a *Folha de S.Paulo* ontem. E discordo da *Folha de S.Paulo*: não ficará pronta no próximo ano, pelas informações que recebi hoje de alguém que esteve lá verificando a obra e constatando que a obra está, além de paralisada, perdendo os serviços realizados no ano eleitoral.

No ano eleitoral a obra andou, mas os serviços realizados no período começam a se deteriorar em razão do tempo. Há propaganda, *outdoor* anunciando que a obra é uma realidade, mas a realidade que se vê é o abandono, é a incompetência, é a ausência de verdade naquilo que se faz da parte do Poder Executivo nacional. Para piorar, as intenções de investimento nos próximos quatro anos já diminuíram 35 bilhões, segundo o jornal *O Estado de S.Paulo*; as maiores quedas são em siderurgia, celulose, petroquímica e eletroeletrônicos. Neste ano, os gastos em máquinas e equipamentos, ou seja, em modernização e em aumento de produção, devem cair 11% de acordo com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Aliás, em relação à obra da Ferrovia Norte Sul, fica registrado: estou dizendo aqui que ela não ficará pronta no ano que vem.

Se os empresários brasileiros tiraram o pé do acelerador, os estrangeiros pisaram fundo no freio. Os investimentos em carteira caíram de US\$17,4 bilhões no primeiro quadrimestre de 2011, para 3,2 bilhões neste ano. O encantamento e a euforia com o País não existem mais, como atestam até aliados importantes do petismo, como o ex-Presidente do Banco Central Henrique Meirelles.

Dante dessa avalanche negativa, as expectativas estão convergindo pesadamente para baixo. Há pouco, o Banco Central divulgou que a previsão para o PIB deste ano afundou para 2,72%. O Ministro Mantega tem sido péssimo como pitonisa; aquilo que ele anuncia não se confirma. Cobrei pessoalmente dele aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos. Pois ele

esteve esta semana e anunciou para este ano um PIB de 4%. Vamos registrar mais uma vez: o Ministro Mantega diz que o PIB deste ano será 4%. Fica registrado nos Anais do Senado; ao final do ano, vamos conferir.

O Banco Central já divulga que o PIB deste ano afundou para 2,2072%. Quem acerta: o Banco Central ou o Ministro Mantega? Foi a quarta queda seguida de um prognóstico que não costuma ser alterado tão bruscamente em tão curto espaço de tempo pelos analistas. Há um mês, estava em 3,23%, mas há uma semana, o Ministro disse que seria 4%.

Os resultados do primeiro trimestre do ano não são um ponto fora da curva. O País atravessa um claro momento de estagnação. Para se ter uma ideia, entre 24 economias emergentes, estamos apenas em 15º lugar no ranking do crescimento pós 2009.

Para este ano, uma expansão de 2,5% passou a ser tida majoritariamente como teto para nosso PIB. Passou da hora de recuperar uma agenda de reformas voltada a dar melhores condições de competitividade à economia brasileira, impulsionando tanto o investimento público quanto o privado. Há uma lista enorme de medidas modernizantes clamando para ser implementada. A política do “puxadinho”, com benesses esparsas, favores dirigidos, incentivos desconexos falhou, e só o PT não o quer ver.

Eu peço, Srª Presidente, que autorize também a inserção nos Anais desta matéria: “Desaceleração Econômica Estoura Bolha de Entusiasmo com o Brasil no Exterior.” A desaceleração da economia brasileira estourou, o que muitos analistas acreditam ter sido uma bolha de entusiasmo pelo Brasil no exterior.

Enfim, a oposição vem há anos alertando o Governo para a necessidade de reformas de profundidade. Há aqueles que cobram do Congresso Nacional: por que o Congresso não realiza reformas essenciais como a tributária? E nós não cansamos de nos repetir: “Estamos sob a égide de um presidencialismo forte. Quando a Presidência da República não tem interesse as reformas não ocorrem.” Estamos diante do maior desequilíbrio da representação popular na história do Parlamento brasileiro nos tempos modernos, e é impossível à oposição fazer prevalecer seus projetos, suas sugestões, sua orientação para a economia do País.

O Governo domina o Congresso Nacional, a sua pauta, com uma bancada majoritária que esmaga as pretensões oposicionistas minoritárias. Uma maioria que se apodera das estruturas públicas do País, como benesses, pelo apoio intransigente que oferece. E esse modelo torna-se perverso diante das aspirações de progresso do País, porque os recursos públicos diluem-se em despesas supérfluas para a manutenção de uma máquina que se agigantou para saciar a sede daque-

les que, oferecendo apoio, exigem fisiologicamente a retribuição do Governo, como se essa fosse a única missão de quem assume um mandato parlamentar.

Portanto, Srª Presidente, começamos com um alerta à sociedade brasileira da Associação Comercial do Paraná e terminamos com a nossa perplexidade diante da paralisia governamental, que adota medidas periféricas, como recentemente, reduzindo o IPI para aumentar a venda de veículos e colocando a mão grande no bolso das administrações municipais, porque o IPI é fundamental para a composição do Fundo de Participação dos Municípios brasileiros. Mais uma vez se fez cortesia com o chapéu alheio!

O Governo da União não abre mão dos seus recursos, da sua receita, da arrecadação fantástica que obtém. Nem pensar em alterar as alíquotas das contribuições sociais, porque elas são exclusivas do Governo Federal. Portanto, a nossa perplexidade diante da paralisia governamental, da ausência de criatividade, e, eu diria, de planejamento. Enfim, o Brasil caminha cambaleante nesta hora. Há setores da economia mais afetados, há setores menos afetados, mas, sem dúvida, a preocupação é geral e crescente.

Acorda o Ministro Mantega, acorda quem é Ministra do Planejamento, quem é Presidente da República, porque o País não pode esperar mais por providências que signifiquem reformas de profundidade, passo adiante ao Plano Real, que não foi dado. Viveram, nos últimos anos, dos frutos do Plano Real, não caminharam um passo adiante. As medidas subseqüentes ao Plano Real não foram adotadas, e o País desperdiçou oportunidades preciosas de dar mais um grande salto de desenvolvimento econômico.

Muito obrigado, Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ALERTA À SOCIEDADE BRASILEIRA

A Associação Comercial do Paraná, preocupada com o momento político e as crescentes ameaças ao Estado de Direito e às instituições democráticas, vem a público demonstrar sua apreensão diante de fatos que considera de interesse nacional.

A corrupção, prática abusiva que desvia de seus fins grande parte dos recursos pagos pela parcela da Nação que trabalha e produz riquezas, deve ser combatida sem tréguas, pois mina a confiança da sociedade na gestão pública.

O Poder Judiciário deve ser integralmente respeitado em todas as suas instâncias, cabendo à sociedade

permanecer vigilante para repudiar qualquer tentativa de solapar a soberania constitucional.

É também obrigação de cidadania responsável clamar contra a excessiva utilização de Medidas Provisórias, que usurpa prerrogativas essenciais do Poder Legislativo.

A Associação Comercial do Paraná ergue a voz, ainda, contra insidiosas movimentações no sentido de criar embaraços à liberdade de expressão, com agressões à imprensa independente, sustentáculo de uma Nação solidária, verdadeira e livre.

Diante disso, conclama a todas as lideranças da sociedade organizada a exigir da classe política e dos poderes constituídos ética, transparência e moralidade na administração pública, fazendo valer o pleno respeito aos valores inalienáveis da democracia.

Edson José Ramon,
Presidente.

**DESACELERAÇÃO ECONÔMICA ESTOURA
'BOLHA' DE ENTUSIASMO COM O BRASIL
NO EXTERIOR**

Ruth Costas
Da BBC Brasil em Londres

Atualizado em 1 de junho, 2012 – 11:28 (Brasília) 14:28 GMT

A desaceleração da economia brasileira estourou o que muitos analistas acreditam ter sido uma "bolha" de entusiasmo pelo Brasil no exterior.

Notícias relacionadas

Desvalorização do real pode derrubar Brasil em ranking de economias

'Economist' alerta para perigos de 'fraquezas' do Brasil para a economia

Crise evidencia problemas domésticos da economia brasileira

Tópicos relacionados

Brasil, Economia

Esse ritmo mais lento da economia brasileira foi confirmado nesta sexta-feira com a divulgação dos dados do Produto Interno Bruto (PIB) pelo IBGE. Segundo os números, no primeiro trimestre deste ano, o Brasil cresceu apenas 0,2% em relação aos três últimos meses de 2011.

Na segunda metade dos anos 2000, quando o Brasil ganhou a preferência de investidores estrangeiros, os holofotes da mídia internacional e, de quebra, o direito de sediar uma Olimpíada e uma Copa do Mundo,

o termo “Brasilmania” passou a ser usado para referir-se ao crescente interesse internacional pelo país.

Agora, não só o fenômeno parece estar perdendo força como já há especialistas denunciando “exagero” nas análises negativas sobre a economia brasileira.

Um desses analistas é Jim O’Neill, economista do Goldman Sachs conhecido por criar o termo Bric (Brasil, Rússia, Índia e China). “Os mercados financeiros costumam ir de um extremo a outro quando suas expectativas sobre um país não são confirmadas”, disse O’Neill à BBC Brasil.

“As previsões para o crescimento brasileiro eram muito elevadas, principalmente depois da alta de 7,5% do PIB em 2010, e ajustes eram necessários. Mas agora há análises que estão exagerando problemas e riscos para o Brasil.”

Leia mais: Clique Com agropecuária em queda, PIB sobe 0,2% no 1º tri de 2012

Exagero

Richard Lapper, diretor do Brazil Confidential, o serviço de análises sobre o Brasil do jornal britânico *Financial Times*, concorda. “No mercado, o clima é de que a festa brasileira acabou”, relata Lapper. “É como se de repente alguns analistas tivessem descoberto que o Brasil tem problemas.”

Entre os “exageros” segundo Lapper, estariam a análise de Ruchir Sharma, do Morgan Stanley, que defendeu, na revista *Foreign Affairs*, que da mesma forma como o Brasil subiu com os preços das commodities, pode cair com uma eventual desvalorização dos mesmos provocada pela desaceleração da economia chinesa.

Nouriel Roubini, economista conhecido por prever o colapso do mercado imobiliário americano, também voltou de uma viagem pelos Brics, em fevereiro, recomendando um “choque de realidade” em relação ao Brasil.

Para Neil Shearing, da consultoria Capital Economics, em Londres, um dos analistas “deceptionados” com o Brasil, o problema é que o crescimento brasileiro ficou atrás não só dos outros Brics, mas também de outros latino-americanos, como o México. “Havia uma bolha de entusiasmo pelo Brasil – e agora ela estourou”, diz.

Cobertura negativa

A mudança nas percepções em relação ao Brasil é evidente no tom da cobertura sobre o país em alguns veículos da imprensa internacional.

Em um artigo recente para a *Foreign Policy*, por exemplo, o escritor e jornalista Bill Hinchberger defendeu que o crescimento de 2,7% do PIB em 2011, fez o Brasil “acordar em uma quarta-feira de cinzas” de ressaca da euforia do crescimento da década passada. “O carnaval acabou”, anunciou Hinchberger.

No fim de 2009, uma capa da revista britânica *The Economist* trazia o Cristo Redentor alcando voo nos céus do Rio de Janeiro. “O Brasil decola”, anuncjava. No mês passado, a mesma revista ilustrava um artigo sobre as “fraquezas” da economia brasileira com uma imagem bem menos grandiosa: um boi debatendo-se para tentar sair de um pântano.

As incertezas em relação ao Brasil são alimentadas tanto por fatores internos quanto externos.

Além de o país estar crescendo menos que outros emergentes, há preocupações com as baixas taxas de poupança e investimento, o chamado Custo Brasil (excesso de burocracia, déficit de infraestrutura, etc) e a relativa falta de crescimento na produtividade da indústria.

Como escreveu Marcos Troyjo, da Universidade de Columbia, em um artigo para a BBC Brasil, apesar de a Brasilmania ter feito muitos acreditarem que o PIB do Brasil “estava destinado a um ascensão irresistível e sem escalas”, o país não aumentou muito sua fatia da economia global na última década e só consegui tornar-se a sexta economia do mundo por causa do real valorizado.

“É um país que desperta carinho, mas não respeito.”

Simon Anholt, consultor britânico

No plano internacional, o foco das preocupações hoje são as incertezas sobre a zona do euro e a as perspectivas de um desaquecimento da China – cenário que levaria a uma redução das exportações brasileiras e desvalorização das commodities.

Para Lapper esses fatores e a desaceleração brasileira podem assustar investidores de curto prazo, mas para os de médio e longo prazo as perspectivas ainda são muito boas. “O mercado consumidor do país é forte e setores como agronegócio, gás e petróleo continuarão a oferecer ótimas oportunidades de negócio.”

Imagen

Ainda não está claro quanto esse ajuste de expectativas sobre a economia brasileira no mercado e imprensa internacionais pode alterar a imagem do país com a opinião pública em geral em países estrangeiros.

O consultor britânico Simon Anholt, que faz um ranking com as nações mais admiradas do globo diz que as mudanças ocorrem lentamente nessa área e nem sempre acompanham questões ligadas a desempenho econômico.

“O Brasil era em 2011 o único país em desenvolvimento entre os 20 mais admirados”, explica. “Mas curiosamente a sua imagem mudou pouco mesmo nos anos de bonança, estando fundamentalmente ligada a chavões

como futebol e carnaval. É um país que desperta carinho, mas não respeito."

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Alvaro Dias, na forma regimental, a sua solicitação de transcrição dos documentos será atendida.

De fato, alguns setores precisam de um olhar mais atento, como falamos, na sessão de abertura, do setor da produção de alimentos e da agroindústria, especialmente da suinocultura.

O próximo orador inscrito é o Senador José Pimentel.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sim, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Enquanto o Senador Pimentel se arruma, eu gostaria de encaminhar à Mesa um requerimento que pede um voto de aplauso ao escritor paranaense Dalton Trevisan, agraciado, de maneira consagradora, com o prêmio Camões, o mais importante da literatura portuguesa. Se não me falha a memória, Dalton Trevisan é o 10º brasileiro a obter essa consagração.

Eu sei que ele não gosta disso. Ele tem horror aos holofotes, mas, em nome daqueles que o admiram, em nome dos paranaenses, eu estou propondo esse voto de aplauso a Dalton Trevisan.

Mesmo que ele não goste de aplausos, o nosso aplauso a ele.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Alvaro Dias, a Mesa atende ao requerimento, que já está com a Presidência, e também endossa, inteiramente, a homenagem que V. Ex^a, como paranaense, faz a esse grande escritor brasileiro Dalton Gérson Trevisan, um grande intelectual. Esse prêmio é uma distinção merecida para esse grande escritor.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 511, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com as tradições da Casa, a inserção em Ata de Voto de Aplauso ao escritor paranaense Dalton Jérson Trevisan, agraciado de maneira consagradora com o Prêmio Camões, o mais importante da literatura lusófona.

Justificação

É possível que o silêncio venha a ser a reação do magistral Dalton Trevisan à escolha, por unanimidade,

que o sagrou vencedor do Prêmio Camões, o mais importante da literatura portuguesa, instituído por Brasil e Portugal desde o final da década de 80.

Sua postura sempre foi avessa à publicidade, driblando qualquer contato da mídia e evitando entrevistas e flashes. O anúncio solene da premiação feito em Lisboa pelo Secretário de Estado da Cultura, Francisco José Viegas, no último 21 de maio, não provocou nenhuma manifestação pública do agraciado.

Um dos integrantes do júri, o crítico e ensaísta brasileiro Silviano Santiago, declarou que, após mais de duas horas de discussões, houve uma decisão consensual sobre a contribuição extraordinária de Dalton Trevisan para a arte do conto, em especial, "para o enriquecimento de uma tradição que vem de Machado de Assis, no Brasil, de Edgar Allan Poe, nos EUA, e de Borges, na Argentina".

Queremos nos associar às abalizadas palavras de Silviano Santiago para traduzir a importância da premiação e da obra de Dalton Trevisan: "uma escolha radical em favor da literatura como arte da palavra". Os seus "incessantes experimentos" com a língua portuguesa e sua "dedicação ao saber literário, sem concessão às distrações da vida pessoal e social", há muito fizeram de Dalton Trevisan um escritor que pertence ao Brasil e ao mundo.

Aos 86 anos, na sua circunspecto sediada na capital do Paraná, ele deve observar com aguda atenção o que se passa em cada quadrante de um mundo cada vez mais incerto e repleto de dramas que sempre inspiraram o laureado escritor.

É detentor de uma vasta obra alicerçada ao longo de frutuoso itinerário literário. Nos últimos anos lançou "Capitu Sou Eu" (2003), "O Maníaco do Olho Verde" (2008), "Violetas e Pavões" (2009), "Desgracida" (2010), "O Anão e a Ninfeta" (2011) e "Mirimha" (2011).

Seu trabalho, que produziu obras memoráveis como "O vampiro de Curitiba", "Pico na Veia" e "99 Corruíras Nanicas", entre outras, tem como marco a construção do conto "a partir de uma linguagem concisa, direta, chegando a aproximar o conto de um poema em prosa".

Seu pendor pela "arte da palavra" aflorou durante o curso da Faculdade de Direito do Paraná (atual UFPR), época na qual lançava seus contos em modestos folhetos. Um registro biográfico que demonstra sua vocação para a literatura: exerceu a advocacia por quase dez anos, mas não fugiu do seu desiderado.

Foi o condutor de um grupo literário que publicou, nos idos dos anos 40, a revista *Joaquim*. O título, segundo o próprio líder, era "homenagem a todos os Joaquins do Brasil". A referida publicação vocalizou uma geração de importantes escritores, críticos e poetas.

O reconhecimento de seu talento foi expresso, por exemplo, em 1959, quando publicou o livro “Novelas nada Exemplares” e ganhou o Prêmio Jabuti da Câmara Brasileira do Livro. Naquela época já fazia jus à sua personalidade enigmática, não comparecendo e enviando representantes para receber o prêmio. Entre as suas obras premiadas estão “Cemitério de Elefantes”, “Noites de Amor em Granada” e “Morte na Praça”.

Em 1996, recebeu o Prêmio Ministério da Cultura de Literatura pelo conjunto de sua obra. Em 2003, dividiu com Bernardo Carvalho o 1º Prêmio Portugal Telecom de Literatura Brasileira, com o livro “Pico na Veia”. Suas obras foram traduzidas para diversos idiomas.

A premiação deste ano – o Prêmio Camões – é o clímax da projeção e reconhecimento de sua obra no plano internacional das letras. O júri desta edição do prêmio não vacilou em apontar Dalton como vencedor, conforme testemunho de Silviano Santiago, com o apoio incondicional de Rosa Martelo, professora associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Abel Barros Baptista, professor associado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; da poetisa angolana Ana Paula Tavares; do historiador e escritor moçambicano João Paulo Borges Coelho e de Alcir Pécora, professor da Universidade de Campinas.

Ele foi o décimo escritor brasileiro agraciado com o Prêmio Camões, antecedido por nomes do porte de Ferreira Gullar, João Ubaldo Ribeiro, Lygia Fagundes Telles, Rubem Fonseca, Jorge Amado e João Cabral de Melo Neto, entre outros.

Sua atual premiação não deve ser motivo de entrevistas por parte do agraciado. Como ele costuma dizer, “Não vou responder às perguntas simplesmente porque não posso, é verdade; sou arredio, ai de mim!”. A despeito do autor se definir como “incuravelmente tímido”, não poderíamos deixar de prestar esta singela homenagem no Senado Federal a Dalton Trevisan.

Tenho convicção de que o escritor paranaense Dalton Trevisan é amplamente merecedor, por parte do Senado Federal, desse Voto de Aplauso que tenho a honra de propor.

Sala das Sessões, – Senador Álvaro Dias.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Com a palavra, o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr^a Presidenta desta sessão, Senadora Ana Amélia, Sr^s e Srs. Senadores, na pauta do Senado Federal de amanhã, terça-feira, há uma importante matéria, que é o Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2003, de

autoria do Senador Antonio Carlos Valadares. Esse Projeto de Lei trata da atualização da lei de lavagem de dinheiro, que é de 1998. Essa legislação de 1998 foi muito importante naquele instante, porque enfrentava a lavagem de dinheiro praticada por uma série de banqueiros, por bancos privados, que tinham provocado um grave problema na economia brasileira, o que resultou no Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional (Proer).

Como consequência daqueles atos ilegais praticados àquela época, o Congresso Nacional aprovou uma lei, em 1998, que trata dessa matéria. De lá para cá, as organizações criminosas, Sr^a Presidenta, aprimoraram-se, estruturaram-se e passaram a praticar uma série de outros crimes. Agora, o Congresso Nacional, em especial o Senado Federal, procura ter o instrumental necessário para que o Estado democrático de direito possa enfrentar a organização de Carlinhos Cachoeira e também uma série de outras que se desenvolveram ao logo desse período.

Esse Projeto de Lei trata, principalmente, dos chamados crimes antecedentes, ou seja, aqueles crimes em que pessoas atuam como laranjas – como falamos no linguajar popular –, constituem empresas e abrem contas bancárias, criando ambiente para que a lavagem de dinheiro possa acontecer.

Esse Projeto de Lei autoriza o Poder Judiciário a fazer o confisco prévio de todo o patrimônio da organização criminosa, como também daqueles que colaboraram, de maneira direta ou indireta, para o êxito dessa organização criminosa. Permite ao Poder Judiciário fazer o confisco de todo esse patrimônio e, ao mesmo tempo, levá-lo a leilão, para evitar seu apodrecimento, como nós chamamos, nos pátios dos Detrans do Brasil, onde os veículos são recolhidos; nos pátios de aeroportos, onde as aeronaves são recolhidas; nos nossos estaleiros ou nos nossos portos, onde os barcos são atracados. Também o imóvel, a casa fica desabitada e termina perdendo seu valor, ou a fazenda deixa de produzir e, ao mesmo tempo, perde seu valor. Portanto, esse Projeto de Lei autoriza o Poder Judiciário, previamente, a leiloar, a vender esse patrimônio. E se, ao término da causa, um daqueles envolvidos na organização ou na ação penal for excluído, não tiver pena porque não fez parte orgânica do sistema, os recursos pertencentes a essa pessoa são devolvidos pelo Estado nacional. Isso, ao mesmo tempo, é uma forma de desarticular essas organizações criminosas, porque se confisca seu patrimônio.

Nós, que estamos acompanhando de perto a CPI Mista do Congresso Nacional que investiga a organização criminosa do Sr. Carlinhos Cachoeira, vemos, com muita clareza, que essa organização se alimenta

da regularização do dinheiro sujo que é adquirido pelo jogo do bicho ou por outras formas ilegais da prática de jogos no Brasil. Ao mesmo tempo, como os analistas dizem, já se chegou à terceira fase do Tratado Internacional de Palermo, que trata da questão das organizações criminosas. Ou seja, essa organização se aprimorou, inseriu grande parte dos seus entes, dos seus colaboradores no aparelho do Estado nacional, iniciando pelas Câmaras de Vereadores. O melhor exemplo disso é o ex-Presidente da Câmara de Vereadores de Goiânia, um Vereador com alguns mandatos, que foi afastado, que passou a ser funcionário dessa organização e que declarou, em audiência pública, que era remunerado para essa finalidade.

Nas investigações da Polícia Federal, nas investigações do Ministério Público, mostra-se a rede dessa organização, com inserção forte em várias prefeituras; com nomeação de secretários, com o olhar todo voltado para a área de segurança no Estado de Goiás; com influência forte no Congresso Nacional, contando com alguns Deputados Federais e com um Senador da República, que praticavam a chamada advocacia administrativa, para proteger essa organização criminosa, que é objeto do trabalho do nosso Conselho de Ética do Senado Federal, onde estamos analisando e concluindo, Sr^a Presidenta, todo esse processo de investigação e de acompanhamento.

Ao mesmo tempo, havia inserção de pessoas dentro da nossa Polícia Federal, das Polícias Civis, das Polícias Militares. Dois delegados da Polícia Federal estão presos pela própria Polícia Federal, que faz uma limpeza interna, como dizemos no linguajar popular, cortando na própria carne, para retirar de dentro do Estado democrático de direito os braços dessa organização criminosa.

Havia ainda influência numa série de empresas privadas que foram constituídas e legalizadas para dar aparência de atuação regular dessa organização criminosa. Ao mesmo tempo, havia toda uma vinculação com remessa de divisas para o exterior.

É exatamente este o objetivo desse Projeto de Lei: assegurar ao Estado nacional, à Polícia Federal, ao Ministério Público Federal, aos Ministérios Públicos estaduais e ao Poder Judiciário brasileiro ferramentas para que possam enfrentar essa fase avançada das organizações criminosas com inserção no Estado democrático de direito, para que essas organizações possam ser combatidas.

Exatamente por isso, ao voltar esse Projeto de Lei ao Senado Federal, fizemos toda uma ação para agilizar a sua tramitação. Sr^a Presidenta, fui o Relator dessa matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, e, para agilizar a sua tramitação, todos os nossos Pares, naquela Comissão, colaboraram, e, rapidamente,

essa matéria foi votada naquela Comissão. Ao chegar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Senador Eduardo Braga foi designado Relator e também foi muito diligente. Os nossos Pares aprovaram com rapidez significativa. O Plenário do Senado Federal, na última semana, votou a urgência urgentíssima, para que, nessa terça-feira, ou seja, amanhã, o Senado possa concluir a tramitação desse Projeto e, em seguida, encaminhá-lo à sanção presidencial, para que possamos assegurar o Estado democrático de direito e garantir essa ferramenta que trata da estruturação do Estado para enfrentar essas questões.

Essa, Sr^a Presidenta, seria a primeira grande iniciativa de enfrentamento da organização criminosa do Sr. Carlos Cachoeira, daqueles que com ele colaboraram e de outros que, porventura, existam no território nacional.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, para que também possa colaborar com este debate.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Pimentel, quero cumprimentar V. Ex^a. Ainda há pouco, fiz um pronunciamento aqui sobre saúde e disse que a grande doença da saúde é a corrupção. Na verdade, a própria Controladoria-Geral da União (CGU), no ano passado, publicou um dado importante: nos anos anteriores, R\$500 milhões haviam sido desviados na Funasa, de um só órgão que cuida da saúde. V. Ex^a aborda a questão do Sr. Carlos Cachoeira. Uma das fontes, senão a cachoeira maior, que abasteciam seu esquema de corrupção eram exatamente os cofres públicos, com várias ramificações e, o que é pior, como disse V. Ex^a, com braços, inclusive, dentro do Estado, nas Polícias Civil, Militar, Federal.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – No Ministério Público.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – O pior é que essas pessoas intimidavam os juízes, executavam os juízes, como foi executada a juíza no Rio de Janeiro. Também fui relator do projeto que trataria de matéria relativa à questão do colegiado de juízes para julgar esses fatos, para julgar organizações criminosas. Não é fácil para um juiz condenar uma pessoa com esse poder! Isso não é fácil! Quando um juiz caminha firme, ele é intimidado; quando não é corrompido, ele termina sendo assassinado, como foi o caso da juíza do Rio de Janeiro. Há vários casos pelo Brasil afora. Então, é muito importante que o Governo da Presidente Dilma, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário se unam no combate a esse mal, porque, se fecharmos essa torneira da corrupção e agirmos por meio dos Poderes do Estado, poderemos, de fato, conter de maneira forte a alimentação desse esquema de corrupção que o Brasil enfrenta. Inclusive, grandes

firmas nacionais nutrem várias instituições e partidos políticos, para bancar, vamos dizer assim, essa proteção ao esquema criminoso no País. Parabéns a V. Ex^{al}! Espero, realmente, que cumpramos nosso dever de aprovar rapidamente as legislações necessárias, embora eu continue dizendo que, com exceção da norma que dá proteção aos órgãos da Justiça, lei para combater corrupção não falta; o que falta é vontade política de fazê-lo com energia.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Senador Mozarildo, o senhor tem toda razão. O Estado nacional tem adotado uma série de medidas para instrumentá-lo e prepará-lo para o enfrentamento dessa questão, que é secular no Brasil.

Lembro-me muito bem do ano de 2003, quando o Presidente Lula encaminhou, a partir de uma iniciativa do Poder Judiciário, a criação de mais 183 Varas Federais em todo o território nacional, e boa parcela dessas Varas Federais estava nas cidades polos no interior do Brasil, porque, até então, a presença da Justiça Federal se dava, basicamente, nas capitais. Essas 183 Varas foram instaladas, e, em cada uma delas, há, além do juiz titular, um juiz assistente, dois procuradores da República, além de uma unidade da Polícia Federal.

É bom lembrar que, durante toda a história da Justiça Federal, até 2003, no Brasil, havia apenas 179 Varas. Aprendemos que não há combate à corrupção no Brasil se não houver estrutura na Justiça Federal, que é uma estrutura do Estado nacional, para enfrentar esses crimes. Grande parte delas é de competência exclusiva do Estado nacional e da nossa Justiça Federal.

Em seu segundo governo, em 2008, o Presidente Lula encaminha para cá a criação de mais 230 Varas Federais no interior do Brasil, fortalecendo a estrutura nas capitais. Ou seja, são 413 Varas Federais criadas em curto espaço de tempo, de 2003 para cá.

É evidente que aqueles que, até 2003, não tinham o olhar focado nessas questões ficam assustados ao ver que o Estado democrático de direito já levou à prisão mais de 16 mil pessoas por meio da Justiça Federal, assegurando seu amplo direito de defesa, independentemente do estrato social. Até então, basicamente quem era preso no Brasil era o chamado ladrão de galinha ou puxador de bode, como dizemos no nosso Nordeste, onde a criação do caprino e do ovino é um grande instrumento de sustentação das nossas famílias.

Com essa estruturação dada à nossa Polícia Federal, triplicamos o quadro de agentes e de delegados, triplicamos o quadro de procuradores da República e triplicamos a quantidade de juízes federais, exatamente para enfrentar essas organizações criminosas. E, agora, precisamos garantir um instrumental

na legislação, para que se possa fazer valer o Estado democrático de direito.

Sr^a Presidente, nossa Senadora Ana Amélia, o Projeto de Lei nº 6.616, encaminhado para o Congresso Nacional em 2009, também de autoria do Sr. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, equipara os crimes do corruptores aos mesmos crimes dos corruptos. No Brasil, a legislação, lamentavelmente, só alcança o corrupto, o que é importante, mas é preciso alcançar o outro braço, porque não há corrupto sem corruptor. E é exatamente por isso que o Sr. Carlos Cachoeira conseguiu tanto êxito nas suas iniciativas. Ele cooptava pessoas do Estado democrático de direito para dar cobertura aos seus eventos, indicando funcionários e secretários. Mas havia aqueles que não aceitavam a sua chantagem. Então, ele passava a fazer gravações, a fazer ameaças. E setores da imprensa davam guarida a esse processo.

Sr^a Presidenta, nesse processo da CPI Mista do Carlos Cachoeira, estamos analisando também um ato em Brasília em que um Senador da República foi à Câmara Legislativa de Brasília para pedir o *impeachment* de um governador, porque este não cedia aos caprichos e aos interesses dessa mesma organização criminosa. Veja que absurdo: um Senador da República vai à Câmara Distrital subscrever um pedido de *impeachment* porque um governador não cedia aos caprichos dessa organização criminosa. A que ponto nós chegamos?

E, naquela época, eu via muita gente de bem, na sociedade e nesta Casa, aplaudindo esse Senador da República, porque era considerado o paladino da moralidade da coisa pública. Na verdade, nesta Casa, fizemos um levantamento de toda a sua vida legislativa, desde fevereiro de 2003, e já fizemos questão de registrar isso no nosso Conselho de Ética para fundamentar a representação que foi feita pelo PSOL no início desse processo. Durante todo esse período, seus atos são muito claros, sempre na prática da advocacia administrativa, que beneficiava o jogo do bicho, em especial o Sr. Carlinhos Cachoeira, conjugando com esse conjunto de ações que, lamentavelmente, levou o nosso Estado democrático de direito a essa fragilidade.

Espero que a Câmara dos Deputados tenha também a mesma agilidade que teve o Senado Federal, para nos ajudar a aprovar o Projeto de Lei nº 6.616, de 2009, que está dormindo nas prateleiras daquela Casa. Essa legislação equipara os corruptores nos mesmos crimes em que são enquadrados os corrompidos. E ali há a majoração da pena para o Presidente da República e para até mesmo o mais simples dos servidores públicos que porventura colabore com processos de corrupção no Brasil.

É preciso que essa legislação também venha a dar guarida ao que a CPMI do Cachoeira está fazen-

do no Congresso Nacional, porque temos assistido, Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, exatamente à participação de parte de servidores municipais, estaduais ou federais nesse sistema das organizações criminosas, que já estão numa fase muito mais evoluída.

Cabe ao Estado democrático de direito e, em especial, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e ao Congresso Nacional dar as ferramentas necessárias para que o Poder Judiciário, a Polícia Federal e o Ministério Pùblico possam afastar esses que ontem chegaram ao serviço público não para contribuir e servir à sociedade, mas para contribuir e servir a outros propósitos que não interessam ao Estado democrático de direito.

É por isso que a nossa Controladoria-Geral da União, que foi criada no primeiro Governo Lula, já está chegando ao número de mais de três mil servidores públicos federais demitidos por justa causa ou com suas aposentadorias e pensões cassadas, por terem contribuído, de alguma forma, com o crime organizado no Brasil.

Srª Presidenta, quero dar como lido meu pronunciamento, para que ele possa constar dos *Anais* desta Casa.

Peço a Deus que, amanhã, possamos aprovar o Projeto de Lei nº 209, de 2003, que atualiza a lei de lavagem de dinheiro e que dá ao Estado democrático de direito ferramentas para enfrentar essa outra fase que, hoje, as organizações criminosas estão assumindo no Brasil.

Muito obrigado, Srª Presidente.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JOSÉ PIMENTEL.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, amanhã, aqui, no Plenário do Senado Federal, nós vamos debater e, certamente, aprovar uma nova legislação de combate à lavagem de dinheiro.

Refiro-me ao PLS 209, de 2003, de autoria do senador Antônio Carlos Valadares. A proposta já foi apreciada pela Câmara dos Deputados e retornou ao Senado para sua tramitação final. Na semana passada aprovamos na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania. Agora, a matéria chega ao .., Plenário em regime de urgência.

O projeto altera e moderniza a Lei nº 9.613, de 1998, e representa um novo e importante instrumento, uma ferramenta eficaz no aprimoramento da legislação penal já existente.

Gostaria aqui de destacar alguns pontos desse aprimoramento que foram debatidos ao longo dos últimos anos no Congresso Nacional.

Na atual legislação, por exemplo, o crime de lavagem de dinheiro só se caracteriza quando os bens, direitos e valores forem provenientes de crimes como tráfico de entorpecentes, tráfico de armas, seqüestro, terrorismo, crimes contra a administração pública, entre outros. Ou seja, a lei delimita algumas origens ilícitas para que se prossiga com uma ação penal em casos de ocultação ou dissimulação dos ganhos obtidos ilegalmente.

Com o projeto que vamos votar amanhã, fica em aberto o rol de infrações que deram origem ao dinheiro objeto da lavagem. Assim, todo o dinheiro sujo, objeto de lavagem, proveniente de qualquer conduta infracional, criminosa ou contravencional, será atingido pela nova legislação. Com isso, nossa legislação se iguala a de países como Estados Unidos, México, Suíça, França e Itália.

Outro ponto importante diz respeito à delação premiada. O projeto aprimora a possibilidade de delação premiada, determinando que esse recurso possa acontecer a qualquer tempo. Ou seja, o juiz, mesmo depois do término do processo penal, poderá deixar de aplicar a pena ou substituí-la por pena restritiva, quando o criminoso colaborar com a justiça.

O projeto também garante a possibilidade da justiça acolher denúncia de lavagem de dinheiro, baseada apenas nos indícios do crime de origem. Ainda que o crime originário já tenha prescrito ou que não seja possível mais punir o criminoso. É o caso de tráfico de drogas, desvio de recurso público ou contrabando, por exemplo.

Outro ponto relevante no projeto está no fato de garantir a possibilidade de apreensão dos bens em poder dos chamados “laranjas” ou “testas de ferro”, que ‘emprestam’ ou ‘alugam’ seus nomes para os verdadeiros donos dos valores. Atualmente, a lei prevê a apreensão apenas para os bens ou valores que estiverem em nome do acusado da lavagem de dinheiro.

Também é importante destacar que a, proposta estende aos estados e ao Distrito Federal o direito de receber bens que forem objeto de perda em razão de condenação penal. O projeto prevê que valores arrecadados nos leilões desses bens se destinem a uma conta vinculada. No caso de absolvição retornariam para os réus e, em caso de condenação, iriam para o erário.

Sr. Presidente, também gostaria de destacar pontos do PLS 209 que ajudam no fortalecimento de nossas instituições no combate ao crime organizado.

O texto propõe mecanismos para tornar mais céler o processo judicial e a consequente punição dos

culpados. O julgamento do réu, por exemplo, poderá ser feito à revelia. O juiz também poderá determinar a alienação antecipada de bens obtidos com recurso de atividades ilícitas, quando houver risco de deterioração dos mesmos ou quando for onerosa a sua manutenção.

A nova lei também confere ao Ministério Público e a autoridade policial acesso, exclusivamente, aos dados cadastrais do investigado que informam qualificação pessoal, filiação e endereço, independentemente de autorização judicial. Fica resguardada, porém, a cláusula constitucional que garante a inviolabilidade do conteúdo da correspondência, das comunicações telegráficas, telefônicas e de dados.

Também foi ampliada a lista de instituições que ficam obrigadas a identificar clientes e informar às autoridades sobre operações suspeitas, colaborando com o sistema de prevenção à lavagem de dinheiro.

Sr. Presidente, a Lei 9.613/98 introduziu na Legislação Brasileira uma série de iniciativas no combate à lavagem de dinheiro. Uma das mais importantes foi a criação do Conselho de Controle da Atividade Financeira – COAF, que tem a missão de prevenir a utilização dos setores econômicos para a lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, promovendo a cooperação e o intercâmbio de informações entre os setores público e privado.

O avanço mais significativo no sistema legal brasileiro depois da Lei 9.613/98 foi a aprovação da Lei Complementar 105, de 20 de janeiro de 2001, que ampliou o acesso do COAF a informações bancárias. Também a Lei 10.701, de 2003, que incluiu o financiamento ao terrorismo como crime antecedente à lavagem de dinheiro, proporcionou mais autoridade ao COAF para obter informações de comunicantes, e criou um registro nacional de contas bancárias.

Além do COAF, outros órgãos, como a Polícia Federal, a Receita Federal, a Controladoria-Geral da União e o Ministério Público, têm se engajado de forma sistemática e progressiva no combate à lavagem de dinheiro. Essas autoridades têm ampliado suas capacidades de atuação, quer seja ampliando recursos, quer seja cooperando com outros órgãos para intercâmbio de informações e experiências.

Com a atualização da lei de lavagem de dinheiro, o Congresso Nacional cumpre com seu papel legislativo e ajuda o Brasil a apresentar uma série de avanços já adotados por outros países e que devem dar mais agilidade e eficácia no combate a esse tipo de delito.

O Brasil entra agora em uma nova fase que é a de tentar alcançar o sonegador de tributos, para que ele pague suas obrigações, e o corruptor, cuja atuação é ainda mais grave que a do corrupto.

Sabemos que o crime mais hediondo nos países democráticos é o da sonegação de tributos que tira recursos da saúde, da educação, da segurança pública, afetando principalmente os mais pobres, pois são eles que mais dependem dos serviços públicos. Lamentavelmente, aquele que sonega é visto por muitos como um 'bom planejador' e não como uma pessoa que deve ser alcançada pela nossa legislação. Mas, felizmente, isso vem mudando e a prova está no grande número de projetos de combate à corrupção que estão tramitando no Parlamento brasileiro.

Gostaria de lembrar, por exemplo, do Projeto de Lei nº 6.616, de 2009, de iniciativa do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que equipara o crime do corruptor ao do corrupto.

Se essa proposta já fosse lei, certamente as investigações sobre as ações do contraventor Carlos Cachoeira, objeto de análise da CPMI, teriam outro rumo.

Que a aprovação do PLS 209 nos motive a analisar e aprovar outras matérias que ajudem e fortaleçam o Brasil no combate ao crime organizado.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador José Pimentel, na forma regimental, sua solicitação será atendida.

Queria dizer-lhe que pode contar com o meu voto nesse projeto.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Não tenho dúvida.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – V. Ex^a trata de uma matéria e de providências que nós, do campo legislativo, podemos tomar, para fazer a prevenção a esses desmandos que estão acontecendo.

Se tivéssemos essa lei aprovada há mais tempo, possivelmente já estaríamos com ela em vigor, e os agentes da lei, os agentes do Estado de direito, já teriam agido, porque estava muito evidente todo o processo.

Aproveito o ensejo também, Senador José Pimentel, para dizer que seria conveniente que pudéssemos votar a PEC, que já está para ser votada, que torna aberto o voto na votação do processo do Conselho de Ética no plenário do Senado.

Seria muito oportuno que a sociedade visse como vão comportar-se os Senadores.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr^a Presidenta, a senhora tem toda a razão. Essa matéria tem voto aberto no Conselho de Ética. Já é assim, mas, no plenário do Senado e da Câmara, lamentavelmente, o voto ainda é secreto.

Sou um daqueles, Sr^a Presidenta, que, quando Deputado Federal, votou no primeiro turno dessa ma-

téria, lá na Câmara Federal; da mesma forma, votarei com V. Ex^a aqui, no Senado Federal.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Que bom!

Muito obrigada, Senador José Pimentel.

O Senador Pedro Taques está inscrito.

Então, V. Ex^a pode ocupar a tribuna. V. Ex^a é o próximo orador inscrito.

Eu aproveito, enquanto o Senador Pedro Taques se prepara, para fazer a leitura, em função do tempo na hora em que fui à tribuna, de carta encaminhada à Presidente da República por Maria das Graças Carrilho.

Ela encaminha uma carta, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Pedro Taques, dizendo que está desesperada. É mais uma que se encontra na situação desesperadora do caso Aerus.

Por amor de DEUS, leia essas linhas [disse ela à Presidente Dilma].

Sou viúva, meu marido faleceu em 2009, com CA na medula, não tinha nada a fazer, só esperar a morte chegar. Não tinha como pagar plano de saúde [tema a que o Senador Mozarildo, há pouco, fez muitas referências]. As fraldas eram dadas pela família e amigos. Teve dias que entrava no supermercado e não tinha como comprar uma geléia de mocotó para alimentar meu marido. Um profissional que tanto dedicou sua vida ao trabalho e teve um fim de vida com muito sofrimento e falta de recursos. Sou ajudada pela minha mãe idosa de 83 anos.

Recebo minha pensão do INSS, que está comprometida com empréstimos que precisei fazer para manter minhas obrigações como cidadã. Para receber do AERUS, o que ele recebia mensalmente, tive que abrir um inventário, o único bem que ele possuía (seu crédito mensal). Tive esse dinheiro bloqueado até comprovar que tinha direito. Inventário que a Juíza deu a sentença final em dezembro de 2011, onde foram expedidos 3 MANDADOS DE PAGAMENTO para o Aerus (3 por ter meus 2 filhos).

Fui muito mal atendida na sede do AERUS. Foi dito que seria uma fraude me pagarem. A advogada que me recebeu desconhecia a etiqueta que tinha no MANDADO, que era a firma reconhecida da JUÍZA, pois o próprio cartório do Fórum, disse que deveria reconhecer. Até agora não foi encerrado, pois o AERUS respondeu dizendo ser impossível o pagamento. Essa reserva que desconheço o valor, pois o crédito que recebemos sai da

reserva, não tenho acesso para saber. Perdi o direito de ser pensionista, passei a ser CREDORA. Dinheiro que o meu marido contribuiu mensalmente, para ter uma velhice tranquila e sua família amparada. Restou um DESPERO TOTAL.

Não tenho condições para entrar num mercado e comprar a alimentação mensal, quem faz é a minha mãe idosa. Como sequela de tudo, estou em tratamento psiquiátrico no Hospital Nícia da Silveira e adquiri um vitílico, que fez piorar a minha depressão. Tenho pena de mim... Jamais imaginei passar por tudo isso e me sentir abandonada pela justiça. Apelo para A SENHORA PRESIDENTA DILMA, por mim, por todos que se encontram nessa situação do AERUS. IMPLORO para que interceda por nós. São várias mortes que semanalmente ocorre, com os aposentados.

O meu desejo era simplesmente ser recebida pela SENHORA. Seria breve, só bastava um olhar em seus olhos para mostrar a minha tristeza profunda. Sinto que perdi minha DIGNIDADE, me sinto EXCLUÍDA, me sinto IMPOTENTE. O seu olhar que vi na imprensa, me vi... senti a sua dor. Mas a SENHORA não pode ver a minha. Mas IMPLORO que esse e-mail realmente chegue em suas mãos. Não sei do meu futuro, só tenho a ESPERANÇA na decisão da JUSTIÇA. Se for impossível me receber, por favor me responda, fale com uma brasileira, sua eleitora que precisa URGENTEMENTE ter a DIGNIDADE de volta na VIDA. Não quero morrer de tanta tristeza.

Assinado: Maria das Graças Carrilho

Em homenagem a essa brasileira, Senador Pedro Taques, cumpro meu dever de publicizar a carta, que é um apelo dramático de centenas de famílias.

Peço-lhe desculpas e passo-lhe a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, cidadãos brasileiros que nos ouvem pela Rádio Senado e que nos assistem pela TV Senado, subo a esta tribuna, nesta segunda-feira, para tratar de dois temas.

O primeiro tema é a votação, ao final de um processo, por ofensa ao decoro parlamentar, que sofre um parlamentar. Penso, Sr^a Presidente, que, no atual quadro histórico em que vive a República Federativa do Brasil, não há mais que se falar em votação secreta para perda ou não do mandato.

Sabemos que o Senado vive um momento importante de sua história, um momento de afirmação de

sua responsabilidade para com a Nação, um momento de afirmação dos princípios republicanos. Não há que se falar em segredo na República. A República, pelo próprio radical do termo, significa coisa pública, significa *quisque de populo*, o que pertence a todos. Portanto, segredo não convém à República, Sr^a Presidente.

Os julgamentos do Poder Judiciário, como regra, todos são públicos. A Emenda Constitucional nº 45 afastou aquelas exceções impertinentes que existiam na legislação. Julgamento sigiloso, julgamento secreto nos faz lembrar de maracutaia, nos faz lembrar de acordo na calada da noite, nos faz lembrar do errado, do malfeito.

Por isso, Sr^a Presidente, nesta tarde, subo a esta tribuna – e o farei, daqui para frente, todas as semanas – para solicitar ao Presidente desta Casa, primeiro, que coloque em votação a Proposta de Emenda à Constituição que torna pública todas as votações no Senado da República. Este é o Senado da República, não é o Senado do segredo, não é o Senado do sigilo, não é o Senado da reserva. É o Senado da República. Um dos princípios que decorrem da República é justamente este: a publicidade dos nossos atos. Não há que se falar em mais demora, em mais delongas, para manifestação da Casa Alta do Congresso Nacional a respeito dessa Proposta de Emenda à Constituição que torna todas as votações abertas.

E aí cada Parlamentar terá que assumir sua responsabilidade. Primeiro, responsabilidade perante os eleitores que o mandaram para cá; segundo, responsabilidade para com a Nação; terceiro, responsabilidade com a sua própria consciência. Não há que se falar que Senador da República possa estar sofrendo pressão. Quem não aguentar pressão não venha ao Senado, fique dentro da sua casa assistindo à televisão. Senador que não aguentar pressão é bom que aqui não esteja.

Ainda continuo a falar sobre isso, Sr^a Presidente. Assim, todas as semanas, daqui para frente, subirei a esta tribuna, para, de uma forma rápida, solicitar ao Presidente Sarney que coloque, sem maiores delongas, essa Proposta de Emenda à Constituição para ser votada.

Para minha alegria, concedo um aparte ao Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Meus cumprimentos a V. Ex^a pela importância do tema que está abordando, principalmente quando se noticia – eu não acredito, mas se noticia – que há um movimento crescente entre os Senadores para, inclusive, nem virem votar, e não vir votar é o mesmo que votar contra, porque não dá quórum. O importante é que essa matéria há anos está pronta para ser votada. Então, o Sr. Presidente do Senado Federal não tem um motivo sequer para não colocá-la em votação. Aliás, seria de se esperar, para dar resposta às manchetes negativas

ao Senado Federal, que S. Ex^a o Sr. Presidente submetesse esse projeto à apreciação da Casa de hoje até a votação. Temos prazo tranquilo para votação dessa matéria, que está pronta para ser votada. Na verdade, não há razão para se esconder atrás do voto secreto. Aconteceu aqui: nós votamos a cassação de um Senador, voto aberto na comissão, e aqui aconteceu o contrário com o voto secreto. E o mais escandaloso da história aconteceu há poucos dias na Câmara dos Deputados, quando uma Deputada, cassada por unanimidade na comissão, no plenário, com voto aberto, foi absolvida. E o advogado de defesa disse umas 60 vezes, da tribuna, apontando para todos: “Hoje é ela. Amanhã pode ser você”. Parece que conseguiu atingir seu objetivo. V. Ex^a está absolutamente correto. Deveremos aproveitar esta hora tão crítica e tão séria na qual essa questão está sendo colocada, está sendo debatida. A análise que se faz é esta: pode ser condenado, mas, como o voto secreto, a coisa pode ser diferente. V. Ex^a tem razão. Com a dignidade e a credibilidade de V. Ex^a, talvez possamos fazer chegar ao Sr. Presidente do Senado Federal que ele, que está há tanto tempo na presidência – e há tanto tempo essa matéria está na gaveta dele –, deve colocar essa matéria em plenário para que seja votada. Este é o momento de votar.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) –

Exatamente. Muito obrigado, Senador Pedro Simon, pela contribuição que, com certeza, tira minha fala de sua pobreza.

Eu gostaria de continuar neste tema dizendo que o Senado, Sr^a Presidente, julga o Presidente da República pela prática de crime de responsabilidade. O art. 52, parágrafo único, combinado com o art. 86 da Constituição, afirma que “cabe ao Senado julgar o Presidente pela prática de crime de responsabilidade”. E nós nos recordamos dos momentos históricos pelos quais passamos em 1992 – salvo engano, no dia 28 de dezembro de 1992 –, quando Senadores condenaram um ex-Presidente da República pela prática de crime de responsabilidade.

Lá na Câmara, por ocasião da autorização, cada Deputado se manifestou a respeito da autorização para que o Senado julgassem. Aqui no Senado, cada Senador se apresentou e assumiu a sua responsabilidade, responsabilidade com a verdade, responsabilidade com a Nação, responsabilidade com sua consciência. Por isso, nós aqui do Senado temos de dar início a um movimento pelo voto aberto.

O voto do eleitor, no momento em que ele nos escolhe, no momento em que ele escolhe os representantes que aqui defenderão os seus interesses, este voto deve ser sigiloso, este voto deve ser secreto para garantir a liberdade, para garantir ao eleitor que ele votará sem temor, sem receio de violar quem quer

que seja e sem o receio de ser ameaçado por qualquer fato. Agora, nós, que somos representantes dos Estados, das unidades federadas nesta Casa, não podemos votar em segredo, não podemos votar em sigilo.

Desta feita, Sr^a Presidente, eu, como Senador da República, dou início, junto com outros membros desta Casa – e V. Ex^a faz parte dessa discussão, assim como, tenho certeza, o Senador Pedro Simon, o Senador Mozarildo, o Senador Humberto Costa, o Senador Rodrigo Rollemberg, o Senador Cristovam Buarque, o Senador Randolfe Rodrigues –, a um movimento para que essa votação seja aberta, não seja fechada. Nós não queremos perseguir quem quer que seja, o que nós queremos é assumir a responsabilidade pelos nossos atos. Quem não aguenta pressão fique em casa. Existe um ditado no meu Estado que diz o seguinte: “Quem não aguenta vai beber leite”. Àquele que não aguenta pressão não cabe exercer sua função nesta Casa Alta da República.

A sociedade brasileira aguarda esse momento histórico. Os fatos que nós julgaremos aqui são por demais graves. Não interessa quem seja o Senador, o que interessa é o Senado; não interessa a parte, o que interessa é o todo; e nós temos responsabilidade com esse todo. Por isso, no momento da votação, eu votarei e revelarei o meu voto, com total tranquilidade de estar cumprindo o que determina a Constituição da República. Voto sigiloso, voto secreto, voto reservado, nós estamos querendo esconder algo, porque não há que se entender que isso sirva para proteger o parlamentar. Proteger o parlamentar de quê? Qual o temor? Aqui nós temos Parlamentares que são assombrados, por acaso, Sr^a. Presidente? Aqui nós temos Parlamentares assustados, que não têm condições de votar aberto?

Por isso, defendo a votação aberta. E nós temos, sim, que nos preocupar com aqueles gazeteiros, que faltarão.

Eu também, Senador Pedro Simon, já ouvi essa conversa. Eu estarei aqui na bancada do meu Estado para exercer a minha função constitucional, a função para a qual o povo do meu Estado me mandou para cá.

Para minha honra, concedo um aparte ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Senador Pedro Taques, eu gostaria de propor a V. Ex^a, à Senadora Ana Amélia, ao Senador Mozarildo Cavalcanti, ao Senador Pedro Simon e a todos os Senadores que porventura se encontrem ouvindo seu brilhante pronunciamento, que juntos comuniquemos ao Presidente da Casa que nos recusaremos a votar qualquer matéria se não deliberarmos sobre a Proposta de Emenda à Constituição do voto aberto. Nós temos três propostas aqui no Senado. As três já cumpriram o rito das cinco

sessões de discussão. O rito regimental foi obedecido e basta colocar em votação. A Emenda nº 86, Senador Pedro Taques, diz respeito única e exclusivamente à cassação de mandato, que é o assunto do momento que nós poderíamos resolver. E depois, continuarmos a debater as demais emendas sem a necessária pressa, sem a celeridade que se deseja para a outra que diz respeito à cassação de mandato, porque há um processo em curso. Se nós deliberássemos aqui rapidamente, a Câmara dos Deputados teria condições de, em 15 ou 20 dias, concluir o processo de votação e nós poderíamos ter a votação aberta para cassação do mandato de um Senador. Portanto, os cumprimentos a V. Ex^a por defender também, com muita competência, essa tese que é essencial agora e é uma exigência da sociedade brasileira. Os brasileiros querem conhecer o voto de cada um. Em relação a essa história de ausência, eu acho que isso é uma malandragem, porque a ausência carimba o avalista da impunidade. É imperioso comparecer agora. Quem não comparecer foi adepto, foi conivente, foi cúmplice da impunidade. O voto é secreto, lamentavelmente, e proporciona a traição e a covardia. Por isso esse esforço de tornar o voto aberto é essencial neste momento.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, concordo. Muito obrigado pelo seu aparte, Senador Alvaro. Concordei inteiramente com a sugestão de V. Ex^a. Nós temos, cada um aqui, que assumir a sua responsabilidade pelos seus atos. Não podemos nos omitir diante de um momento grave pelo qual passa esta Casa. Esta Casa, que ficará, independente das nossas presenças; esta Casa que existia, independente da nossa existência, Senado Pedro Simon. O que está a valer, o que está sob jogo aqui é a sorte desta Casa, a oportunidade de esta Casa poder se impor como uma Casa da República, se impor como uma Casa republicana, se impor como uma Casa cidadã.

Votação aberta. Nós todos, todos os dias temos que voltar aqui e velar, velar aqui no sentido de tomar conta do que está a ocorrer. Eu já ouvi também isto a que o Senador Alvaro fez referência: nós não podemos permitir que os gazeteiros possam infirmar a responsabilidade desta Casa.

Eu me recordo, Senador Pedro Simon, eu ainda estudante, que vi, pela televisão, um grande Senador brasileiro, o Senador Darcy Ribeiro, chegando para votar nesta Casa, chegando para votar de cadeira de rodas, e carregado, para exercer a sua função constitucional.

Por isso nós não podemos nos omitir neste momento histórico.

Mais uma vez concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – O que disse o Senador Alvaro era importante. V. Ex^a, Senado-

ra Presidente, poderia encabeçar um requerimento ao Presidente do Senado falando da importância de colocar essa matéria imediatamente em votação. Eu acho que é uma matéria tão significativa... Ela é aérea, está geral, está lá na gaveta. Agora, se nós manifestarmos isso ao Presidente do Senado, eu acho que dificilmente ele não atenderá ao nosso pedido. Eu acho que era uma boa sugestão V. Ex^a encabeçar isso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

A segunda parte da minha fala, Sr^a Presidente, neste fim de semana, as revistas nacionais – duas das grandes revistas – mais uma vez trouxeram uma entrevista com um cidadão chamado Pagot, ex-presidente do Dnit, cidadão do Estado de Mato Grosso, que foi presidente dessa empresa nacional.

Muito bem, ele está louco para falar. Ele está manifestando, todos os dias, que quer prestar depoimentos a respeito de caixa dois, a respeito de contribuição para o PT, para o PSDB. Muito bem. Na CPI já existem 10, 15 requerimentos para que esse cidadão seja ouvido, e a CPI, infelizmente, não coloca em votação para que esse cidadão seja ouvido. Se ele quer realmente falar, nós precisamos que ele fale, a República deseja que ele fale.

Independente da CPI, Sr^a Presidente, hoje protocolo, na Procuradoria da República, aqui no Distrito Federal, uma representação, porque ele está dando conta de crimes que se apuram mediante ação penal pública: ele está dando conta de crimes eleitorais; ele está dando conta de corrupção. Portanto, o Ministério Público Federal, aqui no Distrito Federal, tem a obrigação constitucional de ouvi-lo, de acordo com o art. 5º, inciso II, do Código de Processo Penal. Assim, quero dar conta a esta Casa que represento para que o Ministério Público possa ouvi-lo.

Não é crível, não é razoável que um cidadão, há mais de um mês, venha dizer que possui fatos graves a revelar em favor da Nação e que ninguém queira ouvir esse cidadão. Todos nós estamos desejosos de ouvi-lo. Eu tenho a compreensão de que ele deve ter fatos gravíssimos a revelar, fatos que implicam altas autoridades da República, porque o orçamento do Dnit é um orçamento abissal, é um orçamento amazônico, é um orçamento maior do que o de grandes Estados da Federação, e por ali está o ralo da corrupção.

Portanto, dou conta, Sr^a Presidente, a esta Casa, de que represento à Procuradoria da República, aqui no Distrito Federal, uma vez que a sede do Dnit fica aqui no Distrito Federal, para que eles possam ouvir esse cidadão. Ele está louco para falar. Então, vamos resolver essa sua vontade gigantesca de contribuir com a República.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sr. Senador Pedro Taques, antes de V. Ex^a subir à tribuna, eu havia me manifestado no pronunciamento do Senador José Pimentel, que trouxe a este plenário um projeto do Senador Valadares, que trata de punir corruptos e corruptores, uma lei mais rigorosa que, pela falta de implementação, não pôde ser aplicada ainda. Então, imagino que amanhã possamos votar esse Projeto de Lei nº 209, de 2003, com celeridade.

Já emprestei meu apoio a essa matéria e lembrei a ele a necessidade de votarmos também a PEC do voto aberto. Pelo menos, como disse o Senador Alvaro Dias, que seja agora o mais emergente para a cassação de mandato de parlamentar. Penso que, a partir de hoje, entraremos, Senador, em vigília cívica em defesa do voto aberto para essa deliberação, que é, como diz V. Ex^a, um resgate da credibilidade desta instituição.

Estamos pensando no coletivo, e não no pessoal ou individual, e essa é a nossa grande responsabilidade. Se falharmos agora, estaremos comprometendo a credibilidade da instituição, que nós representamos nos nossos Estados.

Cumprimentos a V. Ex^a, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado.

Se V. Ex^a me permite, com que coragem? (*Intervenção fora do microfone.*) Qual será o tamanho da nossa vergonha, se continuarmos com essa votação fechada?

Nós sempre estamos discutindo, e, como diz um ditado no Estado de Mato Grosso, depois da porta arrombada é que queremos colocar a tranca. Nós precisamos colocar a tranca, a trama antes que a porta seja arrombada.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Pedro Taques.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Srs. Parlamentares, não há dúvida nenhuma de que o assunto de hoje o Senador Pedro Taques trouxe a esta tribuna neste momento. Foi um final de semana pesado. Mais um final de semana em que a diversão nacional foi o Senado Federal.

Primeiro, a notícia de que já são 30... Eu retiro. Dizem os jornais que já são – eu não acredito –, que já seria 30 o número dos Parlamentares que se comprometeram a não comparecer, para não dar quórum. Conforme os senhores sabem, a cassação de um mandato exige metade mais um dos membros do Senado votando favoravelmente a essa cassação. Então, tem que ter 41, não presentes, mas 41 dos presentes votando

favoravelmente. Se 30 já dizem que não comparecem, é um sinal de que será difícil alcançar esse quórum.

Em segundo lugar, é um fato que já aconteceu aqui. Na Comissão de Ética, a aprovação foi feita pela cassação. Aqui no plenário, baseado no voto secreto, a cassação não aconteceu. Aliás, também, nos Anões do Orçamento. Enquanto a Câmara cassou 14, no Senado a Comissão cassou, mas, no plenário, no voto secreto, também não cassou.

Agora, o interessante é que esta Casa tem isto que a caracteriza. Os líderes aceitam, se reúnem, decidem e votam de um dia para o outro, de hoje para amanhã. Outras matérias, da maior importância, passam dias, passam meses, passam anos, e não são expostas à votação.

Por isso, tenho certeza de que essa matéria debatida aqui, no plenário, exposta pelas manchetes dos jornais, rádios e televisões em todo o Brasil, atendendo a um apelo que se faça ao Presidente do Senado, será colocada em votação. Como disse o Senador Pedro Taques e como disse o Senador Alvaro Dias, a matéria está pronta, não tem absolutamente nada, pode ser posta em votação amanhã. Por que não botá-la em votação? É hora de botá-la em votação, é o momento propício de colocá-la em votação. Isso não envolve nenhuma preocupação com alguma votação que vamos ter agora, envolvendo A, B ou C. Vale, em termos de futuro, em termos da importância de que isso seja uma triste realidade que desapareça daqui.

Disse muito bem o Senador Pedro Taques: é importante para que a opinião pública fique entendida que todos nós somos favoráveis ao voto secreto para eleger o Deputado, o Senador, o Presidente da República. Aliás, essa época, durante muito tempo, durante toda a República Velha e durante toda a Monarquia, era a votação do ridículo. A votação era feita com assinatura aberta e não existia justiça eleitoral, existia uma comissão indicada pelo Presidente da República ou pelo Governador do Estado para acompanhar a votação. Era a chamada votação a bico de pena, o Governo ganhava. Graças a Deus, com a Revolução de 30, veio o voto secreto, que é uma conquista absolutamente necessária. Nós todos defendemos que o eleitor, ao votar, tem que ter a tranquilidade de votar em quem quer, sem o medo de perseguição. Então, o voto secreto para o eleitor votar no Vereador, Deputado, Prefeito, Governador, Senador, Presidente da República deve continuar a vida inteira. Diferente é a situação do Parlamentar. Somos eleitos em voto secreto, mas aqui, na Casa, nosso voto tem que ser aberto, seja qual for a questão. O povo tem o direito de saber em quem vamos votar, como vamos votar.

Não há argumentação nenhuma para qualquer tipo de votação para o chamado voto secreto.

Esconder de quem? Estamos escondendo o voto de quem? O Brasil tem de saber como cada um de nós vai votar as matérias, principalmente as mais importantes. Então, isso que, ao longo do tempo, é algo ridículo que existe... Há momentos na vida em que as coisas chegam ao momento de terminar. Nada mais, o momento de terminar é agora, quando a imprensa toda coloca o Senado no ridículo. Nós estamos sendo a desmoralização. As charges se repetem com relação a nós. Nós somos motivos de deboche de toda a opinião pública. Como é que o Senado vai votar? Mas claro que vai votar: hoje salva fulano e amanhã salva beltrano! Vai votar... Como eles dizem? Não é que vai votar em fulano, mas em causa própria. Então, vão votar com voto secreto, porque amanhã pode ser ele. Mas é o contrário: vamos votar secreto; mas, amanhã, se formos nós, também queremos ser votados em voto aberto. Queremos o voto aberto nesse sentido e não o voto secreto.

Então, eu vou além da proposta que foi feita aqui pelo Alvaro, acatada pelo Senador Pedro Taques, no sentido de nos dirigirmos pessoalmente ao Presidente Sarney: "Presidente Sarney, está nas mãos de V. Ex^a". Se até aqui não foi posto em votação, não dá para dizer que a culpa é do Dr. Sarney. A culpa é que ninguém fez movimento, e o negócio ficou parado na gaveta. É a tradição nesta Casa. Matérias mais importantes de repente a gente esquece e ficam na gaveta. Agora, não, Dr. Sarney. Agora é a opinião pública, é a manchete nacional, é o Brasil inteiro olhando para esta Casa. E esta Casa faz um apelo a V. Ex^a para que coloque essa matéria em votação. Não há dúvida, não há interrogação, não tem de ir a comissão alguma, já passou por onde tinha de passar.

É V. Ex^a dizer, com diferença de 48h: "Na quarta-feira vai ser votado". Ou dizer amanhã: "Na quinta-feira será votado". E se vota na quinta-feira.

Pois não, Senador.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Sr. Senador Pedro Simon, eu quero, novamente, concordar com V. Ex^a. É interessante que nesta Casa, quando se há a chamada vontade política, quando existe a chamada vontade política, nós aprovamos aqui medidas provisórias de afogadilho. Medidas provisórias que chegam a esta Casa com um dia para encerrar o prazo. E aí existe a chamada vontade política para aprovar as medidas provisórias mais descabidas que possam existir: medidas provisórias com contrabando, medidas provisórias com chamadas "caldas legais", medidas provisórias que ofendem à Constituição. E aí nós votamos rapidamente. Votamos como um corisco, como um raio que cai do céu. Agora, de repente, com

essa matéria, que é muito importante não somente para o Senado, mas para a República, nós ficamos com prolegômenos, com salamaleques, ficamos com rapapés a respeito dessa matéria de suma importância para a consolidação da República. Não queremos perseguir quem quer que seja. Queremos assumir a nossa responsabilidade e dar ciência à Nação de que aqui existem representantes dos Estados-Membros que estão de acordo com o que diz a Constituição da República. No mais, é conversa fiada; no mais, é não querer votar; no mais, Senador Pedro Simon, é enrolação. Nós precisamos, todos os dias que nos restam até o dia da votação, cada um de nós, subir à tribuna e, mais uma vez, todos os dias, pedir ao Presidente Sarney que coloque esse ponto em votação, e cobrar todos os dias da Presidência do Senado.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Só tem uma questão que V. Ex^a falou, mas deixou um lado vazio. A gente falava, durante muito tempo, que a medida provisória era uma excrescência do Poder Executivo. O Poder Executivo mandava e nós votávamos. Agora, há má-fé nossa também. É um acordo: vem a medida provisória e entra o contrabando. Quer dizer, a cada medida provisória deste tamanhinho, que invoca 30 milhões, há um contrabando de emendas de parlamentares que vai para 300 milhões. Então, estamos nessa jogada.

Agora, o que V. Ex^a disse do ilustre representante do Dnit, o que ele vem falando na imprensa, o que ele vem contando no jornal, o que ele vem dizendo das coisas que aconteceram, e, o que é importante que se esclareça, dos vários lados, envolvendo vários partidos, de governo e de oposição... Mas como é que ele não é chamado, meu Deus do céu? Mas como é que ele não é chamado? Como é que o requerimento está na Comissão de Ética, na gaveta, e não se põe em votação? Esperando o quê? Tenho certeza de que o Procurador-Geral do Distrito Federal vai atender à proposição de V. Ex^a e vai fazer a convocação.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – E, permita-me, convido V. Ex^a e a Senadora Ana Amélia para assinarmos em conjunto essa representação que já está pronta. Vou assiná-la agora.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Com o maior prazer. Ele vai fazer a convocação, mas mesmo essa convocação vai ficar ridícula para nós, porque ele vai fazer aquilo que a Comissão de Ética não quis fazer, aquilo que é obrigação da Comissão de Ética fazer. Chama as pessoas, que vêm aqui já dizendo que não vão falar. Já dizem: “Eu não vou falar nada”, e são convocadas para dizer que não vão falar nada. E aquele que já está dizendo o que vai dizer, e é um escândalo, não é convocado. Não tem explicação.

Olha, hoje, V. Ex^a abordou um assunto mais duro que o outro, mas, hoje, é uma segunda-feira que começa bem, porque, como diz V. Ex^a, não precisa nem ser semanal, pode ser umas três vezes por semana. É um assunto em que eu me coloco ao lado de V. Ex^a. Vamos a esse debate e vamos a essa discussão.

A Comissão já foi muito além do que a gente imaginava. Eu me lembro quando eu vim a essa Comissão dizendo que a CPI ia sair e a imprensa cobrou de mim, colocou em manchete, quase que brincando comigo e dizendo: “Só o Senador Pedro Simon, na sua idade, acha que vai sair. Não vai sair.” Saiu.

Todo mundo dizia que não ia dar em nada, todo mundo apostava que não iam ser abertas as contas da Delta, e as contas foram abertas. Todo mundo dizia que os Governadores não seriam convocados, e foram convocados, e o outro que não foi será. Então, a Comissão, apesar dos pesares, está caminhando.

Senadores como o Senador Pedro Taques, o Deputado Miro Teixeira e o nosso brilhante rapazinho, o Senador do Amapá, estão tendo um belo trabalho e a Comissão está caminhando, embora fique a expectativa de uma certa falta de não vontade de apressar do Presidente e do Relator. Houve uma sessão pesada. Graças a Deus, o Presidente da Comissão, nosso querido amigo, está bem. Foi para o hospital, mas não tinha nada. Mas ele teve de se afastar. O Vice-Presidente era do PT, então, assumiu o comando. PT na presidência e PT na relatoria. E foi o dia mais difícil da Comissão, em que o PT pagou todos os pecados que tinha de pagar. Acho que foi bem.

Se a Comissão foi bem até agora e avançou até agora, é o que a imprensa está dizendo: o Lula pode estar até arrependido de ter pedido a Comissão. As coisas foram diferentes do que ele imaginava.

Mas o assunto pelo qual vim a esta tribuna, mesmo, são as manchetes de jornais de hoje dizendo que o Presidente do Supremo estaria sendo derrotado pelos seus colegas, na intenção de que a votação do mensalão acontecesse ainda neste ano. Há até uma certa malícia, que eu acho que quem conhece o Presidente do Supremo... Quero dizer para os senhores que sou um apaixonado pelo Presidente do Supremo, pelo seu discurso de posse, sua biografia.

Um homem que é um jurista fantástico e, ao mesmo tempo, é um poeta da vida extraordinário. Ele está dando uma demonstração de grandeza que, realmente, me emociona. Então, alguns até querem dizer que ele quer apressar para ser votado durante a presidência dele. É uma coisa de uma grosseria que, sinceramente, me irrita!

Mas, na verdade, não dá para entender algumas coisas. O recesso do Supremo em julho é necessário, mais até do que o nosso. O nosso já diminuiu, porque

era o mês inteiro e, agora, só 15 dias. O do Supremo parece que é o mesmo. Cá entre nós, daria para liberar esse recesso nessa oportunidade. Um esforço a mais dos ministros do Supremo para que esse período de recesso fosse suspenso seria importante.

Uma outra matéria: o Presidente acha que deve ser colocada como prioridade a votação do mensalão. Alguns ilustres Senadores colocam que se trata de uma matéria respeitável, que deve seguir a rotina normal e que todas as matérias importantes devem ser votadas ao mesmo tempo. Eu acho que não. Eu acho que, caso se pudesse votar o mais breve possível o mensalão, seria uma coisa importante. Alguns dizem que não, que o atual Presidente se aposenta daqui a sete meses e que o ex-presidente se aposenta daqui a cinco meses.

Eu acho importante que esses dois Presidentes estejam presentes à votação. É muito melhor do que duas pessoas novas, que terão entrado recentemente, sem conhecer, como esses conhecem, toda a votação! São as duas pessoas que passaram pela presidência e que têm conhecimento de tudo. Permitir que eles estejam presentes na hora da votação é fundamental, ao contrário do que estavam argumentando. Agora, vão sair dois ex-presidentes, os mais experientes, para que duas pessoas novas..., numa época em que se estão colocando em xeque essas votações. E, cá entre nós, numa época em que, para o Supremo, o Presidente indicou oito. Dos onze que estão lá, oito já foram indicados pelo presidente Lula. Se saírem esses dois, dez vão ser indicados pelo mesmo governo.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – V. Ex^a, na segunda parte da fala, traz a questão do mensalão. O Presidente do Supremo Tribunal Federal é um homem seriíssimo. Eu o conheço há mais de dez anos, foi meu professor num curso de pós-graduação: além de ser um grande jurista, é um grande humanista. É um grande humanista. Ele disse recentemente que o processo do mensalão já se encontra maduro. Já se encontra maduro para julgamento. A questão é nós nos preocuparmos se ele ficará podre. Já está maduro. Não pode cair de podre. O Supremo tem que julgar o mensalão. Imaginem se o Supremo não julga o mensalão este ano! Imaginem a desconfiança que os dois novos ministros do Supremo terão sobre sua cabeça! E nós aqui no Senado, na Comissão de Constituição e Justiça e depois neste plenário para aprovarmos o nome desses cidadãos. Nós teremos a chamada aleivosia, a desconfiança sobre eles. Isso não é bom para a República. Isso não é bom para a Nação brasileira. O processo já se encontra pronto para julgamento. Agora imaginem, Senador Pedro Simon, Senadora Ana Amélia, Presidente desta Casa, o momento histórico, a quadra histórica que vive a República Federativa do

Brasil: o Judiciário, a mais alta Corte da República, o Supremo, com o julgamento do mensalão. Julga ou não julga. Quando será julgado. Ex-Presidente da República conversando com Ministro do Supremo Tribunal Federal, com ex-ministro do Supremo Tribunal Federal. A desconfiança se abate sobre o Supremo Tribunal Federal. A Presidência da República não quer discutir isso porque muitas vezes cria uma crise institucional. O Senado, o Parlamento brasileiro, através da CPI e de um julgamento importante que se avizinha, também com essa responsabilidade sobre as suas cabeças, sobre as nossas cabeças. O momento é grave, Sr. Senador. O momento é grave! Não estou fazendo aqui presságio de mau agouro, não é isso. Mas cada um de nós tem que assumir a sua responsabilidade. No caso do mensalão, o cidadão que está sendo julgado no mensalão, o réu do mensalão, o processo tem que ser um instrumento de dignidade, até para absolver aqueles contra os quais não existe prova. Será que o julgamento do mensalão vai ser secreto, sigiloso? Os ministros do Supremo Tribunal, os onze, vão se fechar numa sala e votar de forma secreta? Isso não existe. Eles, através da TV Justiça, divulgarão para todo o Brasil a opinião de cada um deles, sem perseguições, mas cumprindo o rito, cumprindo o devido processo legal. Quero cumprimentar V. Ex^a. Esse julgamento está maduro, ele não pode ficar podre.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Pedro Simon, eu apenas pediria licença a V. Ex^a porque estão aqui acompanhando esta sessão e este debate extremamente relevante essas crianças que têm o hoje, o presente e o futuro do Brasil. Esses temas interessam a elas, porque, certamente, na sua infância, já estão preocupadas, também, como nós aqui. Então eu pediria licença ao senhor. São os alunos do ensino fundamental da Escola Classe 305 Sul, aqui de Brasília. A todos vocês, aos professores e aos monitores, obrigada pela visita.

Vocês estão ouvindo o Senador Pedro Simon, que é do PMDB do Rio Grande do Sul, um dos mais experientes Parlamentares desta Casa. E ouviram um aparte do Senador Pedro Taques, que antes de chegar aqui era Procurador da República e que é de Mato Grosso; ele é do PDT. E o Senador Simon é do PMDB do Rio Grande do Sul, foi Governador e foi Ministro da Agricultura. Ele é do PDT e o Senador é do PMDB do Rio Grande do Sul, foi Governador e foi Ministro da Agricultura.

Continua usando da palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – A Presidente foi uma jornalista extraordinária, é do PP do Rio Grande do Sul e candidata a governadora nas próximas eleições.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Menos, Senador, menos.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Jovens, entendam uma das coisas negativas que estamos falando aqui. Vocês que um dia estarão aqui em nosso lugar, há muita coisa positiva que acontece. Graças a Deus, nós estamos caminhando no sentido de acertar e, se Deus quiser, a mocidade de vocês, quando chegar à etapa madura de estar aqui, verá um outro Brasil e um outro Congresso.

Eu digo com toda a franqueza: acho que o Supremo Tribunal Federal, pela primeira vez na vida, vive uma situação delicada como agora. Que ele, Supremo, deve ter a preocupação – que a gente tem –, mas para nós é muito mais complicado e muito mais difícil, de manter a nossa história.

O Supremo é o Supremo. Claro que houve casos complicados. Na hora, às vezes, até golpe de Estado, na hora que entrou no Supremo, o Supremo deixou para decidir depois que o mandato já tinha acabado. As decisões que o Supremo tem que tomar, politicamente, respeito isso, mas dessa vez a decisão do Supremo é importante para o Supremo.

Creio, com toda a sinceridade, que não ter o recesso de julho, não ter e dar integral apoio para que o caso seja julgado é muito importante. Para mim, não é importante que sejam absolvidos, que sejam condenados. Podem ser absolvidos por unanimidade ou imensa maioria. Há uma tese até que muitos casos existem na boca do povo, existem na rua, mas não existem nos autos. Julguem como achem que devam julgar, mas julgem. Julguem! Isso é muito importante.

Eu creio que o Supremo merece o nosso respeito. Eu não sei, meu Senador, mas penso: não dá para dizer que a situação é a ou b. O que passaria pela cabeça de V. Ex^as se eu apresentasse uma emenda dizendo: o Presidente do Supremo é indicado pela Presidência da República e o mandato dele é vitalício até morrer. Nos Estados Unidos é assim. Na Corte Suprema dos Estados Unidos é assim. E vem funcionando assim.

Reparam como a questão não é a lei; é a interpretação, é o gesto, é a maneira de ser, é o comportamento, é a ética de ser. Volto a repetir: o que aconteceria se eu apresentasse uma emenda dizendo que o Presidente do Supremo é indicado pelo Presidente da República e o seu mandato de Presidente é vitalício? Seria um absurdo, mas nos Estados Unidos é assim. Mas, no Brasil, nós temos que analisar.

Eu, por exemplo, acho que ir para o Supremo alguém que foi advogado de um partido político, que foi, durante quatro, cinco, seis anos advogado de um partido político, depois foi Advogado-Geral da União, mas antes de ser Advogado-Geral da União... Eu digo

que Advogado-Geral da União em si também não é um cargo do qual se sai para ir para o Supremo, porque o Advogado-Geral da União aprende o quê? A defender o Governo que é dele. Ele está ali para defender as causas do Governo. Agora Advogado-Geral da União que antes de exercer esse cargo foi advogado de partido político... Aí é mais complicado.

Acho que Advogado-Geral da União que antes tenha sido advogado de partido político não é o cargo ideal do qual se saia para ser Presidente. Já temos dois assim. E é o que diz o Senador Pedro Taques: e essas duas vagas que vêm, não pode acontecer o mesmo? Aliás o atual Procurador-Geral da União, que foi advogado do PT, já está dizendo abertamente que é o futuro Ministro do Supremo. Toda a imprensa, todo mundo só comenta isso: o próximo já se sabe quem é. É o atual Advogado-Geral da União, que foi advogado do PT.

Então reparem, como disse o Senador Pedro Taques, qual vai ser a nossa maneira de proceder na Comissão de Justiça na hora de fazer uma votação como essa, na véspera do julgamento. Se já foi feito depois do julgamento é outra coisa, mas na véspera do julgamento?

Eu faço um apelo. Fecho com o Presidente do Supremo e faço um apelo aos seus colegas: não deixem sair no jornal essa manchete dizendo que o Presidente do Supremo quer votar enquanto for Presidente. Isso não fica mal para o Presidente, mas para aqueles que inventam uma coisa como essa. Mas fica bem para todo o Supremo se o Presidente sair com a dignidade necessária.

Eu não tenho nenhuma dúvida. Falo com toda a sinceridade: eu não tenho nenhuma dúvida. Seja quem for, ex-procurador, ex-advogado, seja quem for, o Ministro do Supremo sentado ali vai julgar com a sua consciência. É uma matéria tão séria, tão importante e de tanta repercussão que não me ocorre que o cara possa votar de maneira diferente. Mas que vote. E a hora de votar é agora.

Obrigado, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Pedro Simon, a admiração que V. Ex^a tem pelo Presidente Ayres Britto é a mesma que tem, imagino, a maioria desta Casa.

A preocupação dele provém da sensibilidade, da percepção de que a sociedade está clamando por um julgamento rápido, e que não haja o risco de arquivamento do processo conhecido como mensalão. Por isso, a defesa de V. Ex^a é importante.

Imagino que essa questão do Supremo Tribunal Federal começa a abrir um novo debate nesta Casa, em torno de como se processa a indicação dos ministros que compõem aquela Corte. Seria apropriado que também o Senado Federal começasse a examinar a

questão da composição da Suprema Corte do País, que, penso, é um tema da maior relevância.

Gostaria de saber se o Senador Ciro Nogueira pretende fazer uso da palavra.

Eu o convido a ocupar a tribuna.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Muito obrigado, minha Presidente.

Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, em todo o mundo, comemora-se, no dia 5 de junho, o Dia Mundial do Meio Ambiente, data da maior importância, que nos convida à reflexão e, principalmente, à ação.

Afinal, de todas as questões que afetam a humanidade, a questão do meio ambiente talvez seja a mais crucial, na medida em que ela tem caráter efetivamente global. Os problemas ambientais não respeitam fronteiras. Os efeitos de uma ação nociva praticada por uma comunidade, por uma cidade ou por um país se estenderão por outras comunidades, outras cidades, outros países.

Aliás, é espantoso que essa consciência que temos, atualmente, sobre o meio ambiente seja um fenômeno relativamente recente. É espantoso que o respeito ao meio ambiente não seja um traço fundamental de toda e qualquer cultura civilizada, desde o início. De qualquer modo, nos dias de hoje, é claro e evidente que não há possibilidade de crescimento no longo prazo sem se levar em conta a sustentabilidade, a conservação, a preservação.

Tanto é assim que as Nações Unidas escolheram, como tema deste ano, o conceito da Economia Verde, seguido da pergunta: “Ela te inclui?” É uma pergunta que todos os líderes de todas as cidades e países do mundo deveriam estar se fazendo neste momento – especialmente os líderes brasileiros, pois somos, pela segunda vez, o País anfitrião dos principais eventos comemorativos do Dia Mundial do Meio Ambiente, que completa seu quadragésimo aniversário neste ano de 2012.

E o que seria uma Economia Verde? Em resumo, uma economia em que a meta principal a ser atingida não é o crescimento a qualquer custo, mas o crescimento com qualidade de vida, com inclusão social, com eficiência de recursos, com sustentabilidade. A crise financeira de 2007 deixou claros os problemas do modelo de crescimento que o mundo vinha adotando. Agora, que o pior da crise passou e os países mais afetados voltaram a apresentar algum crescimento, o momento é ideal para que reflitamos sobre as mudanças pelas quais precisam passar os modelos de crescimento que vínhamos utilizando.

Juntamente com a Rio+20, os eventos vinculados ao Dia Mundial do Meio Ambiente representam oportunidades preciosas para discutirmos essas questões.

Mais de 8.500 atividades já foram registradas na página que as Nações Unidas criaram na internet para divulgar os eventos, São palestras, exposições, festivais, eventos comunitários, mutirões, concertos, enfim, uma série de iniciativas voltadas para estimular a reflexão e a ação em prol do meio ambiente.

Esses milhares de eventos nos fazem lembrar, inclusive, da famosa expressão: “pensar globalmente, agir localmente”. A reflexão pode e deve ser a mais ampla possível; porém, a maioria de nós está restrita a ações localizadas, que não são menos importantes por serem modestas. Pelo contrário: é o acúmulo dessas iniciativas aparentemente pequenas que provoca as grandes transformações, e com o meio ambiente não poderia ser diferente.

Aqui, no Congresso Nacional, nós, parlamentares, temos a oportunidade e, eu iria além, o dever de contribuir para a consolidação de uma economia verde no Brasil. Temos vários projetos recentes, que passaram por aqui e que se tornaram leis, que estão colocando o Brasil nos trilhos da sustentabilidade. Cito o exemplo da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, que está erradicando os lixões, estimulando a reciclagem e dando mais qualidade de vida a milhares de famílias.

Cito, ainda, algumas das iniciativas que tive a oportunidade de propor nos últimos meses, com as quais busco contribuir para a solução de alguns problemas ambientais que afetam nosso País.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 51, que apresentei em junho de 2011, institui o Fundo para a Revitalização Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Parnaíba. Será um fundo provisório, com duração de vinte anos, que pretende recuperar esse símbolo do Estado do Piauí. O rio Parnaíba percorre todo o meu Estado; seu delta é um dos principais pontos turísticos piauienses e do País; há trechos de uma beleza indescritível e de uma biodiversidade exuberante; mas, ainda assim, o Parnaíba está ferido de morte pelo desmatamento, pela poluição e por uma série de problemas causados pela construção da usina de Boa Esperança. A PEC irá garantir, no prazo de vinte anos, recursos da ordem de R\$2 bilhões, que serão empregados no custeio de programas e projetos governamentais para recuperar o Parnaíba e seus afluentes, uma rede hidrográfica de fundamental importância não apenas para o Piauí, mas também para o vizinho Estado do Maranhão e de todo o Nordeste.

Neste ano de 2012, apresentei dois projetos de lei que, acredito, merecem menção: o PLS nº 94 e o PLS nº 158. O primeiro cria a necessidade de se apresentar, nos processos licitatórios para exploração de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos, pla-

nos de emergência para casos de vazamento ou derramento de óleo ou derivados. O segundo projeto confere prioridade ao exame de patentes verdes sobre os demais pedidos de patente de invenção.

Esses dois projetos e a PEC são três proposições legislativas distintas, Sr^a Presidente, mas que têm em comum o fato de proporem ações efetivas em favor da proteção ambiental, da sustentabilidade, do uso racional dos recursos ambientais. São ações isoladas, mas que se harmonizam com a estratégia mais ampla de tornar nosso País uma economia verde, no qual o crescimento se manifeste na forma de mais inclusão social, mais bem-estar, mais preservação ambiental, mais eficiência energética.

Que não percamos, portanto, as inúmeras oportunidades que se estão oferecendo ao Brasil de avançar no sentido de um desenvolvimento mais humano, em que justiça social e preservação ambiental caminhem lado a lado, em plena harmonia. Desejo sucesso a todas as iniciativas voltadas para este Dia Mundial do Meio Ambiente e que a Conferência Rio+20 também tenha excelentes resultados para o Brasil e para o mundo.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE. (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Ciro Nogueira, hoje pela manhã, ao meio-dia, por iniciativa dos Presidentes das Comissões de Meio Ambiente do Senado, Rodrigo Rollemberg, e da Câmara Federal, Sarney Filho, houve uma sessão especial do Congresso Nacional para celebrar o Dia do Meio Ambiente, ressaltando exatamente, como no conteúdo do seu pronunciamento, a importância dessa celebração das Nações Unidas, e o Congresso Nacional se aliando também a esta causa, até porque teremos o início da Rio+20, que tem tudo a ver com a produção sustentável e a preservação ambiental.

Cumprimentos a V. Ex^a pelo pronunciamento, Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Eu que agradeço, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE. (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Sr^a Senadora Angela Portela enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendida.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr^s e Srs. Senadores, atores sociais ambientalistas e profissionais da imprensa. O Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado anualmente no dia 5 de junho, é para nós, brasileiros, uma das datas mais importantes. Somos um país, cujo conjunto vegetacional de florestas ocupa nada menos que 60% da Amazônia, conforme o Mapa de Vegetação do Brasil.

Maior bioma brasileiro em extensão, a Amazônia ocupa quase metade do território nacional, ou seja, 49,29%. Com uma área próxima de 6,5 milhões de quilômetros quadrados, a bacia amazônica abriga a maior rede hidrográfica do planeta.

Orgulhamo-nos em saber que 60% da bacia amazônica se encontra em território brasileiro, onde o Bioma Amazônia ocupa a totalidade de cinco unidades da federação, que são Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima, além de grande parte de Rondônia (98,8%), a metade de Mato Grosso (54%), e parte do Maranhão (34%) e Tocantins (9%).

Nossa condição privilegiada de habitarmos um país que abriga a maior e mais rica biodiversidade do mundo faz com que sejamos observados tanto pelos olhos da economia mundial quanto daqueles que defendem com intransigência necessária, a preservação ambiental.

Por isso e por tantas outras razões, cabe-se de importância, a iniciativa do nosso colega de Parlamento, o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e do deputado federal Sarney Filho (PV-MA), de propor esta sessão solene alusiva a tão relevante data.

O Dia Mundial do Meio Ambiente foi estabelecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1972, para marcar a abertura da Conferência de Estocolmo sobre Ambiente Humano.

No Brasil, este ano, dois fatores de caráter mundial se relacionam com a data e com o país. Um deles é a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), Rio de Janeiro, no período de 13 a 22 próximo, e que contará com a presença de grandes líderes mundiais.

Outro fator de relevância é que este ano, como ocorreu há duas décadas, o Brasil é o país-sede das comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente. A cada ano, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) escolhe um país para receber as celebrações globais deste dia. A escolha do Brasil para exercer esta função é uma demonstração da importância que nosso país tem com a proteção do meio ambiente.

Muito já se falou sobre a data. Gostaria, portanto, ressaltar o tema deste ano, escolhido pelo Pnuma, que é “Economia Verde: Ela te inclui?”. Tanto pela forma como pelo conteúdo, este tema parece falar direto à inteligência de pessoas de todo o mundo.

“Economia Verde: Ela te inclui?” é, sem dúvida, um chamamento à atenção da opinião pública mundial para o modo como inúmeras ações individuais, independentemente de serem grandes ou pequenas, podem impactar na melhoria do meio ambiente.

É, também, uma forma de dizer que todos: governos, sociedades, líderes mundiais, militantes da defesa do meio ambiente e cada indivíduo, com suas atitudes cotidianas, são responsáveis diretos pelo que vão deixar para as futuras gerações.

Era o que tinha a dizer, registrando a passagem neste dia 5, do Dia Mundial do Meio Ambiente.

Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não havendo mais oradores inscritos, dou por encerrada a presente sessão, lembrando às Sr^{as}s e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se, amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N^º 44, DE 2011

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento n^º 492, de 2012)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n^º 44, de 2011 (n^º 6.176/2009, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *autoriza o Poder Executivo a doar quatro aeronaves H-1H à Força Aérea Boliviana*.

Pareceres favoráveis, sob n^ºs 560 e 561, de 2012, das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Aníbal Diniz; de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Henrique.

2

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO N^º 209, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento n^º 498, de 2012)

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado n^º 209, de 2003 (n^º 3.443/2008, naquela Casa), do Senador Antonio Carlos Valadares, que *altera a Lei n^º 9.613, de 3 de março de 1998, objetivando tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro*.

Pareceres sob n^ºs 625 e 626, de 2012, das Comissões:

- de Assuntos Econômicos, Relator: Senador José Pimentel, favorável; e
- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Braga, favorável, com as seguintes adequações:

* rejeição do § 5º do art. 12 da Lei n^º 9.613, de 3 de março de 1998, constante do art. 2º do Substitutivo da Câmara;

* manutenção do art. 17-B da Lei n^º 9.613, de 1998, constante do art. 2º do Projeto de Lei do Senado, renumerando-se os seguintes;

* manutenção do § 1º do art. 2º da Lei n^º 9.613, de 1998, constante do art. 1º do Projeto, com consequente rejeição do referido dispositivo no art. 2º do Substitutivo;

* manutenção do § 14 do art. 4º-A da Lei n^º 9.613, de 1998, constante do art. 2º do Projeto, renumerando-o como § 13 do art. 4º-A, do Substitutivo e a substituição da expressão: "...entorpecentes..." por "...drogas...", do referido dispositivo.

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 277, DE 2012

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento n^º 500, de 2012)

Projeto de Decreto Legislativo n^º 277, de 2012, dos Senadores Paulo Bauer e Ana Amélia, que *disciplina as relações jurídicas decorrentes do § 8º do art. 8º da Lei n^º 10.925, de 23 de julho de 2004, introduzido pelo art. 2º da Medida Provisória n^º 552, de 1º de dezembro de 2011*.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 63, DE 2011

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n^º 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional n^º 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012*.

Parecer sob n^º 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda n^º 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 33, DE 2009

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda

à Constituição nº 33, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que *acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista.*

Parecer sob nº 1.354, de 2011, da Comissão Diretora, Relator: Senador João Ribeiro, oferecendo a redação para o segundo turno.

6 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 592, DE 2011 – CONSOLIDAÇÃO

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 592, de 2011-Consolidação, do Senador Antonio Russo, que *consolida a legislação sanitária vegetal e animal federal.*

Parecer sob nº 347, de 2012, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Rodrigo Rollemberg, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2 – CRA, que apresenta.

7 PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 103, DE 2011 (Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 56, 103 e 113, de 2011)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 103, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Delcídio do Amaral, que *acrescenta o inciso VIII-A ao § 2º do art. 155 da Constituição Federal, para modificar a sistematica de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre as operações e prestações realizadas de forma não presencial e que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado.*

Parecer sob nº 486, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Renan Calheiros, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários da Senadora Marta Suplicy e dos Senadores Eduardo Suplicy e Aloysio Nunes Ferreira.

8 PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 56, DE 2011

(Tramitam em conjunto as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 56,
103 e 113, de 2011)

Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Henrique, que *altera os incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para dispor sobre a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, quando a operação ou a prestação ocorrer no âmbito do comércio eletrônico.*

9 PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 113, DE 2011

(Tramitam em conjunto as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 56,
103 e 113, de 2011)

Proposta de Emenda à Constituição nº 113, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Lobão Filho, que *altera o inciso VII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para dispor sobre a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação nas operações e prestações de serviços interestaduais que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte.*

10 REQUERIMENTO Nº 475, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 475, de 2012, do Senador Eduardo Braga, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (regulamenta as profissões de Pesquisador e de Técnico de Pesquisa de Mercado, Opinião e Mídia).

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 41 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

- Bloco-PDT - João Durval*
- Bloco-PSB - Lídice da Mata**
- Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

- Bloco-PP - Francisco Domílles*
- Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
- Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

- Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
- Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
- Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

- Bloco-PSDB - Mário Couto*
- Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
- Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

- Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
- Bloco-PTB - Armando Monteiro**
- Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

- Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
- Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
- Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

- Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
- Bloco-PSDB - Aécio Neves**
- Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

- Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
- S/PARTIDO - Demóstenes Torres**
- Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

- Bloco-DEM - Jayme Campos*
- Bloco-PR - Blairo Maggi**
- Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

- Bloco-PMDB - Pedro Simon*
- Bloco-PP - Ana Amélia**
- Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

- Bloco-PC DO B - Inácio Aruá*
- Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
- Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

- Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
- Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
- Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

- Bloco-PT - Ana Rita* (S)
- Bloco-PR - Magno Malta**
- Bloco-PMDB - Ricardo Ferreira**

Piauí

- Bloco-PTB - João Vicente Cláudio*
- Bloco-PP - Ciro Nogueira**
- Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

- Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
- Bloco-DEM - José Agripino**
- Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

- Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
- Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
- Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

- Bloco-PTB - Fernando Collor*
- Bloco-PP - Benedito de Lira**
- Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

- Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
- Bloco-PSB - Antônio Carlos Valadares**
- Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

- Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
- Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
- Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

- Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
- Bloco-PMDB - Roberto Requião**
- Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

- Bloco-PT - Aníbal Diniz* (S)
- Bloco-PT - Jorge Viana**
- PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

- Bloco-PR - Antônio Russo* (S)
- Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
- Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

- Bloco-PTB - Gim Argello* (S)
- Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
- Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

- Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
- Bloco-PP - Ivo Cassol**
- Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

- PSD - Kátia Abreu*
- Bloco-PR - João Ribeiro**
- Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

- Bloco-PMDB - José Sarney*
- Bloco-PSB - João Capiberibe**
- PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

- Bloco-PTB - Moacirito Cavalcanti*
- Bloco-PT - Angela Portela**
- Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,12)

RELATORA: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(14,16)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

Prazo prorrogado: 30/06/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(3,4,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁷⁾	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,15)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁷⁾	
(3,11)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

**. Em 20.03.2012, foi lido o Requerimento nº 163, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (OF. nº 114/2011 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 30/2011 - GLDBAG).

3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Maríon Brito.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lidice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lidice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Segº 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Maríon Brito ter deixado o mandato.
15. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Maríon Brito ter deixado o mandato.
16. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 3/12-SSCEPI, comunicando que a Senadora Lidice da Mata foi designada Relatora.
17. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 061 33033514

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

Prazo prorrogado: 31/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) (6)	1. Pedro Taques (PDT-MT) (6)
VAGO (6,14)	2. Lidice da Mata (PSB-BA) (3)
Eduardo Suplicy (PT-SP) (6)	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹¹⁾	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) (4)	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) (4,15)
Ciro Nogueira (PP-PI) (4)	2. VAGO (4,17)
Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,16)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (S/PARTIDO-GO) (0,19)	1. VAGO (0,6)
VAGO (0,13)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹²⁾	
João Vicente Claudino (PTB-PI) (9)	1. Gim Argello (PTB-DF) (9)

Notas:

*. Em 14.12.2011, foi lido o Requerimento nº 1.550, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias, a partir de 23.12.2011.

**. Os Líderes do PTB e do PR comunicaram a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. N° 064/OL/PTB/SE, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. N° 67/2011-GLDBAG).

2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).

3. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).

4. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores Jôso Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).
5. Em 02.06.2011, os Senadores Jólio Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/2011-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolph Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/2011-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/2011-GLPSDB).
13. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
14. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.
16. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
17. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
18. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Minoria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
19. Em 26.04.2012, foi lido expediente do Senador Demóstenes Torres comunicando ter deixado de integrar, a partir de 03.04.2012, a bancada do Partido Democratas - DEM.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 19.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDB AG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PS/PMN/PV) na Comissão (OF. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

**COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL**

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾

RELATOR: Luiz Carlos Gonçalves

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

Instalação: 18/10/2011

Prazo final: 25/05/2012

Prazo prorrogado: 24/06/2012

MEMBROS

Gilson Dipp

VAGO ⁽²⁾

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muñoz Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

VAGO ⁽³⁾

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Marco Antonio Marques da Silva

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

****. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPL comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.

*****. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

*****. Em 22.05.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012/GM/GD, de 9.05.2012, que solicita a prorrogação dos trabalhos da Comissão por trinta dias. A prorrogação foi aprovada pelo Plenário em 22.05.2012.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.
2. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CJECP, comunicando o afastamento dos trabalhos da Ministra Maria Tereza Mouna, em virtude de problemas de saúde em sua família.
3. Em 2.04.2012, foi lido o Ofício nº 022/2012-CJECP, comunicando a solicitação do Doutor René Ariel Dotti de seu afastamento dos trabalhos a partir de 21 de março do corrente.

Secretário(a): Reinilson Prado
Telefone(s): 061 33033501
E-mail: ref.codigopenal@senado.gov.br

3) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽¹⁾

Senador Paulo Paim (PT) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁾

Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁴⁾

Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁵⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁶⁾

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (Of. nº 18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

4) COMISSÃO EXTERNA PARA REPRESENTAR O SENADO NA CONFERÊNCIA DA ONU - RIO+20

Finalidade: Representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20

- Requerimento nº 39, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Requerimento nº 40, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	1. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Senador Luiz Henrique (PMDB)	1. Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB)	2. Senador Paulo Davim (PV) ⁽¹⁰⁾
Senador Sérgio Souza (PMDB)	3.
Senador Francisco Dornelles (PP) ⁽⁷⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹¹⁾	1. Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹¹⁾
Senador José Agripino (DEM) ^(9,6)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁵⁾	
Senador Fernando Collor (PTB) ⁽²⁾	1. Senador Gim Argello (PTB) ⁽²⁾
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽⁴⁾
PSD	
	1. Senadora Kátia Abreu ^(8,9)

Notas:

*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 34/2012 - GLDBAG, designando os Senadores Rodrigo Rollemberg, Jorge Viana, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz como membros titulares e os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão.

**. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 25/2012 - GLPMDB, designando os Senadores Luiz Henrique, Eduardo Braga e Sérgio Souza como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 12.03.2012, os Senadores Cássio Cunha Lima e Paulo Bauer são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão. (Ofício nº 21/2012-GLPSDB)

2. Em 13.03.2012, os Senadores Fernando Collor e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (OF. nº 56/2012-GLPTB).

3. Em 14.03.2012, os Senadores Demóstenes Torres e Jayme Campos são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (DEM) na Comissão (Of. N° 010/2012-GLDEM).
4. Em 21.03.2012, os Senadores Blairo Maggi e Vicentinho Alves são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão (Of. n° 009/2012-GLPR).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. N° 004/2012-GLBUP/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. n° 15/2012-GLDEM).
7. Em 17.05.2012, o Senador Francisco Dornelles e a Senadora Ana Amélia são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. n° 129/2012-GLPMDB).
8. Em 25.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSD (Of. GLPMDB n° 136/2012).
9. Em 28.05.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente na Comissão (Of. N° 027/2012-GLPSD) em vaga cedida ao PSD pelo Bloco Parlamentar da Maioria.
10. Em 29.05.2012, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB n° 0143/2012).

5) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cicero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽¹⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
Senadora Lidice da Mata (PSB) ⁽²⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lima (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cicero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾	1.

Notas:

1. Em 4.4.2012, o Senador Cicero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. n° 30/2012-GLPSDB).
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. N° 004/2012-GLBUP/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lidice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 48/2012-GLDBAG).
4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lima e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB N° 093/2012).

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS COM O OBJETIVO DE ANALISAR QUESTÕES FEDERATIVAS

Finalidade: Analisar e propor, no prazo de sessenta dias, a partir da instalação, soluções para questões relacionadas ao Sistema Federativo.

(Ato do Presidente do Senado nº 11, de 2012)
(Requerimento nº 25, de 2012, do Senador Pedro Taques)

Número de membros: 14

PRESIDENTE: Nelson Jobim

Ato do Presidente do Senado Federal: 15/03/2012

Designação: 15/03/2012

Instalação: 12/04/2012

Prazo final: 10/06/2012

Prazo prorrogado: 22/09/2012

MEMBROS

Nelson Jobim
Bernardo Appy
João Paulo dos Reis Velloso
Everardo Maciel
Ives Gandra da Silva Martins
Adib Jatene
Luis Roberto Barroso
Michal Gartenkraut
Paulo de Barros Carvalho
Bolívar Lamounier
Fernando Rezende
Sérgio Prado
Manoel Felipe do Rêgo Brandão
Marco Aurélio Marrafon

Notas:

*. Em 29.05.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012-CEAQF, que solicita a prorrogação dos trabalhos da Comissão por noventa dias. A prorrogação foi aprovada pelo Plenário em 29.05.2012.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins
Telefone(s): 061 33033501
Fax: 061 33031176
E-mail: sscepi@senado.gov.br

7) COMISSÃO EXTERNA PARA PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)	1. Senador Paulo Davim (PV) (2)
Senador Luiz Henrique (PMDB) (0)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) (0)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) (0)

Notas:

- *. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
- 1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (OF. nº 43/12-GLPSDB).
- 2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) (11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) (34)
José Pimentel (PT) (10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT) (9)
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁵⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) (18,23)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ara Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB) (4,8,17,28,29)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) (12,13,19,20)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) (6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) (3)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (31,32,33)
Jayme Campos (DEM) ⁽³¹⁾	5. Clevis Fecury (DEM) (5,16)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁶⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Gim Argello (PTB)
Antônio Russo (PR) (27,28,29)	3. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) (7)	4. Alfredo Nascimento (PR) (22)

PSD PSOL ⁽²⁶⁾

Kátia Abreu (PSD) (34,25)

1. Randolph Rodrigues (PSOL)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marisol Brito como membro titular; e o Senador Randolph Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Álvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gérson Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Malchiner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Motta, Gilvan Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Airton Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antônio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvan Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovando na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvan Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 233/2011-GLPMDB).

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Em 18.08.2011, o Senador Zezé Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).

18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GS/CAS).

20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marilena Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
27. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
28. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSC AND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
29. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 32/2012).
30. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Azeredo comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
31. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
33. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
34. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAO).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁶⁾	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁸⁾	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁹⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
7. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
8. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. OSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. N° 004/2012-GLB UP/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
10. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽⁹⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁴⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(7,18,24)
Paulo Davim (PV) ^(2,24)	2. Pedro Simon (PMDB) ⁽²⁴⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5,24)	3. Lobão Filho (PMDB) ⁽²⁴⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁴⁾	4. Eduardo Braga (PMDB) ⁽²⁴⁾
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁴⁾	5. Roberto Requião (PMDB) ⁽²⁴⁾
Ana Amélia (PP) ^(15,16,17,22,24)	6. Benedito de Lira (PP) ^(11,24)
VAGO ⁽²⁴⁾	7. VAGO ⁽²⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(10,11,14)
Cyro Miranda (PSDB) ^(1,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Marisa do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Cláudino (PTB) ^(1,6)	2. Eduardo Amorim (PSC) ⁽²³⁾
Vicentinho Alves (PR)	3. Antonio Russo (PR) ^(20,21)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicaram a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e Gilmário Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgaio, Lindbergh Farias, Cláudio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jairbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferrão, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular, e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicaram a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jairbas Vasconcelos declarar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elege os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador Jólio Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixa de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (OF. nº 191/2011 - GLPSDB)

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antônio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)

18. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

19. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. 33/2012-GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSC AND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antônio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

24. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferrão e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

25. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhão

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs - Plenário nº 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lidice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 14/2011-PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicaram a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
9. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lidice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcida Ramos Calhão

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: ^(2,5,6)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
VAGO ^(6,6)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicaram a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
9. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rêgo e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcida Ramos Calhão

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO (3)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício 15/2011 - PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
8. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhão

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Marta Suplicy (PT-SP) ⁽¹⁾

Instalação: 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 07.3.2012, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relatora a Senadora Marta Suplicy (Of. nº 23/2012 - CAS).
2. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
3. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
4. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhão

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁶⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽⁶⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Arinaldo Dimiz (PT) ^(8,10)
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(25,26)
Antônio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁷⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) ^(33,34)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁹⁾	
Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	1. Roberto Requião (PMDB) ^(2,4,16,21,23,40)
Pedro Simon (PMDB) ^(3,17,40)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(3,16,37,46,47)
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(34,16,40)
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,16,40)
Renan Calheiros (PMDB) ^(21,40)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(27,40)	6. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	7. Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁹⁾
José Agripino (DEM) ^(35,44)	4. Paulo Bauer (PSDB) ^(39,44,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(12,46)
Gim Argello (PTB)	2. Ciro Nogueira (PP) ^(11,46)
Magno Malta (PR)	3. João Ribeiro (PR) ^(20,22,35,36)
	4. Eduardo Amorim (PSC) ^(46,49)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	
PSD	
Sérgio Petecão (41,42,43)	1. Kátia Abreu ^(30,31,33,38,41,42,43)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antônio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgrírio, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grizzotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares, e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares, e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marina Brando como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. N° 29/2011-GLPMDB)

3. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. N° 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV na Comissão. (OF. N° 42/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF. N° 41/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Viceninio Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

8. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

9. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

10. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. Em 17.02.2011, o Senador Maceiólido Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

12. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grizzotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Fernão é designado suplente do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB-PP-PSC-PMN-PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB-PP-PSC-PMN-PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lívia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão, em substituição ao Senador Mário Conto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (OF. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (OF. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
34. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
35. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
36. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
37. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDB nº 45/2012).
38. Em 05.04.2012, vago em virtude do Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraz, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
41. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado no reunião de Líderes de 14.02.2012.
42. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
45. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
46. Em 19.04.2012, os Senadores Moacir Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
47. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).
48. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
49. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. N° 009/2012/GLBUF/SF).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10/02/2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
VAGO ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁴⁾	
Armando Monteiro (PTB)	
PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. nº 004/2012-GLB/UF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (Of. nº 56/2012-CCJ).

4. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) (41)
Wellington Dias (PT)	2. Aníbal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (14,26)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antônio Carlos Valadares (PSB) (10)
Lidice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) (19)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) (33)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁴⁾	
Roberto Requião (PMDB) (46)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (2,22,46,49)
Pedro Simon (PMDB) (29,30,32,42,46)	2. VAGO (46,49)
Ricardo Ferraço (PMDB) (7,13,28,46)	3. Luiz Henrique (PMDB) (46)
Benedito de Lira (PP) (31,34,43,46)	4. VAGO (46,49)
Ana Amélia (PP) (20,46)	5. VAGO (46,49)
Romero Jucá (PMDB) (46,49)	6. VAGO (23,46,49)
Valdir Raupp (PMDB) (46,49)	7. VAGO (11,46)
Waldemir Moka (PMDB) (46,49)	8. (46)
Ciro Nogueira (PP) (46,49)	9. (46)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (0)	1. Cícero Lucena (PSDB) (36)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (0)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) (6)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) (21)
José Agripino (DEM) (0)	5. Alvaro Dias (PSDB) (8,47,48)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁴⁴⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC) (1,45)
Magno Malta (PR) (12,27)	3. Antônio Russo (PR) (39,40)
João Ribeiro (PR) (37)	4. Vicentinho Alves (PR)
PSD PSOL ⁽³⁷⁾	
Kátia Abreu (PSD) (33,38)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marisol Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- **. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Jólio Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mocarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSD, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Álvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, Jólio Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Antônio Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clelio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, Jólio Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lima e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Júlio Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Domellos como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Júlio Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
 6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antônio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSCP/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Domellos (Ofício nº 123/2011-GLPMDB).
 12. O Senador Jólio Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Regimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 19. Em 31.08.2011, o Senador Zézé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
 20. Em 29.09.2011, o Senador Jólio Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.
 21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Cleóvis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).
 22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).
 23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
27. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. N° 308/2011-GLPMDB).
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PPV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
37. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
38. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
39. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
40. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
41. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
44. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
45. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 008/2012-GLBUF).
46. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lima e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
47. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
48. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Of. nº's 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
49. Em 22.05.2012, foi lido o OF. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLENCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,19)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁵⁾	
Aníbal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antônio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁹⁾	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB) ^(21,22)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(33,35)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁴⁵⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. VAGO ^(33,34,38)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,24,26)	6. VAGO ^(9,30,31,32,37)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) ^(20,21,28)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽²⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁹⁾	
Gim Argello (PTB) ^(1,27)	1. João Vicente Claudino (PTB) ⁽²⁾
Vicentinho Alves (PR)	2. Blairo Maggi (PR)
PSD PSOL ⁽³⁵⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁾	1. Kátia Abreu (PSD) ^(3,6,10,36)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Engáio e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antônio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco Unido e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDAB).
5. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (OF. SF/GSMB nº 0276/2011).
6. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marina Britto deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (OF. SF/GSMB nº 0275/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Manoela Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDAB / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Álvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDAB).
17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).
20. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clóvis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 059/2011-GLDEM).
21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).
23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
25. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
26. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
27. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (OF. 072/2011 - GLDEM).
29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDEM).
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)
33. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
35. Em 16.02.2012, foi lido o OF. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

36. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: socomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hidricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ^(1,3,6,8,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ^(1,6)

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁶⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Aníbal Diniz (PT) ^(4,12)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁵⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Waldemir Moka (PMDB) ^(7,13)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,10)	1. Kátia Abreu (PSD)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁸⁾	
(9)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

- Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).
- Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
- Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
- Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 50/2012/CMA comunicando a eleição do Senador Sérgio Souza para Presidente da Subcomissão.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

16. Em 25.04.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012/CMA, de 20.04.212, comunicando a indicação da Senadora Vanessa Grazziotin como Relatora da Subcomissão.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rolemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁷⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁷⁾
Pedro Taques (PDT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(2,5)
Aníbal Diniz (PT)	3. Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(4,7)	1. Vicentinho Alves (PR) ⁽⁷⁾

Notas:

1. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).

2. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 16.11.2011, vago em virtude do Of. nº 125/2011-GLPTB.

5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. N° 004/2012-GLBUP/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Souza, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.

8. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁴⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	1. Aníbal Diniz (PT) ^(9,11)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹¹⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,3,5,6,10)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹²⁾
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹³⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(7,11)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 11.08.2011, o Senador Reditário Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
8. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Em 16.04.2012, os Senadores Aníbal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
12. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jólio Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares, e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lóbio Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e Jodó Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,12)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 05/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(2,7)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁶⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ^(5,8,10,13)	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,14)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁶⁾	
Vicentinho Alves (PR) ^(11,17)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

- Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
- Vago, em virtude de a Senadora Manisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
- Em 11.08.2011, o Senador Redentor Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
- Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
- Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Redentor Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-OSICAS).
- Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

14. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
15. Em 27.2.2012, o Senador Luiz Henrique é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
16. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
17. Em 30.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 177/2012/CMA e OF. Nº 054/2012-GLBUF/SF).
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.
- **. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Ângela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) (14,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Aríbal Diniz (PT) (15,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) (12,38,40)	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴³⁾	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) (8,10,26,33)
VAGO (2,13,23,29,30,41)	2. VAGO (39)
VAGO (31,34,42)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) (8,32)	4. VAGO (21)
Sérgio Petecão (PSD) (40)	5. VAGO (13)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (7,9,17,36,46)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) (6,23)
VAGO (5)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) (19,37,45)	3. José Agripino (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁴⁵⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (1)	1.
Eduardo Amorim (PSC) (11,44)	2.
Magno Malta (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
VAGO (45)	1. Randolfe Rodrigues (40)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jairinho Vasconcelos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. n° 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jairinho Vasconcelos declarar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. n° 085/2011 - GSMB).

5. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. n° 65/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. n° 66/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. n° 64/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS n° 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. n° 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. n° 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. n° 84/2011 - GLPTB).

12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 63/2011-GLBAG).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. n° 156/2011 - GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. n° 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. N° 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Cleóvis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. n° 060/2011-GLDEM).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. n° 194/2011 - GLPSDB)

24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. n° 138/2011-GLBAG).

25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 140/2011-GLBAG).

26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

27. Em 29.11.2011, o Senador Antônio Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. n° 142/2011-GLBAG).

28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

29. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. N° 308/2011-GLPMDB).

30. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antônio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

31. Senador Gasíbaldo Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

32. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. n° 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marilene Brito ter deixado o mandato.
36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
37. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
38. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
39. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
40. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
41. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
42. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
43. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
44. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).
45. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clóvis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
46. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: quintas-feiras, às 09:00hs - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomedh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁶⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽⁷⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁸⁾	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1º.11.2011, foi lido o OF. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
7. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
8. Em 02.05.2011, foi lido o OF. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ángela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ángela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomedh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽³⁾
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferreira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reuniu elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferreira como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomedh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomedh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomedh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Aníbal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(11,19)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁷⁾
Antônio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. VAGO ^(13,14,15,22)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁹⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²³⁾	
Fernando Collor (PTB)	1. Moacir do Cavalcanti (PTB)
Gim Argello (PTB)	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
Blairo Maggi (PR)	3. João Ribeiro (PR) ^(20,21)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicaram a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Moacir do Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Domílles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antônio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elege os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (OF. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (OF. nº 051/2011 - GLBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (OF. nº 098/2011 - GLBAG)

8. O PR deixa de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (OF. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (OF. nº 237/2011 - GLPMDB).

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Cleóvis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Maioria na Comissão (OF. nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do OF. nº 17/2011-GLPR.

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antônio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)

16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (OF. nº 147/2011-GLDBAG)

17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (OF. 022/2012 - GLDBAG)

18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (OF. nº 34/2012-GSMC).

19. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. nº 29/2012 - GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (OF.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. nº 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antônio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomere@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007***, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(6,7)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁸⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 961/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - OLDBAO)

6. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

7. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. N° 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

9. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcicio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) ^(4,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Ofício nº 157/2011-CRE/PRES).

2. O PR deixa de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão de Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

4. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

5. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. N° 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 04/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

7. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcicio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcicio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Eduardo Lopes (PRB) (12,13)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (11)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) (6,7)	4. Sérgio Souza (PMDB) (6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (1,9)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁴⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Jólio Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- Vago em razão do término do mandato do Senador Jólio Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (Of. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAO)
- Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e Of. N° 167/2012-CRE/PRES).
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. N° 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

14. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*, Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (21,22)
Acir Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁹⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Ínacio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁶⁾	
Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁷⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽²⁷⁾
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁷⁾	2. Sérgio Souza (PMDB) (3,4,11,27)
Lobão Filho (PMDB) ⁽²⁷⁾	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽²⁷⁾
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁷⁾	4. Francisco Dornelles (PP) (10,27)
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁷⁾	5. Clésio Andrade (PMDB) (12,13,24,27)
Eduardo Braga (PMDB) ⁽²⁷⁾	6. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁷⁾
Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁷⁾	7. Ivo Cassol (PP) (16,17,18,25,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁸⁾	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(2,8)
Jayme Campos (DEM) ⁽²⁹⁾	4. VAGO (29)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²⁶⁾	
Fernando Collor (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Blairo Maggi (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
(20)	1. (20)
PSD	
Kábia Abreu (28,31)	1. Sérgio Petecão (6,7,13,15,28,29,31)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Moacir Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arima como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Fernão, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicaram a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Álvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixa de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. N° 208/2011-GS/ALB.

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 272/2011 - GLPMDB).

12. Em 08.11.2011, vaga em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

13. Em 14.11.2011, vaga em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GS/CAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).

16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

17. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. N° 308/2011-GLPMDB).

18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antônio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG).

20. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. N° 20/2012-GSRR).

21. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

22. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

23. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. OSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

24. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 36/2012).

25. Em 05.04.2012, vaga em virtude de o Senador Lauro Antônio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

26. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
27. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Domílles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
28. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
29. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).
31. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício n° 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI n° 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(4,5,7)

RELATOR: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ^(3,5)

Instalação: 15/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).

2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 11/2012-CL, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.

3. Em 05.03.2012, foi lido o Of. nº 22/12-CL, comunicando que o Senador Eduardo Braga foi designado Relator.

4. Em 05.03.2012, foi lido o Ofício nº 22/2012-CL comunicando a eleição do Senador Vital do Rêgo para Vice-Presidente da Subcomissão.

5. Em 27.03.2012, foi lido o Ofício nº 037/2012-CL comunicando a renúncia do Senador Vital do Rêgo ao cargo de Vice-Presidente da Subcomissão e sua indicação ao cargo de Relator.

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

7. Em 24.04.2012, foi lido o Of. nº 44/2012-CL, comunicando a eleição do Senador Flexa Ribeiro para Vice-Presidente da Subcomissão.

*. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nº's 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	2. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1. Vicentinho Alves (PR) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).

2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 058/2012 - CI).

3. Em 16.05.2012, foram eleitos Presidente o Senador Ivo Cassol e Vice-Presidente o Senador Jayme Campos. O Senador Sérgio Petecão foi designado Relator (Of. nº 059/2012-CL, lido na sessão de 17.05.2012).

4. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).

5. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CL, lido na sessão de 17.05.2012).

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CL, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CL.

**. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CL, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(2,22,24,28,32,36)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽³⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(5,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽²⁾
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lidice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁴⁾	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁶⁾
VAGO ^(2,23,24,26,31)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. VAGO ⁽³⁰⁾
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,16,19)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO ^(25,27,30)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁵⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁵⁾	2. Magno Malta (PR)
PSD PSOL ⁽²⁹⁾	
	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁵⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicaram a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular, e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jairinho Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgrão, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lidice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elege os Senadores Benedito de Lima e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 001/2011 - PRES/CDR).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declarar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Redentor Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 120/2011 - GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 481/2011 - GSMB).
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSIALB.
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Redentor Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-3/ICAS).
19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
24. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
25. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
26. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antônio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício nº 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.
29. Em 16.02.2012, foi lido o OF. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
30. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
31. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antônio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
32. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antônio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
33. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
34. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
35. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. N° 018/2012/GLBUF/SF).
36. Em 24.05.2012, foi lido o Ofício nº 120/2012-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Eduardo Amorim para Vice-Presidente da Comissão.

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,7,8)

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lidice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim (4,6,9,11,12)	

Notas:

- Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
- Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. N° 377/2011-PRES/CDR).
- Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. N° 377/2011-PRES/CDR).
- Em 14.02.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio para Vice-Presidente da Subcomissão.
- Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antônio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antônio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
- O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. N° 119/2012-PRES/CDR).

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,10)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
VAGO ⁽¹¹⁾	2. VAGO ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) ^(4,5,7,8)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 041/2011-CDR/PRES).
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixa de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. N° 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. N° 339/2011-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
10. Vago, em 17.04.2012, em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. N° 018/2012-GLBUF/SF).
11. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. N° 018/2012-GLBUF/SF).

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,5,7)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(3,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹²⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,11)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

- Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente (Ofício nº 099/2011-PRES/CDR).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixa de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão de Senado de 3 de agosto de 2011.
- Vago em virtude do Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
- Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
- Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
- Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.
- Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
- Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Azeredo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- Em 02.03.2012, vago em virtude do Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
- Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Azeredo comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Azeredo, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paralimpíada 2016.

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁶⁾	
Delcicio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (8,11,23,25)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) (12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (6)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁸⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. VAGO (28,30,37)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
VAGO (26,27,29,36)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) (13,14,20,21)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) (6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (6)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) (3,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clevios Fecury (DEM) (7,19)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁹⁾	
Sérgio Souza (PMDB) (1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6)
Alfredo Nascimento (PR) (24,34,35)	2. Blairo Maggi (PR) (24)
PSD PSOL ⁽⁴²⁾	
Sérgio Petecão (PSD) (9)	1. Kátia Abreu (PSD) (9)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicaram a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcicio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ángela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicaram a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido de Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente e, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Moacirito Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Cleóvis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da círculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR).
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
33. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br**10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA
BRASILEIRA**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,14)
João Capiberibe (PSB) ^(10,11,15)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(13,14)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁵⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5,13)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(7,8,15,16)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²⁵⁾	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR) ^(4,15)	2. João Ribeiro (PR) ⁽¹⁵⁾
PSD PSOL ⁽²⁴⁾	
(6)	1. Sérgio Petecão (PSD) ^(20,22)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinal Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicaram a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lima, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicaram a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 026/2011-GLDBAG).

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11,

conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. O Senador Jôso Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

6. Em 01.06.2011, o Senador Randolph Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).

7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11,

conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

8. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

9. O PR deixa de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão de Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

11. Em 27.09.2011, o Senador Antônio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)

12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).

13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).

14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e Jôso Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).

20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinha Brito ter deixado o mandato.

21. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

22. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

23. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos de inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

24. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

25. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3303-1120**Fax:** 3303-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011**Notas:**

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(7,8)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁹⁾**1^a Eleição Geral:** 19/04/1995 **5^a Eleição Geral:** 23/11/2005**2^a Eleição Geral:** 30/06/1999 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007**3^a Eleição Geral:** 27/06/2001 **7^a Eleição Geral:** 14/07/2009**4^a Eleição Geral:** 13/03/2003 **8^a Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Eunício Oliveira (CE) ⁽⁹⁾	1.
João Alberto Souza (MA) ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁶⁾
Renan Calheiros (AL)	3. VAGO ⁽¹⁾
Romero Jucá (RR)	4. VAGO ⁽²⁾
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Aníbal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽⁴⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 30/05/2012

Notas:

1. Em 18.04.2012, vago em decorrência da renúncia do Senador Valdir Raupp, conforme Of. GSVR nº 002/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Em 30.05.2012, vago em virtude de sua eleição como membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
3. Eleito Vice-Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
4. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
5. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o Of. GSALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
6. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB-PB) ter deixado o mandato.
7. Em 10.04.2012, na 1ª Reunião de 2012 do Conselho, assumiu a Presidência o Senador Antonio Carlos Valadares (art. 88, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal).
8. Eleito Presidente na 3ª Reunião do Conselho, realizada em 12.04.2012.
9. Em 30.05.2012, eleito membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (S/PARTIDO/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lidice da Mata (PSB-BA) ^(6,17)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁷⁾

1º Designação: 03/12/2001

2º Designação: 26/02/2003

3º Designação: 03/04/2007

4º Designação: 12/02/2009

5º Designação: 11/02/2011

MEMBROS**PMDB**VAGO ^(9,16)**PT**Ana Rita (ES) ⁽¹⁰⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PTBMozarildo Cavalcanti (RR) ⁽²⁾**DEM**Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾**PR**VAGO ^(8,14,15)**PP**Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾**PDT**Zeze Perrella (MG) ⁽¹³⁾**PSB**

Lidice da Mata (BA)

PC DO BVanessa Grazziotin (AM) ⁽⁹⁾**PSOL**VAGO ^(4,11)**PRB**Eduardo Lopes (RJ) ⁽¹²⁾**PSC**

Eduardo Amorim (SE) (7)

PSD**PPS****PMN**

Sérgio Petecão (PSD-AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/05/2012**Notas:**

- Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
- Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
- Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
- Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
- Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
- Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
- Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS n°s 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
- Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
- Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF.GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
- Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
- Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinot Brito ter deixado o mandato.
- Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 003/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
- Indicado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GSAGUR nº027/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
- Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 005/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
- Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
- Eleita na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 Fax: 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾**1º Designação:** 23/03/2010**2º Designação:** 14/03/2011**MEMBROS****PMDB**Waldemir Moka (MS) ⁽⁶⁾**PT**Jorge Viana (AC) ⁽¹⁾**PSDB**Cyro Miranda (GO) ⁽⁹⁾**PTB**Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾**DEM**José Agripino (RN) ⁽⁶⁾**PR**VAGO ^(11,21,22)**PP**Ivo Cassol (RO) ⁽⁶⁾**PDT**Acir Gurgacz (RO) ⁽¹⁰⁾**PSB**Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾**PC DO B**Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾**PSOL**VAGO ^(4,15)**PRB**Eduardo Lopes (RJ) ^(1,19,20)**PSC**Eduardo Amorim (SE) ^(9,17)**PSD**

PPS**PMN**Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾**PV**Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾**Atualização:** 26/04/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of. nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1^ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1^º/09/2011.
16. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
18. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. nº 023/2012-GSAGUR, de 29/02/2012, lido na Sessão do Senado Federal de 01/03/2012.
19. Em 02/03/2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 004/2012-GSEL, de 06/03/2012, lido na sessão do Senado Federal de 21/03/2012.
21. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 006/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21/03/2012.
22. Em 06/04/2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antônio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁴⁾1^a Designação: 30/11/20102^a Designação: 14/03/20113^a Designação: 21/03/2012

MEMBROS

PMDB

PT

Humberto Costa (PE) ⁽⁶⁾**PSDB**

Cícero Lucena (PB) ⁽⁵⁾**PTB**

Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾**DEM**

PR

Vicentinho Alves (TO) ⁽⁶⁾**PP**

Ana Amélia (RS) ⁽¹¹⁾**PDT**

Cristovam Buarque (DF) ⁽⁸⁾**PSB**

João Capiberibe (AP) ⁽¹³⁾**PC DO B**

Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PSOL**

Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁵⁾**PRB**

Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁹⁾**PSC**

PSD

Sérgio Petecão (AC) ⁽¹⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽¹⁰⁾

Atualização: 25/04/2012

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.GLPCB nº 020/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
2. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.009/2012-GLPSD, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.nº 14/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
4. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.049/2012/GLPTB, de 13.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of.GSRL nº 00036/2012, de 14.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
6. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.Leg. nº 010/2012/GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.nº006/2012-GLDPT, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
8. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GSAGUR-026/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
9. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.05/2012-GSMC, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
10. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.GSPDAY nº 005/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
11. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. 18/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Eleito na 1^ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, nos termos do Of.GLPSB nº 0024/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1^ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁴⁾

1^a Designação: 14/03/2011

2^a Designação: 21/03/2012

MEMBROS

PMDB

PT

Paulo Paim (RS) ⁽¹⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽³⁾

PTB

João Vicente Claudino (PI) ⁽⁶⁾

DEM

Clóvis Fecury (MA) ⁽¹²⁾

PR

Vicentinho Alves (TO) ⁽¹⁾

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽⁹⁾

PDT

Cristovam Buarque (DF) ⁽¹³⁾

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹⁰⁾

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽²⁾

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁵⁾

PRB

Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁴⁾

PSC

PSD

Kátia Abreu (TO) (6)

PV

Paulo Davim (RN) (7)

Atualização: 09/05/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme OF. Leg. nº 008/2012-GLPR, de 15/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
2. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme OF. GLPCB nº 021/2012, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme OF. nº 15/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme OF. nº 06/2012-GSMC, de 06/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme OF. GSRR nº 00031/2012, de 14/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PTB, conforme OF. nº 048/2012/GLPTB, de 13/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme OF. GSPDAV nº 006/12, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
8. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme OF. nº 0008/2012-GLPSD, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
9. Designado para ocupar a vaga do PP, conforme OF. nº 019/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme OF. GLPSB nº 0025/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme OF. nº 10/12-GLDPT, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/04/2012.
12. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do OF.028/2012-GLDEM, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 25.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do OF.GLPDT-015/2012, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 02.05.2012.
14. Eleito na 1^ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
(Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

COMPOSIÇÃO²

Presidente: Deputado Paulo Pimenta⁴
1º Vice-Presidente: Senador Cássio Cunha Lima⁴
2º Vice-Presidente: Deputado Reinaldo Azambuja⁴
3º Vice-Presidente: Senador Vicentinho Alves⁴

Instalação: 27-3-2012

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
Wellington Dias (PT/PI)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	2. Angela Portela (PT/RR)
Paulo Paim (PT/RS)	3.

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC)

Romero Jucá (PMDB/RR)	1.
Benedito de Lira (PP/AL) ⁵	2. Sérgio Souza (PMDB/PR)
Clésio Andrade (PMDB/MG)	3. ³

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)

Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	1.
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.

PTB

Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
---------------------------	----------------------------------

PR

Vicentinho Alves (PR/TO)	1. Antonio Russo (PR/MS)
--------------------------	--------------------------

PSD¹

Sérgio Petecão (PSD/AC)	1. Kátia Abreu (PSD/TO)
-------------------------	-------------------------

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designação na Sessão do Senado Federal de 20-3-2012.

3- Em 26-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 042/2012, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Benedito de Lira.

4- Mesa eleita em 27-3-2012, conforme Of. Pres. nº 40/2012/CMO.

5- Designado o Senador Benedito de Lira, como membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, em 18-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 67, de 2012, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
João Paulo Lima (PT/PE)	1. Cláudio Puty (PT/PA)
Josias Gomes (PT/BA)	2. Leonardo Monteiro (PT/MG)
Paulo Pimenta (PT/RS)	3. Assis Carvalho (PT/PI) ⁸⁺⁹
Waldenor Pereira (PT/BA)	4. Vander Loubet (PT/MS)
Zeca Dirceu (PT/PR)	5. Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	
Aníbal Gomes (PMDB/CE)	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
Edio Lopes (PMDB/RR) ²	2. Joaquim Beltrão (PMDB/AL)
Eliseu Padilha (PMDB/RS)	3. Hugo Motta (PMDB/PB)
Leandro Vilela (PMDB/GO)	4. Osmar Serraglio (PMDB/PR) ⁷
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) ⁷	5.
Mauro Lopes (PMDB/MG)	
PSDB	
Duarte Nogueira (PSDB/SP) ³	1. Carlos Alberto Lacerda (PSDB/GO) ³
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)	2. Marcus Pestana (PSDB/MG) ¹⁰
Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)	3.
PP	
João Leão (PP/BA) ⁴	1. Roberto Balestra (PP/GO)
Renato Molling (PP/RS)	2. Toninho Pinheiro (PP/MG)
Cida Borghetti (PP/PR)	3. Waldir Maranhão (PP/MA)
DEM	
Augusto Coutinho (DEM/PE) ⁶	1. Eli Corrêa Filho (DEM/SP) ⁶
Felipe Maia (DEM/RN)	2. Lira Maia (DEM/PA)
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	3. Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PR	
João Maia (PR/RN)	1. Giacobo (PR/PR)
Luciano Castro (PR/RR)	2. Jaime Martins (PR/MG)
PSB	
Paulo Fólio (PSB/ES)	1. Sandra Rosado (PSB/RN)
Laurez Moreira (PSB/TO)	2. Antonio Balman (PSB/CE)
PDT	
Giovanni Queiroz (PDT/PA)	1. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)	2. Marcos Rogério (PDT/RO)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	1. Roberto De Lucena (PV/SP)
Paulo Wagner (PV/RN)	2. Stepan Nercessian (PPS/RJ)
PTB	
Arnon Bezerra (PTB/CE)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
PSC	
Ratinho Júnior (PSC/PR)	1. Leonardo Gadelha (PSC/PB)
PCdoB	
Osmar Júnior (PCdoB/PI)	1. Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) ⁵
PMN¹	
²	²

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 286/2012/SGMP, de 13-3-2012.

3- Designado o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Carlos Alberto Lacerda, como membro titular, e o Deputado Carlos Alberto Lacerda, como membro suplente, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 311/2012, da Liderança do PSDB.

4- Designado o Deputado João Leão, em substituição ao Deputado Lázaro Botelho, como membro titular, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 144/2012, da Liderança do PP.

- 5- Designada a Deputada Manuela D'Ávila, como membro suplente, em 28-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 097/12, da Liderança do PCdoB.
- 6- Designado o Deputado Augusto Coutinho, como membro titular, em substituição ao Deputado El Correia Filho, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 78-L-Democratas/12, da Liderança do DEM.
- 7- Designado o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em substituição ao Deputado Osmar Serraglio, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 323, de 2012, da Liderança do PMDB.
- 8- Em 19-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 176/2012/PT, do Líder do PT na Câmara dos Deputados, solicitando a retirada do nome do Deputado Rubens Otoni da suplência na Comissão.
- 9- Designado o Deputado Assis Carvalho, como membro suplente, em 10-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 231, de 2012, da Liderança do PT.
- 10- Designado o Deputado Marcus Pestana, como membro suplente, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 561, de 2012, da Liderança do PSDB.

Secretaria: Maria do Socorro de L. Dantas
Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893
Fax: (61) 3216-6905
E-mail: oms@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/oms

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados**COMPOSIÇÃO**Presidente: Deputado Márcio Macedo^{15 e 20}Vice-Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin^{15 e 20}Relator: Senador Sérgio Souza^{16 e 20}Instalação: 10-4-2012^{15 e 20}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 15 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ⁷	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. 7 e 9
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3 e 14}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ³
Eduardo Braga (PMDB/AM) ³	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ³
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11 e 12}	3. Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3 e 15}	4. 3 e 15
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. Cyro Miranda (PSDB/GO) ²
Jayme Campos (DEM/MT) ^{8 e 19}	2. José Agripino (DEM/RN) ^{8 e 19}
PTB	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ⁴	1. 8, 11 e 12
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ³	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao redilho, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, Júlio Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vaga em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal), eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vaga em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. Francisco Praciano (PT/AM) ²
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2,5+6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2,9+10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) ²⁺¹¹	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ²
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) ²	1. Rebecca Garcia (PP/AM) ²
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ²⁺¹⁰
PR	
Anthony Garotinho (PR/RJ) ²	1. Bernardo Santana De Vasconcelos (PR/MG) ¹⁺¹²
PSB	
Luiz Noé (PSB/RS) ²	1. ²⁺⁷
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Alfredo Sirkis (PV/RJ) ²	1. Sarney Filho (PV/MA) ²
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ²⁺³	1. Amaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ioshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, da Presidência da Câmara dos Deputados.
- 3- Vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.
- 4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Amaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Vaga em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.
- 7- Vaga em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.
- 8- Em 31-1-2012, vaga em razão do afastamento do Deputado Walter Ioshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 9- Em 30-1-2012, vaga em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nº's 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.
- 11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.
- 12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcelos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PTB.

Secretaria: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimatizas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comisao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO
FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
PSDB	
	1.
PTB	
Gilm Argello (PTB/DF) ²	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ²
DEM	
	1.
PSOL¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Gilm Argello e Mozarildo Cavalcanti em 1º-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 78/2011, da Liderança do PTB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
 (Art. 6º da Lei nº 9.003/1995)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Fernando Collor⁶

Vice-Presidente: Deputada Perpétua Almeida⁶

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ¹	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 29/03/2012)

Notas:

- 1- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.
- 2- Indicado Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros (PMDB), Eduardo Amorim (PSC), Francisco Domílles (PP) e Paulo Davim (PV).
- 3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 06/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.
- 4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- 5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.
- 6- Assumiu a Presidência na 2ª Reunião de 2012, realizada em 08/06/2012, em substituição à Deputada Perpétua Almeida, que passou a ocupar a Vice-Presidência, conforme atenção estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15/06/2001 (Ata publicada no DSF de 22/06/2001, pg. 1756).

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/bonselh/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011**Designação da Comissão:** 14-12-2011**Instalação da Comissão:** 8-2-2012**Prazo final da Comissão:** 19-8-2012

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ¹⁰⁺¹¹
"	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{2, 8+12}	1.
Ana Amélia (PP/RS) ^{3, 4, 9+13}	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim Argelo (PTB/DF) ⁷
PSOL ¹	
⁸	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao redizão, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 148/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vaga em virtude de a Senadora Marinal Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim Argelo, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GI/PTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vaga em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.

10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.

11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.

12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 98/2012, da Liderança do PMDB.

13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Nilda Gondim (PMDB/PB) ⁶
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adetá (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ²⁺⁴
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Lilam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PR/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adetá (PTdoB/AL), em 9-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jardim, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Eclíone Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

Email: sscepi@senado.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 1, de 2012-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 15 (quinze) Senadores e 15 (quinze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

- Leitura: 19-4-2012
- Designação da Comissão: 24-4-2012
- Instalação da Comissão: 25-4-2012
- Prazo final da Comissão: 4-11-2012

Presidente: Senador Vital do Rêgo
Vice-Presidente: Deputado Paulo Teixeira
Relator: Deputado Odair Cunha

Senado Federal

Titulares	Suplentes
------------------	------------------

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)

José Pimentel (PT/CE)	1. Wellington Dias (PT/PI)
Humíberto Costa (PT/PE)	2. Jorge Viana (PT/AC)
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Walter Pinheiro (PT/BA)
Pedro Taques (PDT/MT)	4. Delcídio do Amaral (PT/MS)
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	5. Acir Gurgacz (PDT/RO)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)

Vital do Rêgo (PMDB/PB)	1. Benedito de Lira (PP/AL)
Ricardo Ferrão (PMDB/ES)	2.
Sérgio Souza (PMDB/PR)	3.
Ciro Nogueira (PP/PI)	4
Paulo Davim (PV/RN)	5.

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)

Jayme Campos (DEM/MT)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Alvaro Dias (PSDB/PR)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE)
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	3. Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)

Fernando Collor (PTB/AL)	1.
Vicentinho Alves (PR/TO)	2.

PSD¹

Kátia Abreu (PSD/TO)	1. Sérgio Petecão (PSD/AC)
----------------------	----------------------------

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 22000-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	1. Dr. Rosinha (PT/PR)
Odeir Cunha (PT/MG)	2. Luiz Sérgio (PT/RJ)
Paulo Teixeira (PT/SP)	3. Sibá Machado (PT/AC)
PMDB	
Iris de Araújo (PMDB/GO)	1. Leonardo Picciani (PMDB/RJ) ²
Luiz Pitiman (PMDB/DF)	2. João Magalhães (PMDB/MG)
PSDB	
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	1. Domingos Sávio (PSDB/MG)
Fernando Francischini (PSDB/PR)	2. Vanderlei Macris (PSDB/SP) ³
PP	
Gladson Cameli (PP/AC)	1. Iracema Portella (PP/PI)
DEM	
Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	1. Mendonça Prado (DEM/SE)
PR	
Maurício Quintella Lessa (PR/AL)	1. Ronaldo Fonseca (PR/DF)
PSB	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Glauber Braga (PSB/RJ)
PDT	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	1. Vieira da Cunha (PDT/RS)
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno (PPS/PR)	1. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Silvio Costa (PTB/PE)	1. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)
PSC	
Filipe Pereira (PSC/RJ)	1. Hugo Leal (PSC/RJ)
PCdoB¹	
Delegado Protógenes (PCdoB/SP)	1. Osmar Júnior (PCdoB/PI)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Leonardo Picciani, como membro suplente, em substituição ao Deputado Edio Lopes, em 16-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 518/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

3- Designado o Deputado Vanderlei Macris, como membro suplente, em substituição ao Deputado Rogério Marinho, em 30-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 576/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

CONSELHOS E ÓRGÃOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sanei (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Ricardo Berzoini (PT/SP) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁶	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 19.03.2012)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

2- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. nº 61, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes**COMPOSIÇÃO****Presidente:** _____**Vice-Presidente:** _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1º Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2º Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Senador Roberto Requião⁶**Vice-Presidente:** Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁸**Vice-Presidente:** Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
vago ¹⁶	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Iris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
André Zacharow ²	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azereedo	Duarte Nogueira ³
Antônio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antônio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Assis Melo ¹¹	Manuela D'ávila ¹²
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ³	
Senadores	
Titulares	Suplentes

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antônio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	Cássio Cunha Lima (PSDB) ¹⁰
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 18/3/2012)

1- Designados pelo Ato nº 20, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. Of. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária de dia 13/09/2011.

7- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

9- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Micheletto em 30-1-2012.

10- Em 15-3-2012, vaga em razão do afastamento do Deputado Emílano José (PT/BA).

11- Designado para ocupar a vaga de titular do PCdoB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 20, de 8-6-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

12- Designada para ocupar a vaga de suplente do PCdoB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 19, de 8-6-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

13- Designado para ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 21, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

